Aprendizados e Conquistas do DGM – Brasil:

sociobiodiversidade, sustentabilidade e protagonismo dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Apoio

CIF CLIMATE INVESTMENT FUNDS

BANCO MUNDIAL BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

Realização

DGM BRASIL

CAA CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS / SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE NO SERTÃO DE GERAIS

CONSELHO DIRETOR

Diretor geral
Braulino Caetano dos Santos

Vice-Diretora Geral
Elisângela Ribeiro de Aquino

Diretor Secretário
Eliseu José de Oliveira

Vice-Diretora Secretária
Maria Helena Ferreira Brito Santos.

Diretora Financeira
Joeliza Brito

Vice Diretora Financeiro
Josiane Aparecida Ramos Amorim

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Aline Silva
André Alves de Souza

COMITÊ GESTOR NACIONAL – CGN

Anália Tuxá – APOINME
Giba Tuxá – APOINME
Januário Tseredzaró Ruri-õ – MOPIC
Jhonny Martins de Jesus – CONAQ
João Nonoy Krikati – WYTY-CATË
Jossiney Evangelista Silva – ARA
Lucely Morais Pio – ARTICULAÇÃO PACARI
Maria de Lurdes Souza Nascimento – ARTICULAÇÃO ROSALINO
Maria do Socorro Teixeira Lima – MIQCB
Mayk Arruda – REDE CERRADO
Srewê da Mata de Brito – UNIX
Valcélio Terena Figueiredo – CONSELHO TERENA
Rodrigo Medeiros – MMA
Priscilla Feller – FUNAI
Pedro Bruzzi – Comitê Interministerial do FIP

EQUIPE DO PROJETO DGM BRASIL

Coordenação Geral
Álvaro Carrara

Equipe Técnica
Aderval Costa Filho
Claudia Maria Calorio
Mônica Debuche
Paula Vanucci
Welerson Amaro

Secretaria Executiva
Jussara Pinto
Gabriel Costa Ribeiro

Núcleo Administrativo Financeiro e Logística

Gerente administrativo e financeiro
Carla Blenda

Coordenação licitação
Maria Flávia Silveira

Coordenação Financeira
Jhully Thainara

Equipe de Comunicação
Nívea Martins Pereira
Sarah Gonçalves Ferreira

EQUIPE BANCO MUNDIAL DO PROJETO DGM BRASIL

Bernadete Lange
Gerente do Projeto DGM/FIP/Brasil
Especialista Ambiental Sênior

Alberto Coelho Gomes Costa
Gerente do Projeto DGM/FIP/Brasil
Especialista em Desenvolvimento Social Sênior

Daniella Ziller Arruda Karagiannis
Analista de Projetos

Camila Santana
Especialista em Comunicação

João Guilherme Queiroz
Especialista em Aquisições

Fernanda Balduino
Analista de Gerenciamento Financeiro

Juliana Paiva
Especialista em Desenvolvimento Social

Projeto gráfico e ilustração
Luana Santa Brígida

Endereço do CAA
Praça Doutor Chaves, número 152,
Centro, Montes Claros, Minas Gerais,
39400-005

Site do CAA/NM
www.caa.org.br

SIGLAS

AAEPM – Associação de Artesãos Extrativistas do Povoado Mumbuca

ACCFC – Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto do Clemente

ACIK – Associação da Comunidade Indígena Kaxixó

AEFA – Área de Experimentação e Formação Agroecológica

AEN – Agência Executora Nacional

AEPAF-MG – Associação Estadual dos Pequenos Agricultores e Agricultoras Familiares de Minas Gerais

AJINA – Associação de Jovens Indígenas Nambiquaras

APA-TO – Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins

APECIC – Associação dos Pescadores da Ilha das Canárias

APOINKK – Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela

APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ARA – Associação dos Retireiros do Araguaia

ASMUBIP – Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

BM – Banco Mundial

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEMEAAR – Centro Maranhense de Estudos Socioambiental e Assessoria Rural

CGN – Comitê Gestor Nacional

CIMQCB – Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu

CNPCT – Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

COOPAFAMA – Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Colônia I

COPABASE – Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária

CTA – Associação do Centro de Tecnologia Alternativa

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

DGM – Mecanismo de Doação Dedicada

FIP – Fundo de Investimento Florestal

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEA – Agência Executora Global

ISA – Instituto Socioambiental

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MOPIC – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado

NAX – Namunkurá Associação Xavante

NEA – Agência Executora Nacional

ONG – Organização Não Governamental

PICLs – Povos Indígenas e Comunidades Locais

PIQCTs – Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REED+ – Redução das Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, conservação dos estoques de carbono florestal, manejo florestal sustentável, aumento dos estoques de carbono florestal

SCF – Strategic Climate Fund (Fundo Estratégico do Clima)

SIGCAA – Sistema de Gestão do Centro de Agricultura Alternativa

UNIX – União Indígena Xerente

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 10

Proposta metodológica – Desafios e diferenciais do DGM Brasil 13

Linha de base – Diagnóstico socioeconômico e ambiental dos beneficiários do DGM Brasil 20

INICIATIVAS APOIADAS – 1º E 2º EDITAIS 77

- Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão 78
- Extrativismo do Povo Xacriabá: Fonte de Renda, Segurança Alimentar e Proteção do Cerrado 80
- Sociobiodiversidade do Cerrado da Morraria como Herança do Futuro 82
- Tsirãpré Dzawidzé: Proteção do Cerrado 84
- Recuperação de Área Degradada 86
- Artesanato e Cultura Krahô 88
- "Programa de Vigilância Territorial Kanela" 90
- Preservação de Recursos Naturais (Recursos Hídricos), Proteção e Restauração de Áreas Degradas nas Nascentes e Veredas do Quilombo do Cedro 92
- "Dahöimanazé – Tradição e Sustentabilidade do Cerrado Xavante" 94
- Sementes da Vida 96
- Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas 98
- Quilombos Produtivos 100
- Farinha do Babaçu - Uma Alternativa de Geração de Renda para as Quebradeiras de Coco-Babaçu da Região do Bico do Papagaio 102
- Gestão Territorial e Ambiental da Aldeia Porteira 104
- Riquezas do Mearim 106
- Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica e Extrativismo das Comunidades Tradicionais de Jaboticatubas através de Acesso a Novos Mercados 108
- Fortalecimento da Comercialização dos Produtos do Cerrado 110
- Fortalecendo i Agroextrativismo no Cerrado 112
- Bahorure 114
- El Betel: Somando Forças 116
- Todos Juntos em prol da Recuperação e Revitalização dos Recursos Naturais em Comunidades do Território Xakriabá 118

- Produção de Mudas, Criação de Horta Comunitária e Educação Ambiental no Contexto da Escola Indígena 120
- Fortalecimento ao Desenvolvimento Territorial aas Aldeias Indígenas Chiquitanos em Pontes e Lacerda - MT 122
- Gestão Territorial das Comunidades Quilombolas do Jalapão 124
- Água dos Gerais – Respostas a Ameaças Imediatas Geraizeiros Seguem na Luta para Preservar a Vida 126
- Projeto Institucional MIQCB 128
- Projeto Institucional da Rede Cerrado 130
- Me Hi Te Tradição que Sustenta o Cerrado 132
- Fortalecimento do Grupo de Mulheres Trabalhadoras no Beneficamento do Coco Babaçu 134
- Fortalecimento da Produção e Comercialização dos Produtos Artesanais das Mulheres Indígenas da Região do Araguaia 136
- Cerrado: Fonte de Vida das Nascentes do Território Quilombola de Lagoa Grande 138
- Beneficiamento e Comercialização dos Produtos da Sociobiodiversidade pela Comunidade Quilombola de Pontinha 140
- Recuperação de Nascentes e App's das Terras Indígenas Araribá 142
- Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis através da Coleta e Beneficiamento da Banana e Frutos do Cerrado 144
- Aquisição de Máquina e Equipamento Agrícola, Conjunto de Bombeamento de Água, Viveiro de Mudas e Recomposição de Áreas Degradadas da Aldeia Tuxá 146
- Ações Socioambientais de Recuperação Ambiental de Área Degradada e de Nascentes do Território da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel 148
- Práticas e Posturas, Atitudes pela Soberania Alimentar no Xingu 150
- Guardiões do Cerrado em Pé – Em Defesa do Território das Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto 152
- Rede de Sementes do Xingu Pluriétnica 154
- Projeto Institucional CONAQ - Capacitação de Lideranças Quilombolas na Estratégia Nacional de Redd+ 156
- Festejos Kalungas – Ações de Sustentabilidade para os Festejos do Vão de Almas e do Vão do Moleque 158
- Pojianare (Nossa Mata) 160
- Fortalecimento Político e Institucional da MOPIC 162
- Rowẽ 164
- Irom Cati 166
- Vale dos Quilombos – Negras do Cerrado 168

- Resistência Quilombola e a Sustentabilidade Social – Gestão Territorial, Ambiental a Organização Social de Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais 170
- O Cerrado: Colhendo Seus Frutos e Protegendo o Bioma 172
- Turismo de Base Comunitária na Resex do Delta 174
- Enriquecimento de Quintais e Roças com Mudas Frutíferas 176
- Fortalecimento da Produção e Comercialização Agroecológica e Agroextrativista da Região da Morraria de Nossa Senhora do Livramento - MT 178
- Horta Em Sistema Consorciado 180
- Ka'a Roky (Plantas Brotando) 182
- Gestão Territorial A'uwẽ 184
- Resgate do Amjoquin do Mecyre e Me Entowaje 186
- Jovens Indígenas Agroextrativistas e Protetores do Cerrado Mato-Grossense 188
- Costurando o Turismo de Base Comunitária e a Valorização da Cultura Tradicional em Mumbuca 190
- Komomoti Koyeku Poke'exa Uti: Diálogos para a Proteção da Terra Terena 192
- Fortalecimento da Produção Tradicional da Rede de Artesanato Urucuia Grande Sertão 194
- Guardiões do Território Krikati 196
- Promoção da Gestão Territorial e Ambiental no Quilombo do Gurutuba: Mobilização Socioambiental para a Resiliência Frente as Mudanças do Clima 198
- Quebradeiras de Coco Babaçu, Cooperativismo como Alternativa para a Comercialização 200
- Watuhowy Mananumkje'y 202
- Mulheres Indígenas Tecendo Sustentabilidade com Arte 204

Apoio Emergencial Rede Solidariedade DGM Brasil 206

Chamada Adicional de "Fortalecimento Dos Subprojetos" 208

Parceria Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília - MESPT/UNB 210

Conclusão – Perspectivas de Futuro 212

APRESENTAÇÃO

Estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais atualmente no Brasil, ocupando 25% do território nacional (ALMEIDA, 2004, p. 28-29)[1]. No Cerrado brasileiro, são mais de 80 etnias indígenas, "além dos quilombolas, trabalhadoras e trabalhadores extrativistas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores artesanais, barranqueiros, fundo e fecho de pasto, sertanejos, ciganos, entre tantos outros."[2]

Embora resistindo aos diversos impactos sobre suas terras e organizações, os Povos e Comunidades Tradicionais contribuem de forma significativa na proteção e conservação dos recursos naturais, por meio de seus conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento sustentável e na adaptação e mitigação às mudanças do clima.

Estas comunidades são as que menos têm contribuído para o agravamento da crise climática, por meio da emissão de CO^2, ao passo em que vêm buscando contribuir para o uso e conservação dos recursos naturais e são as que mais estão sendo impactadas pelas alterações do clima, sobretudo nas regiões semiáridas do planeta.

Neste sentido, esta publicação tem um importante significado por apresentar as iniciativas sustentáveis que vêm sendo desenvolvidas por estas comunidades, com o apoio do DGM Brasil no Bioma Cerrado, caracterizando suas realidades, seus modos de vida, demonstrando as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pelos subprojetos. O documento evidencia também a estratégia metodológica de trabalho do DGM Brasil, que buscou primar pela participação política dos representantes dos diversos segmentos ou categorias identitárias envolvidas, bem como por estabelecer estratégias facilitadoras de execução dos subprojetos, incluindo instância deliberativa de controle social.

As atividades dos 64 subprojetos apoiados pelo DGM Brasil no Bioma Cerrado apontam resultados significativos que as comunidades e a sociedade de modo geral podem obter como: capacitação para elaboração, implementação e gestão de projetos; a garantia de proteção de importantes áreas florestais nos municípios, regiões do cerrado brasileiro; manutenção e ampliação da arrecadação por incentivos fiscais ambientais; melhoria da pesca e alimentação local; divulgação dos resultados e a melhoria no diálogo junto aos órgãos públicos de apoio, ambientais e de fiscalização, além da sociedade; fortalecimento da comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, via merenda escolar; entre outros.

1. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N.1 / MAIO 2004, p. 9-32.
2. Ver: https://redecerrado.org.br/nossa-atuacao/defesa-de-povos-e-comunidades-tradicionais/; Acesso em 22.12.2021.

Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

É importante destacar que as iniciativas apoiadas pelo DGM Brasil visam contribuir para um esforço de superação de problemas e dificuldades vivenciadas pelos povos e comunidades do Cerrado, muito embora a implementação de outras ações e políticas complementares e muitas vezes estruturantes sejam fundamentais para o sucesso dos resultados e perspectivas almejadas pelas comunidades. Neste sentido, torna-se estratégico a garantia e o aprimoramento de ações e políticas que visam a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento cultural, socioeconômico e ambiental das populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, ampliando o papel protagonista destas comunidades na inovação, na discussão, formulação e implementação de políticas relacionadas ao enfrentamento às mudanças climáticas.

Nesse sentido, cabe destacar o papel primordial exercido pelo Comitê Gestor Nacional do Projeto, espaço expressivo da representatividade desafiadora, composto em sua maioria por representantes indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, como instância de controle social de caráter deliberativo, ao qual coube o estabelecimento das diretrizes e decisões finais quanto à implementação das ações e atividades do Projeto DGM Brasil.

Outra questão também relevante e relacionada ao protagonismo dos povos e comunidades tradicionais no contexto da execução do Projeto DGM Brasil, é o fato do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Agência Executora Nacional do Projeto DGM, selecionada por processo competitivo, ser constituída em sua maioria e ser dirigida por representantes de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Tendo agregado à implementação do Projeto o conhecimento e experiência com a realidade, dificuldades e desafios vivenciados por estas comunidades no âmbito da gestão de projetos e de organizações, da agroecologia e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no bioma Cerrado.

Sendo o DGM Brasil, o primeiro projeto apoiado pelo Banco Mundial no país, financiado pelo Programa de Investimento Florestal (FIP) do Fundo de Investimento para o Clima (CIF), especificamente dedicado para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, tendo alcançando significativos resultados, seja na gestão dos recursos financeiros, seja junto a essas comunidades, lidando com o conjunto de regras fiduciárias e de salvaguardas sociais e ambientais de âmbito global do Banco Mundial, espera-se que novos apoios e investimentos sejam cada vez mais intensificados, visando a proteção do bioma Cerrado, o fortalecimento dos modos de vida e o protagonismo destes povos e comunidades que fazem o nosso Brasil.

O esforço global em conter o avanço das mudanças climáticas deve considerar o papel exercido por estes povos e comunidades, não somente pelo fato de serem estas, as comunidades que já estão sendo impactadas pelas mudanças do clima, entre outros fatores, mas pelas possibilidades criativas para superação deste desafio que estas comunidades nos apresentam, seja pelo conhecimento tradicional acumulado de geração em geração, seja pela perspectiva de desenvolvimento sustentável que os mesmos adotam para o futuro.

Álvaro Carrara
Coordenador do DGM Brasil

INTRODUÇÃO

DGM GLOBAL: MECANISMO DE DOAÇÃO DEDICADO A POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS

A iniciativa DGM Global surgiu no âmbito do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment Program - FIP), com o objetivo de apoiar iniciativas de povos indígenas e comunidades locais. O FIP é um dos programas que compõem o Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund - SCF), sendo o Brasil um dos países que integram o fundo.

O mecanismo apoia 13 países da África, Ásia, América do Sul e América Central, sendo eles Brasil, Burkina Faso, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Equador, Gana, Guatemala, Indonésia, México, Moçambique, Nepal, Peru e República do Congo. O DGM visa fortalecer a participação dessas nações na discussão sobre o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, além da ampliação da conservação, do manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal em nível local, nacional e global (REDD+).

DGM BRASIL

No Brasil, o DGM está investindo US$ 6,5 milhões em 64 iniciativas de comunidades e povos de 10 estados que fazem parte do Cerrado, segundo maior bioma do país. A agência executora nacional é o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), que, junto ao Comitê Gestor Nacional, é responsável pela gestão dos recursos destinados à execução dos projetos apoiados pelo DGM. O CAA/NM é uma organização de agricultoras e agricultores familiares, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais da região Norte de Minas Gerais, e desenvolve ações em torno da sustentabilidade, da agroecologia e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

COMITÊ GESTOR NACIONAL

O DGM Brasil dispõe de uma instância de controle social, de caráter deliberativo, o Comitê Gestor Nacional (CGN), ao qual cabe o estabelecimento das diretrizes e decisões finais. O CGN é formado pelas lideranças: Anália Tuxá, Giba Tuxá, Maria de Lurdes Souza Nascimento, Januário Tseredzaro, Jhonny Martins, João Nonoy Krikati, Jossiney Evangelista, Lucely Pio, Maria do Socorro Teixeira Lima, Mayk Arruda, Srewe Xerente e Valcélio Terena. Todos indígenas, quilombolas e representantes de comunidades tradicionais, além de representantes do governo federal (Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Ministério do Meio Ambiente – MMA e Comitê Interministerial do FIP); o Banco Mundial participa das reuniões do CGN como convidado.

AGÊNCIA EXECUTORA NACIONAL

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) é a agência executora nacional, escolhida por um processo de seleção pública que, junto ao Comitê Gestor Nacional, é responsável pela gestão dos recursos destinados ao mecanismo, apoiando os projetos das organizações proponentes.

Fundado em 1985, o CAA/NM tem em sua composição representantes de povos e comunidades tradicionais: geraizeiros, caatingueiros, quilombolas, indígenas, veredeiros, vazanteiros e apanhadores de flores sempre-viva. O foco da instituição é a garantia dos territórios, a valorização da (agro) biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais e locais, valorizando os conhecimentos tradicionais, discutindo novos conceitos, apresentando soluções, desenvolvendo estratégias de ações colaborativas, no intuito de promover a efetivação de direitos, o crescimento e o fortalecimento dessas comunidades e de suas agriculturas.

SUBPROJETOS APOIADOS

Os subprojetos apoiados pelo DGM Brasil visaram o desenvolvimento sustentável de territórios e culturas de povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais do Cerrado brasileiro. No primeiro edital, lançado em 2016, foram selecionadas 45 iniciativas, e no segundo edital, lançado em 2017, foram selecionadas outras 19 iniciativas.

Como veremos, em grande medida, os subprojetos apoiados estão voltados para reposição do Cerrado com espécies nativas, recuperação de nascentes e áreas degradadas (15), produção agroecológica (11), pequenas agroindústrias, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado (15),

vigilância e gestão territorial e ambiental (11), fortalecimento da produção artesanal (5), turismo de base comunitária (3), e fortalecimento institucional das organizações representativas e de apoio aos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais (4).

Ao todo são 34.780 beneficiários envolvidos, sendo 11.041 mulheres (51,28%), 9.925 jovens e 3.326 anciões e 14.477.351 hectares de área conservada sob domínio das comunidades; 102 hectares previstos de terras em recuperação; 74 nascentes a serem protegidas; 238.089 hectares de área sob vigilância das comunidades; realização de 786 capacitações (intercâmbios, seminários, oficinas); capacitação de 322 mulheres; aumento da segurança alimentar de 527 famílias.

APRENDIZADOS E CONQUISTAS DO DGM – BRASIL: SOCIOBIODIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE E PROTAGONISMO DOS POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Esta publicação visa apresentar os resultados do DGM Brasil, apontando os desafios para a sua implementação, a construção teórico-metodológico e operacional do Projeto, as estratégias de capacitação dos envolvidos, as ações desenvolvidas pelos subprojetos, os resultados alcançados, incluindo desdobramentos.

Em paralelo, os resultados aqui apresentados demonstram o papel do Comitê Gestor Nacional e das lideranças responsáveis pela execução dos subprojetos nas respectivas comunidades, bem como das organizações de apoio, reafirmando o protagonismo social e, em muitas iniciativas, das mulheres, no desenvolvimento local e na proteção da sociobiodiversidade dos seus territórios.

O material ora apresentado demonstra também o potencial de iniciativas como esta, o DGM Brasil, seus limites e potencialidades, no enfrentamento das mudanças climáticas e na superação da invisibilidade e exclusão historicamente impostas aos povos e comunidades tradicionais e seus modos de vida.

Boa leitura!

PROPOSTA METODOLÓGICA - DESAFIOS E DIFERENCIAIS DO DGM BRASIL

Aderval Costa Filho e Álvaro Carrara

O DGM-Brasil se propôs apoiar a participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais que contam com uma longa história de uso e manejo de recursos dos Cerrados Brasileiros, no desenvolvimento de estratégias de investimento, estabelecendo sinergia com o programa e projetos do FIP e em outros processos de REDD+ nas esferas locais, estaduais, nacional e global, estimulando a promoção de modos de vida sustentáveis e adaptados. E o CAA/NM, enquanto Agência Executora Nacional do DGM-Brasil, responsável por facilitar e executar sua aplicação no país, desenvolveu uma proposta metodológica de trabalho, em diálogo com o Comitê Gestor Nacional – CGN, o Banco Mundial, o DGM Global e outras iniciativas DGM de outros países.

A abordagem técnica considerou a emergência dos povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direito na Constituição Brasileira de 1988, pela contribuição à construção da nacionalidade, considerada, a partir daí, como pluriétnica e multicultural. O princípio constituinte e constitutivo desses sujeitos coletivos de direito emergentes alicerça-se na cultura e na identidade de cada um dos povos e das comunidades que passaram a ser considerados detentores de tradicionalidade na formação do povo brasileiro (COSTA, 2010)[3]. No entanto, encontramos uma longa trajetória de invisibilidade construída como estratégia de sobrevivência social pelas próprias comunidades, ou pelas elites acadêmicas e políticas, apoiadas em teorias homogeneizadoras para explicação de um mundo construído por pensadores europeus, tendo como objetos de estudo as realidades daquele continente.

Qualquer projeto que tenha como objetivo contribuir com o reposicionamento social, econômico, cultural, ambiental e político destes povos é fundamental o conhecimento da historicidade construída por estes grupos. A modernização da economia brasileira significou para muitos destes povos e comunidades a ruptura nas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial. Excluídos dos benefícios gerados pela modernização econ**ômica**, denominada de conservadora, porque concentrou terra e renda, milhares de grupos deslocaram-se pelo país, para

3. COSTA, J. B. de A. A (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2020.

áreas em que a fronteira agrícola não havia ainda alcançado, principalmente em áreas florestais e de savanas. Sempre adiando a perda da autonomia e da liberdade para a reprodução familiar e para a afirmação de suas humanidades (re)construídas muitas vezes em processos de desrespeito, discriminação e criminalização (COSTA, 2010)[4].

Na medida em que estes grupos começaram a se organizar localmente, emergindo da invisibilidade em que se encontravam, surgiu a necessidade de balizar a intervenção governamental junto a eles. Neste sentido, presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais foi construída pelo governo federal, com ampla participação da sociedade civil e decretada em 7 de fevereiro de 2007 (Decreto 6.040). Em um país tão diverso em sua composição étnica, racial e cultural, é um grande desafio estabelecer e implementar políticas públicas para promoção do bem-estar social da população, sobretudo das comunidades tradicionais. Sabemos que boa parte dessas comunidades se encontra ainda na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas histórica e socialmente (COSTA FILHO, 2015)[5].

Quanto aos parâmetros de atuação, é preciso ressaltar que qualquer ação junto a estes povos e comunidades deve considerar os direitos de acesso aos recursos que tais povos e comunidades utilizam para a sua reprodução social, econômica, ancestral e religiosa. Estamos lidando com grupos sociais que detêm expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos e ritos associados às atividades de plantio, caça de subsistência, pesca, coleta que, além de itinerários técnicos e procedimentos agronômicos, ordenam a produção e o consumo. São sistemas agroalimentares denominados também de agroextrativistas, que conjugam a produção agrícola diversificada com a criação de animais, a pesca, caça de subsistência e coleta, contribuem com a manutenção da cobertura florestal, reduzindo a necessidade de queimadas para o cultivo.

Diversos estudos demonstram que os sistemas tradicionais apoiados pela agroecologia, além da produção de alimentos diversificados, são mais resilientes às alterações climáticas e contribuem com a fixação de carbono nos solos. Para atuar com estes segmentos é fundamental que reconheçamos suas formas sociais, seus processos históricos, suas especificidades, promovendo formação e qualificação das equipes técnicas e gestores públicos, não só nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), mas também junto ao terceiro setor.

A proposta metodológica adotada pelo Projeto DGM Brasil considerou a necessidade de fortalecer e promover o desenvolvimento produtivo, institucional e

4. Idem.
5. COSTA FILHO, Aderval. "Os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil" In: CERQUEIRA, Edmilton et al. (Orgs.). Os Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar. 1ª ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, pp. 77-98.

organizativo dos PICTs para contribuírem de forma significativa na implantação do Programa de Investimento Florestal e nos processos do REDD+ nos âmbitos locais, nacional e internacional, de forma a criar oportunidades de ampliar a segurança alimentar e nutricional, contribuindo com a mitigação das mudanças no clima e promovendo novas estratégias de adaptação. Onde a cultura, os conhecimentos tradicionais e os sistemas autóctones de manejo florestal dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais serviram de suporte para as ações promovidas juntamente com diversas iniciativas de convivência com os ecossistemas e adaptação ao contexto de alterações climáticas.

A Agência Executora Nacional (AEN) buscou contribuir com a facilitação dos trabalhos do Comitê Gestor Nacional (CGN), instância diretiva e deliberativa do DGM Brasil, com uma equipe capacitada para desenvolver critérios para análise e avaliação de riscos específicos e apresentar os devidos relatórios operacionais e financeiros ao Banco Mundial. A AEN, selecionada pelo CGN como responsável pelo desembolso de fundos de doação aos projetos, pelo monitoramento do Projeto DGM e projetos das organizações representativas e de apoio, buscou garantir um bom uso dos recursos do DGM, de acordo com as políticas operacionais e de salvaguarda do Banco Mundial, além de contribuir para que os procedimentos do DGM se adequassem às circunstâncias e exigências nacionais, em particular ao contexto em que vivem as organizações de povos e comunidades tradicionais dos cerrados brasileiros.

A AEN também manteve a documentação dos projetos do DGM no país, acompanhou a estratégia de comunicação em coordenação com a Agência Executora Global (AEG), administrou os processos de queixas e reparação de danos, respondendo prontamente às consultas e queixas que lhe foram encaminhadas. Além disso, assegurou canal de contato permanente com a Agência Executora Global (AEG) do DGM e com as Agências Executoras Nacionais (AEN) de outros países, desenvolvendo atividades conjuntas de intercâmbio de conhecimentos.

Na elaboração e revisões do Manual e das Diretrizes Operacionais do DGM -Brasil, buscou sempre considerar, além da dependência de recursos florestais, a diversidade destas diferentes culturas de povos e comunidades tradicionais existentes no país, suas formas de organização, articulação e capilaridade em redes construídas, buscando, desta forma, o maior grau de participação e envolvimento destas populações nos distintos contextos dos cerrados brasileiros.

No âmbito da execução administrativa e técnica do DGM-Brasil, a AEN foi responsável pela implementação de todas as atividades dos componentes do DGM-Brasil, conforme aprovado pelo Comitê Gestor Nacional, tais como: preparação, revisão e atualização do Manual Operacional do DGM-Brasil; preparação e submissão à apreciação do Comitê Gestor e à não-objeção do Banco Mundial dos planos anuais de aquisições e atividades e Plano de Gestão Socioambiental do projeto; organização das atividades de capacitação sob a supervisão do Comitê Gestor Nacional; disponibilização de acompanhamento técnico às organizações e redes representativas dos povos indígenas e comunidades locais tradicionalmente dependentes de recursos

florestais, conforme necessário para preparação de propostas e projetos técnicos e para a gestão de suas iniciativas comunitárias.

Durante toda a sua implementação, o Projeto buscou estimular processos em redes de cooperação e de solidariedade, envolvendo instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e instituições públicas que estão próximos a estes grupos de forma a contribuírem com o seu fortalecimento institucional e visibilização de suas organizações. A abordagem técnica considerou os sistemas agroalimentares tradicionalmente construídos, as estratégias agroextrativistas apoiadas na Agroecologia e no Direito de Povos e Comunidades Tradicionais, com a utilização de metodologias participativas de análise, discussão e planejamento das ações.

As chamadas do fundo de investimento – Subcomponente I – estabeleceu a concessão de doações a organizações de PICTs por meio de processo competitivo para investimentos contemplados no marco geral do DGM e qualificadas na proposição de editais em consonância com o Comitê Gestor Nacional - CGN. Foram estabelecidas condições para um bom processo de seleção das iniciativas comunitárias sustentáveis a serem apoiadas, tendo a AEN disponibilizado treinamento e assistência técnica local, com o propósito de fortalecimento das organizações e suas capacidades na gestão de projetos comunitários, acionando o apoio de redes sociotécnicas e organizações que hoje o CAA/NM articula nas diversas regiões dos cerrados brasileiros. Representou um desafio e uma riqueza superlativos a diversidade étnica de povos indígenas, de comunidades dos quilombos, de categorias identitárias de comunidades tradicionais, nos diversos estados de abrangência do Cerrado brasileiro.

No primeiro edital, entre os povos indígenas do Cerrado foram contempladas 17 etnias (Xavante, Xerente, Xakriabá, Terena, Guajajara, Tuxá, Krahô, Krahô-Kanela, Apinajé, Bakairi, Guarani, Chiquitano, Waurá, Yudjá, Ikpeng, Kaiabi, Kiriri), abrangendo os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão, Bahia e São Paulo. Foram contempladas também 6 comunidades quilombolas dos estados de Goiás, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Quanto às comunidades tradicionais, foram contempladas as comunidades de fechos de pasto (Bahia), as quebradeiras de coco babaçu (Maranhão, Tocantins e Piauí), os geraizeiros (Minas Gerais), os morroquianos (Mato Grosso), agroextrativistas (Minas Gerais), além da COOPCerrado, Central do Cerrado. Foram também destinados recursos para apoio institucional a redes e movimentos estratégicos do Cerrado brasileiro: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC; Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB; e Rede Cerrado.

No segundo edital, foram contemplados dos povos indígenas do Cerrado 11 etnias (Kaxixó, Fulni-ô, Nambikwara, Xavante, Terena, Guajajara/Guaja, Enawene Nawe, Gavião, Guarani Kaiowá, Krikati e Myky), nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Dentre as comunidades quilombolas, foram contempladas comunidades dos estados de Tocantins e Minas Gerais, incluindo

proposta da Federação N'Golo das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Dentre as comunidades tradicionais, foram contemplados os morroquianos, as quebradeiras de coco babaçu e agroextrativistas de Minas Gerais.

Além dessas iniciativas foram apoiadas redes de organizações comunitárias do bioma Cerrado com representação no CGN: Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado; Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME; Associação Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins; Conselho do Povo Terena.

Através do Subcomponente II "Capacitação e Fortalecimento Institucional" um papel importante foi cumprido na retroalimentação da operacionalização do Subcomponente I, através de: equalização das oportunidades de participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais no DGM-Brasil e outros projetos, programas e políticas relacionados à gestão de recursos florestais e naturais, adaptação às mudanças climáticas e aos mecanismos de REDD+; ampliação dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais em áreas relevantes aos objetivos do DGM-Brasil; e, contribuir para o fortalecimento institucional das entidades representativas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Dentre o conjunto de ações formativas desenvolvidas e para além da realização dos eventos, que contribuíram para uma melhor compreensão e articulação de conteúdos, políticas e estratégias sobre áreas prioritárias e de intervenção para os povos e comunidades tradicionais, vale destacar os 12 temas específicos abordados. Esses temas foram levantados a partir das demandas apresentadas pelos subprojetos e pelo CGN, em consonância com os temas fundantes do DGM Brasil, no segundo momento de revisão do Plano de CapacitAção, sendo eles: Elaboração de Projetos; Sistema de Gestão; Identidade e Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais; Mudanças Climáticas e a Política de REDD+; Restauração da Vegetação Nativa do Cerrado; Agroindústria; Sustentabilidade Socioambiental e Incidência Política; Energia Fotovoltaica; Agroecologia; Empoderamento Feminino e incidência Política; Comunicação Estratégica junto a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e; Intercâmbio de Projetos com foco em Produtos Orientados ao Mercado - POM.

Fruto também dos processos formativos foram publicados: um "Guia de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro", explorando a sociodiversidade encontrada, os direitos conquistados e os avanços legais e governamentais em cada um dos estados que integram o bioma, contatos de órgãos e instituições voltados à defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais (territoriais, sociais, culturais, etc.); um livro sobre os processos de capacitação, "A Capacitação do DGM - Brasil para Populações Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas", com detalhamento metodológico e descrição de todas as atividades de capacitação desenvolvidas pelo DGM Brasil, tanto na modalidade de visitas, intercâmbios, como de cursos de capacitação propriamente ditos, presenciais e remotos.

A inserção do CAA/NM em diversas redes sociais contribuiu para o estabelecimento de um amplo canal de comunicação do projeto com as diversas iniciativas de redes e articulações de povos e comunidades tradicionais (REDE CERRADO, MOPIC, ARTICULAÇÃO ROSALINO, ARTICULAÇÃO PACARI, MIQCB, APOINME, entre outras).

As atividades de acompanhamento técnico e treinamentos foram realizadas pela equipe chave do projeto e contratação de serviços de terceiros, conforme as especificidades de cada projeto. Tais atividades abordaram questões sobre gestão de iniciativas coletivas, administração, finanças e viabilidade econômica de iniciativas produtivas, entre outras.

No que concerne à gestão, monitoramento e avaliação, foram realizadas atividades necessárias à eficiente gestão, monitoramento, comunicação e avaliação do projeto através da implementação do Sistema de Gestão de Projeto e Subprojetos (SIGCAA) e treinamento.

O Sistema de monitoramento *on line* das atividades do DGM/Brasil (SIGCAA) foi idealizado e elaborado para facilitar o acompanhamento das atividades realizadas pelos subprojetos e do DGM como um todo, e para a quantificação e qualificação dos resultados. A ferramenta foi hospedada no sítio eletrônico do CAA/NM, e consta de um módulo gerencial e de um módulo entidade, onde é possível acompanhar o desempenho e progresso físico-financeiro, o progresso por resultados e atividades previstas, bem como elaborar e visualizar os relatórios semestrais de cada uma das iniciativas comunitárias apoiadas pelo DGM/Brasil. Consta também do SIGCAA um módulo de licitações para realizar e acompanhar os processos licitatórios do DGM e Subprojetos, além da seção Relatórios, onde é possível baixar planilhas de orçamento, visualizar o relatório completo e baixar relatórios em word de cada Subprojeto apoiado. O SIGCAA é um sistema interativo, onde os subprojetos registram todas as atividades que vão desenvolvendo, bem como comprovam como essas atividades foram desenvolvidas, através de mídias de imagem (vídeos e/ou fotos), documentos de texto ou planilhas, bem como listas de presenças das atividades realizadas.

Foram também realizadas várias atividades de apoio à realização das reuniões do Comitê Gestor Nacional - CGN, bem como **à** participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais em atividades de intercâmbio e espaços de proposição, formulação e tomada de decisão nas áreas relevantes e relacionadas ao DGM-Brasil.

Em março de 2020, o Estado brasileiro, nas esferas federal, estaduais e municipais, em obediência ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), decretou estado de quarentena em razão da pandemia da COVID-19. Essa quarentena impôs o "isolamento social" ou a manutenção das pessoas dentro de suas casas, como uma forma de diminuir o alcance do vírus e contaminação. Isso ocasionou um impacto muito grande nas pessoas, empresas e instituições, que se viram obrigadas a reverem todos os compromissos imediatos e os planejados, já que o processo perdura até o momento. No âmbito do DGM, os impactos imediatos foram de cancelamento de todos os compromissos presenciais que estavam previstos, como reuni**ões** do CGN e capacitações. Também acarretou adiamento de várias atividades e aquisições

dos subprojetos, levando a AEN a pensar em estratégias de apoio aos mesmos, para enfrentamento da situação.

Foi à luz desse cenário que o CGN tomou diversas decisões, como aprovação da adequação metodológica para realização dos cursos de capacitação previstos e possíveis de serem realizados de forma remota e cancelamento de cursos inviáveis de serem realizados remotamente; implementação da Rede de Solidariedade junto às famílias envolvidas diretamente nos subprojetos DGM, com apoio financeiro e de insumos para prevenção e enfrentamento dos impactos da pandemia da COVID-19; destinação de dois (02) apoios de fortalecimento institucional às organizações proponentes dos projetos, com aquisição de insumos de comunicação, insumos e equipamentos para produção de alimentos e mobilidade. Além disso, as visitas finais de avalição dos subprojetos e o seminário final de avaliação do projeto, que aconteceriam de forma presencial, foram readequadas para realização de forma remota, ou seja, de forma virtual, através de uma plataforma e metodologia que permitisse, da melhor forma possível, que atingíssemos os resultados esperados.

Como estratégia de enfrentamento da pandemia de COVID-19 – Rede de Solidariedade, foram disponibilizados recursos para apoio emergencial aos beneficiários do Projeto DGM Brasil (64 projetos apoiados) para compra de itens básicos (alimentos, materiais de higiene e equipamentos de proteção) ou para as cooperativas e famílias que estavam com produtos estocados e necessitando serem comercializados e consumidos. Houve também uma chamada de Fortalecimento dos projetos, com novo apoio para demandas de insumos a serem adquiridos, relacionados ao fortalecimento dos objetivos propostos e resultados esperados de cada uma das iniciativas apoiadas (máquinas e implementos agrícolas; equipamentos de informática e escritório; equipamentos de comunicação, fotografia e imagem; sementes crioulas para produção de alimentos; custos operacionais).

Consideramos, assim, diferenciais ou valores do DGM Brasil: a amplitude ou diversidade sociocultural envolvida, o processo de construção das propostas ou projetos técnicos a partir de manifestações de interesse, o sistema de gestão construído para atender às especificidades do público alvo e assegurar eficácia aos processos de monitoramento e avaliação, o processo de capacitação em temas prioritários do DGM Brasil e temas de interesse das iniciativas apoiadas, o atendimento emergencial em decorrência dos riscos de contaminação por COVID-19, os apoios para fortalecimento institucional das organizações comunitárias e de apoio, todas essas iniciativas visando consecução dos objetivos do Projeto DGM Brasil.

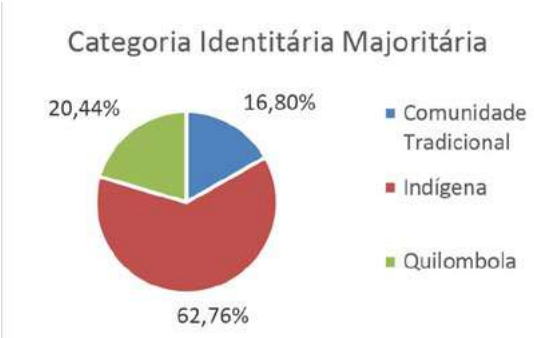
LINHA DE BASE – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DOS BENEFICIÁRIOS DO DGM BRASIL

Aderval Costa Filho

O presente estudo está focado nas condições socioeconômicas e ambientais das famílias beneficiárias do Projeto, além de apresentar também dados de infraestrutura, territoriais e de participação política. Os dados foram coletados in loco entre as famílias dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais envolvidos durante as visitas de checagem do 1º e 2º editais, entre os anos de 2017 e 2018.

O DGM até o momento envolveu ao todo 34.780 beneficiários, sendo 11.041 mulheres (51,28%), 9.925 jovens e 3.326 anciões e 14.477.351 hectares de área conservada sob domínio das comunidades; 102 hectares previstos para recuperação; 74 nascentes a serem protegidas; 238.089 hectares de área sob vigilância das comunidades; realização de 786 capacitações (intercâmbios, seminários, oficinas); capacitação de 322 mulheres; aumento da segurança alimentar de 527 famílias.

Deste universo, o presente estudo compreendeu a aplicação de 631 questionários, distribuídos entre as três categorias identitárias beneficiárias: povos indígenas (396 questionários ou 62,76% do total), comunidades quilombolas (129 questionários ou 20,44% do total) e comunidades tradicionais (responderam a 106 questionários ou 16,8% do total).



Em termos gerais, esses povos e comunidades integram a diversidade étnica, racial e cultural do Cerrado, e conformam modos de vida próprios, em estreita relação e dependência com o bioma e seus ecossistemas, resultando em sistemas agroalimentares variados, além da conservação de recursos naturais imprescindíveis à sua produção e reprodução social, e vastos conhecimentos tradicionais que lhes são associados.

Tais grupos têm seus direitos reconhecidos por Convenções Internacionais de que o Brasil é parte[1], pela Constituição Federal de 1988[2] e por uma série de dispositivos infraconstitucionais federais[3] e estaduais. Esses direitos envolvem o reconhecimento identitário, o acesso à terra/território, à água, à alimentação adequada, aos recursos naturais e saberes associados, dentre outros.

Não obstante todos esses direitos, tais grupos têm vivenciado inúmeros conflitos, decorrentes dos projetos de desenvolvimento, invasão de seus territórios e comprometimento dos recursos ambientais de que se utilizam (COSTA FILHO, 2015, p. 80-81)[4]. Esse quadro tem se agravado consideravelmente nos últimos anos, com o cenário político de retrocesso democrático (revogação de marcos legais, extinção de instâncias de controle social, desmonte de aparatos protetivos do Estado, supressão de programas sociais, cortes orçamentários), em sintonia com interesses e projetos hegemônicos.

As relações dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das comunidades tradicionais com suas terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos; eles assumem a qualificação de "território". E um território sempre implica dimensões simbólicas, como já ressaltado:

> No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território (COSTA FILHO e MENDES, 2013, p. 12-13)[5].

1. Como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (2003), a Convenção da Diversidade Biológica (1998), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007), além das Declarações Universais das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais (2018).
2. Particularmente os artigos 231 e 232, do capítulo VII, que tratam dos direitos territoriais e políticos dos povos indígenas, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (relativo à regularização fundiária de territórios das comunidades dos quilombos), os artigos 215 e 216, que determinam respectivamente a proteção das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório brasileiro.
3. Ressalta-se o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
4. COSTA FILHO, A. "Os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil" In: Os Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar.1ª ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p. 77-98.
5. COSTA FILHO, Aderval & MENDES, Ana Beatriz Vianna. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Belo Horizonte - MG: Superintendência de Comunicação Integrada/MPMG, 2013.

O território enseja um sentimento de pertença, não somente pela relação visceral que se estabelece entre o grupo e o território, mas também pelas condutas de territorialidade, o que comumente envolve mobilização continuada, no sentido da sua demarcação e defesa, critérios de inclusão e exclusão - quem é e quem não é da comunidade; que porções de terra fazem parte e que porções de terra não fazem parte do território -, identificação com um bioma/ecossistema, isso sem considerar os povos cujos territórios foram expropriados e se refugiaram no plano da memória, os povos nômades e transumantes, as comunidades que foram engolidas pelas cidades.

Esse entendimento é oportuno em razão, sobretudo, do processo de expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados e das lutas pela sua recuperação, consubstanciados no debate sobre *processos de territorialização* (OLIVEIRA FILHO, 1999)[6], que envolve normalmente contextos em que houve expropriação de terras tradicionalmente ocupadas, implicando tanto uma dimensão espacial concreta - *o território* -, quanto também o conjunto de relações sociais e representações sobre o espaço em que se dão essas relações.

Paul Little (2002)[7], ao retomar a noção de "processos de territorialização" de Oliveira Filho, identifica tais processos como relacionados a contextos intersocietários de conflito, e afirma que

> Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002, p. 4)[8]

Também a partir das contribuições de Oliveira Filho (1999)[9], Almeida (2006)[10] identifica a "territorialidade" como categoria mais próxima do discurso geográfico. Propõe outro significado a partir de noção prática designada como "territorialidade específica", para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados (ALMEIDA, 2006, p. 24)[11].

Entende-se, neste caso, o *processo de territorialização* como categoria analítica subsidiária da noção de *terras tradicionalmente ocupadas*, expressão utilizada na

6. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos índios misturados?: situação colonial, territorilização e fluxos culturais. In. João Pacheco de Oliveira Filho (Org.) *A viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
7. LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. N° 322. Brasília: DAN/UnB, 2002.
8. Op. cit.
9. Op. cit.
10. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto*: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
11. Op. cit.

Constituição Federal de 1988 para conferir direitos aos povos indígenas. Segundo o referido autor, tais formas de uso comum designam situações pelas quais o controle dos recursos básicos não é exercido individualmente por determinado grupo doméstico ou por um dos seus membros. "Tal controle se dá através de normas específicas, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social" (ALMEIDA, 2006, p. 24)[12].

Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais o conceito de *terras tradicionalmente ocupadas* tem ampliado seu significado, coadunando-se com aspectos situacionais que caracterizam hoje o advento de identidades coletivas. Tornou-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas, conjugando assim direitos civis e direitos consuetudinários.

Segundo Little (2002)[13], do ponto de vista fundiário ou territorial, no regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória social são fatores que conformam similaridades entre todos os povos tradicionais. O autor assim define a territorialidade:

> Esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou *homeland* (cf. Sack, 1986: 19). Casimir (1992) mostra que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p. 3)[14].

A categoria inclusiva "povos e comunidades tradicionais" no Brasil, sobretudo os do meio rural, pode ser entendida como representando formas contemporâneas de campesinato, etnicamente marcadas. Nesse sentido, sua agricultura camponesa tradicional pressupõe relação entre propriedade, trabalho e família, particularidades quanto aos objetivos sociais da atividade econômica, experiências de sociabilidade, inserção na sociedade envolvente (WANDERLEY, 1999)[15].

Normalmente, as famílias conjugam cultivo, criação, pesca, caça de subsistência e coleta, traduzindo-se em policultivos em meio a áreas de vegetação nativa, e caracterizam-se como famílias pluriativas, que combinam atividades agrícolas com outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida e de

12. Op. cit.
13. Op. cit.
14. Op. cit.
15. WANDERLEY, Maria de Nazaré. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: João Carlos Tedesco (Org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

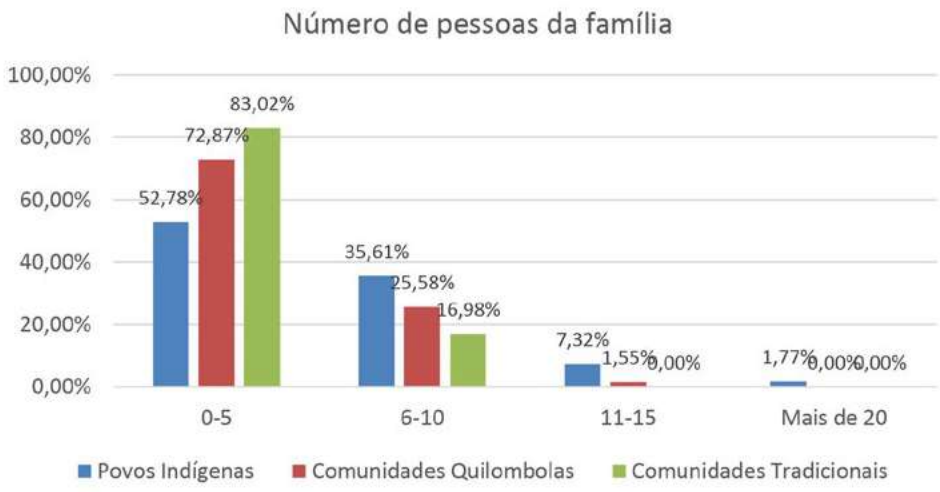
permanência no campo (CARNEIRO, 2008, p. 21)[16]; bem como pela reivindicação de alimentação mais saudável conjugada aos movimentos de recuperação do meio ambiente e produção agroecológica de pequena escala. O que se coaduna com o "caráter multifuncional" da agricultura, que associa práticas agrícolas a estratégias de conservação dos recursos naturais, mitigação de mudanças climáticas, valores ligados à sociabilidade, identidade, dentre outros (WILSON, 2010)[17].

Em todas essas perspectivas ressalta-se a importância estrutural ou simbólica da terra, entendida, não como um objeto ou mercadoria, mas como expressão de moralidade (WOORTMANN K., 1990, p. 12)[18]. Não se trata, portanto, de terra no sentido estrito, mas de território ou territórios de parentelas.

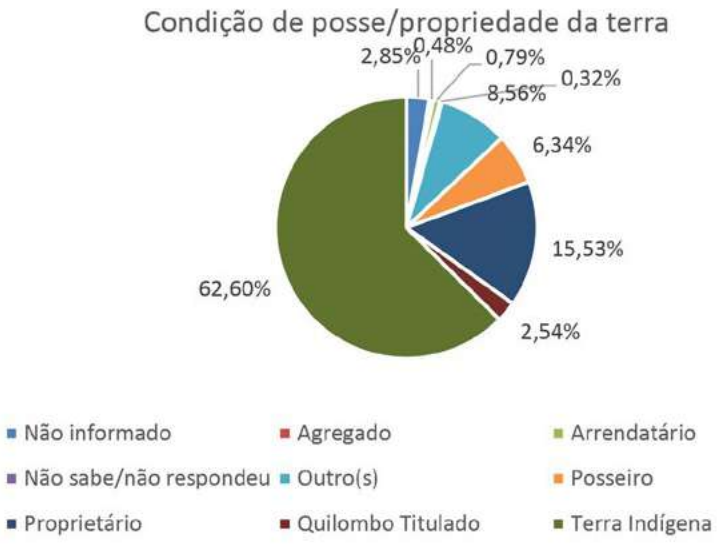
IDENTIFICAÇÃO

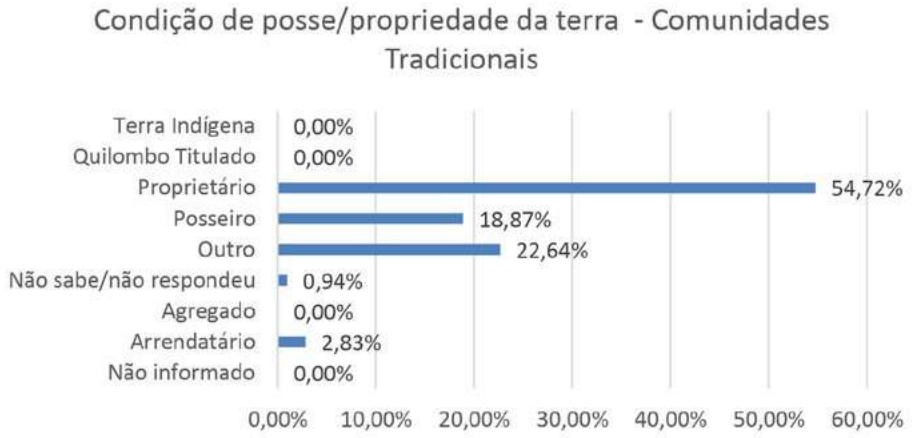
Quanto à **composição familiar**, a maioria das famílias possui até 5 pessoas (61,97%) e 31,22% das famílias possui de 6 a 11 pessoas. Em média as famílias possuem cerca de 6 integrantes; a maior quantidade de indivíduos encontrada foi de 47 pessoas. Entre os povos indígenas, verificou-se que a maioria das famílias possui até 5 pessoas (52,78%) e 35,61% possui de 6 a 10 pessoas; apenas 1,77% possui mais de 20 pessoas. Nas comunidades quilombolas, a maioria das famílias possui até 5 pessoas (72,87%) e 25,58% possui de 6 a 10; nenhuma família ultrapassou 16 pessoas. Nas comunidades tradicionais, a maioria possui até 5 indivíduos (83,02%) e 16,98% possuem de 6 a 10 integrantes, com máximo de 11 pessoas.

16. CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. Ruris, Campinas. vol. 2, n. 1, 2008, p. 9-38.
17. WILSON, Geoff. Multifunctional 'quality' and rural community resilience. Royal Geographical Society (with The Institute of British Geographers). NS 35, p. 364-381, 2010.
18. WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral" In Anuário Antropológico/87. Brasília: EdUnB. 1990.

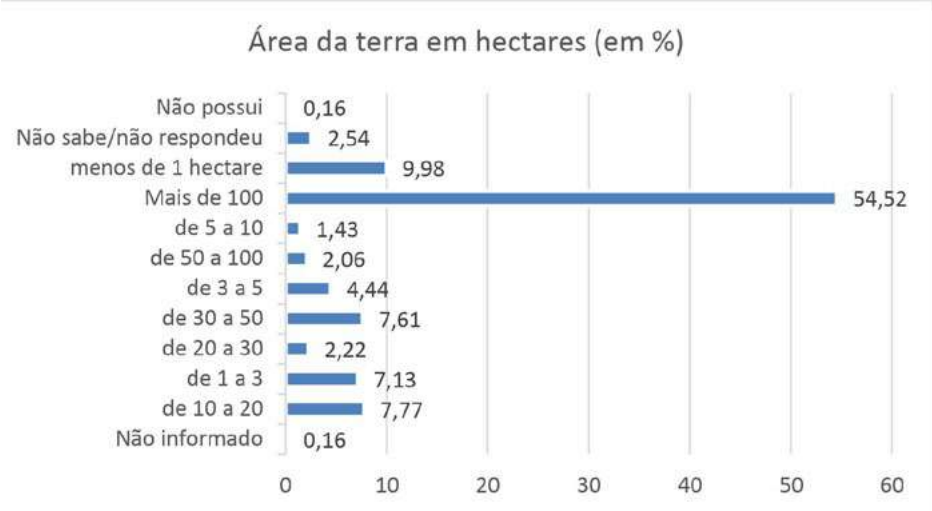


Em relação à **situação fundiária**, 62,60% trata-se de terra indígena. Quanto às comunidades quilombolas, 31,01% se diz proprietário, 15,50% é de posseiros, e 23,26% possui outra condição ou não respondeu à questão (13,95%); constatou-se baixa frequência de quilombo titulado, 16 entrevistados (2,54%). Em relação às comunidades tradicionais, a maioria se diz proprietária (54,72%), 18,87% é de posseiros e 22,67% possui outra condição de posse/propriedade da terra.

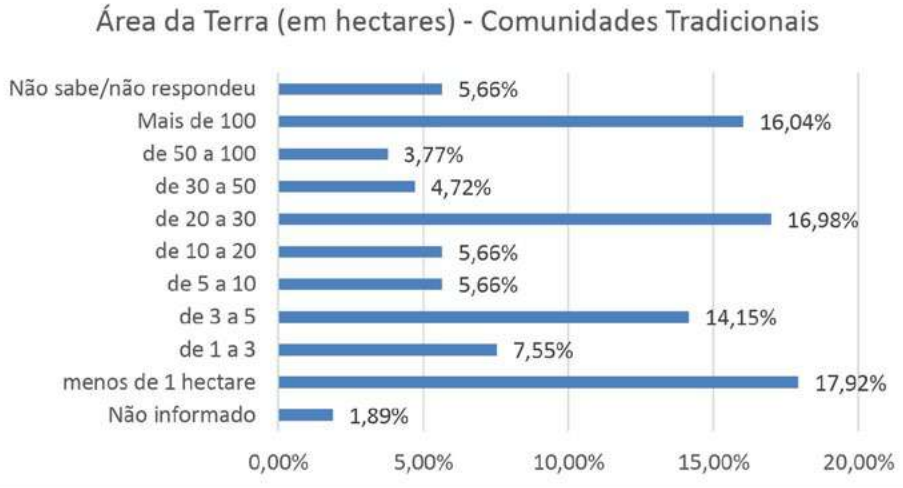




Quanto à **área da terra de ocupação e uso das famílias**, em hectares, verificou-se que a maioria possui área de mais de 100 hectares (54,52%), correspondendo quase totalmente aos indígenas. Destaca-se também que quase 10% possui área menor do que 1 hectare. Também foram mais citadas as áreas de 10 a 20 hectares (7,77%), de 30 a 50 hectares (7,61%), e de 1 a 3 hectares (7,13%). A área menos citada foi de 5 a 10 hectares (1,43% do total).

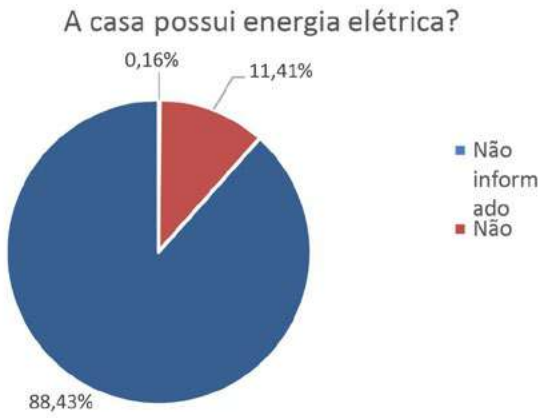

Área da terra em hectares (em %)
Não possui
Não sabe/não respondeu
menos de 1 hectare
Mais de 100
de 5 a 10
de 50 a 100
de 3 a 5
de 30 a 50
de 20 a 30
de 1 a 3
de 10 a 20
Não informado
0,16
2,54
9,98
54,52
1,43
2,06
4,44
7,61
2,22
7,13
7,77
0,16
0
10
20
30
40
50
60

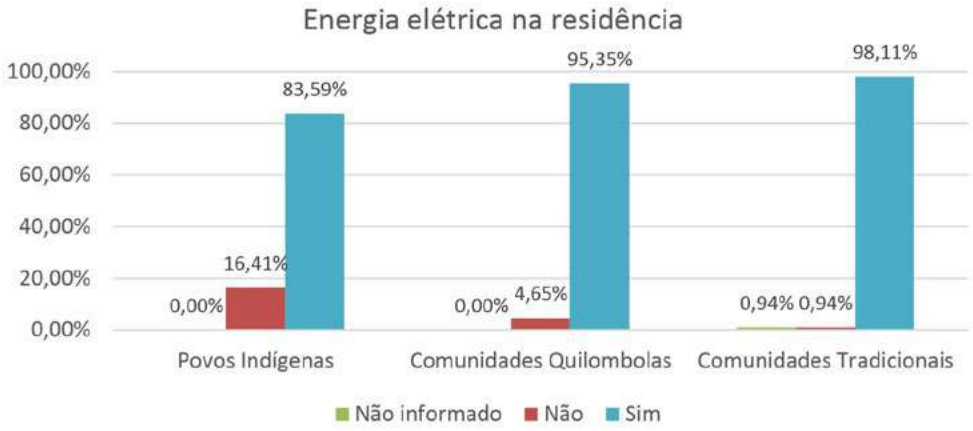
Área da Terra (em hectares) - Comunidades Quilombolas
Não sabe/não respondeu
Mais de 100
de 50 a 100
de 30 a 50
de 20 a 30
de 10 a 20
de 5 a 10
de 3 a 5
de 1 a 3
menos de 1 hectare
Não informado
5,66%
16,04%
3,77%
4,72%
16,98%
5,66%
5,66%
14,15%
7,55%
17,92%
1,89%
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%


Área da Terra (em hectares) - Comunidades Tradicionais
Não sabe/não respondeu
Mais de 100
de 50 a 100
de 30 a 50
de 20 a 30
de 10 a 20
de 5 a 10
de 3 a 5
de 1 a 3
menos de 1 hectare
Não informado
5,66%
16,04%
3,77%
4,72%
16,98%
5,66%
5,66%
14,15%
7,55%
17,92%
1,89%
0,00%
5,00%
10,00%
15,00%
20,00%

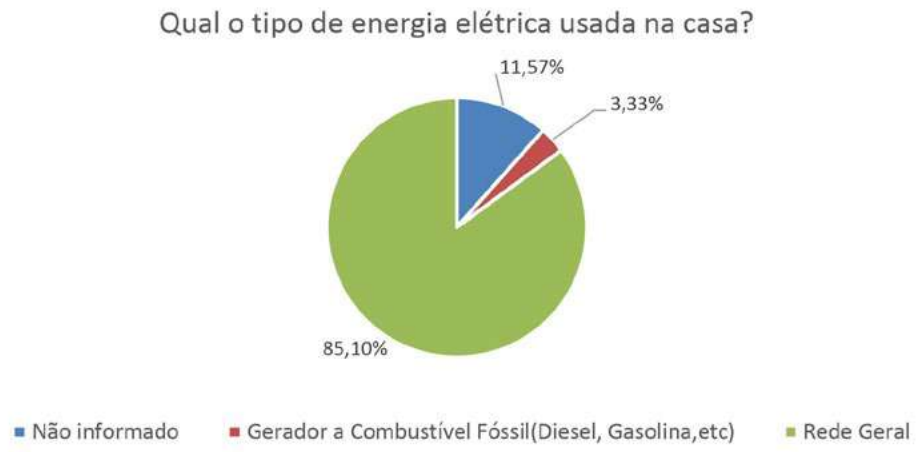
INFRAESTRUTURA

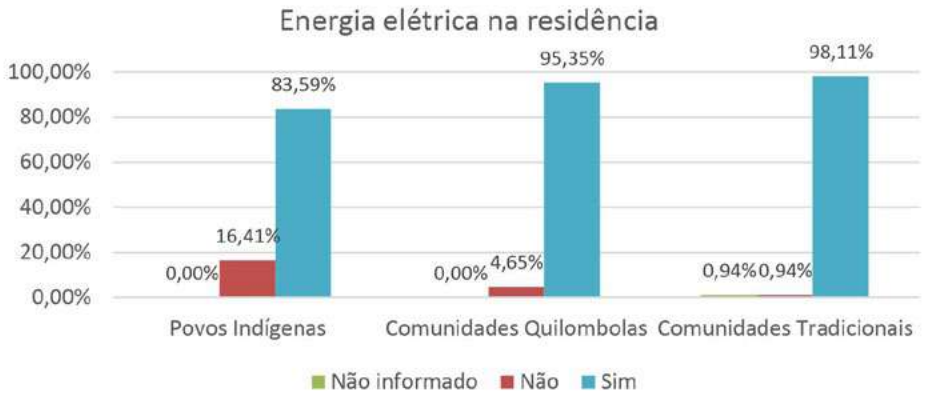
No que se refere ao **acesso à energia elétrica** na propriedade, verificou-se que a maioria (88,43%) possui acesso à energia elétrica em casa e que 11,41% não possui. Entre os povos indígenas, a maioria (83,59%) possui acesso e 16,41% não possui. Entre as comunidades quilombolas, 95,35% possui acesso e 4,65% não possui. Quanto às comunidades tradicionais, 98,11% possui acesso, o percentual mais alto entre as categorias identitárias.

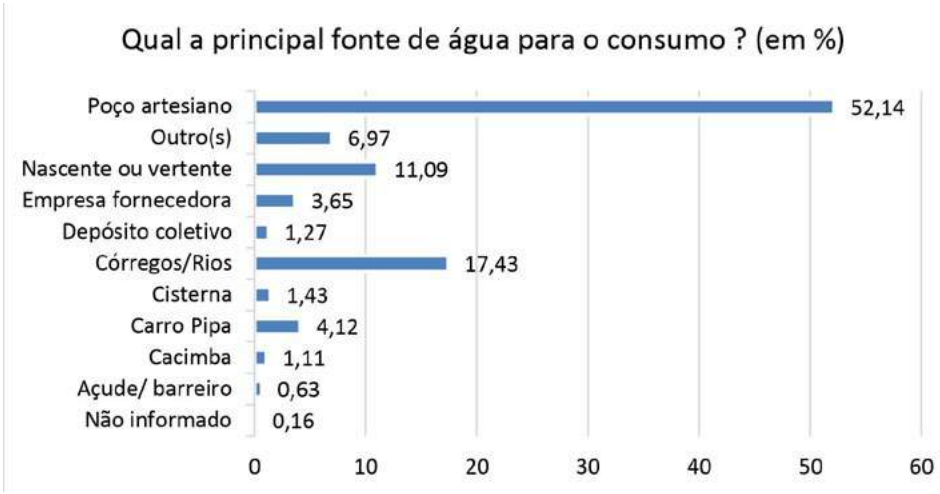




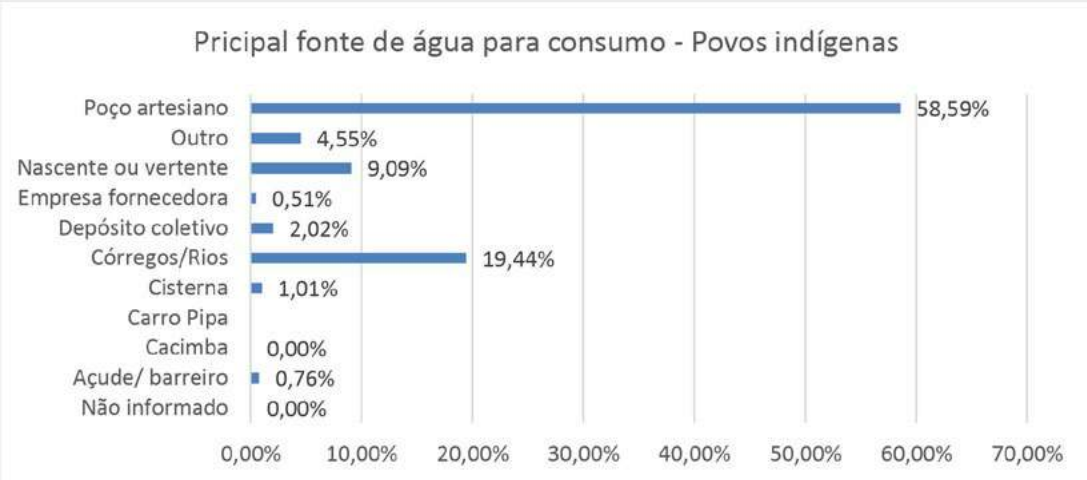
Quanto ao **tipo de energia** usada na residência, a maioria (85,1%) possui acesso à rede geral, 3,33% utiliza gerador movido a combustível fóssil (diesel, gasolina, etc.) e 11,57% não informou. Entre os povos indígenas, a maioria (78,28%) possui acesso à rede geral e 5,30% utiliza gerador movido a combustível fóssil (diesel, gasolina, etc.), não usado pelas famílias das outras categorias identitárias. Entre as comunidades quilombolas, 95,35% possui acesso à rede geral. Quanto às comunidades tradicionais, a maioria utiliza energia da rede geral (98,11%).

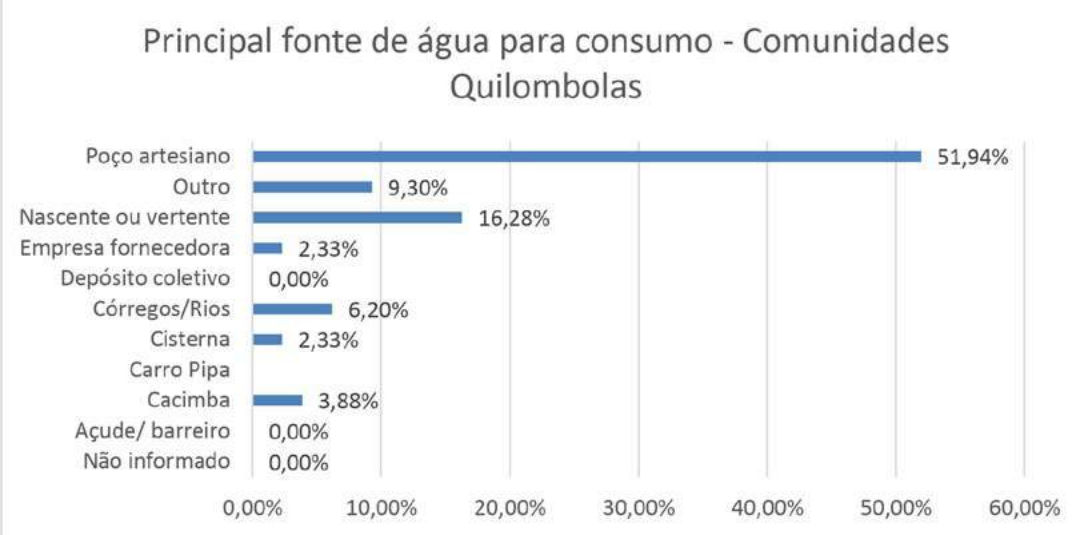




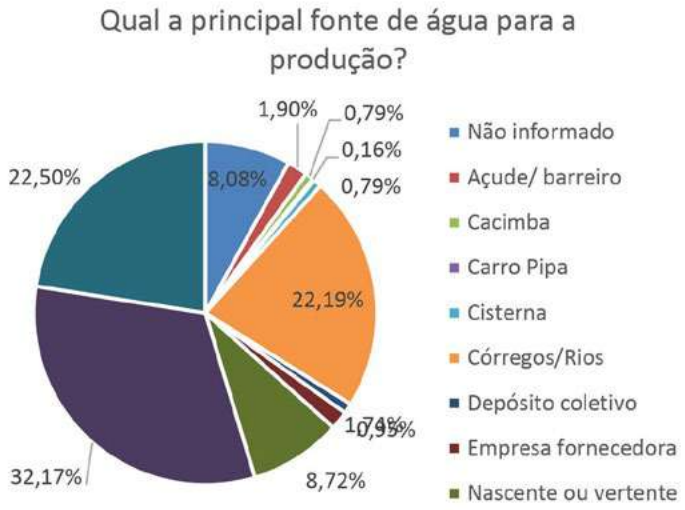


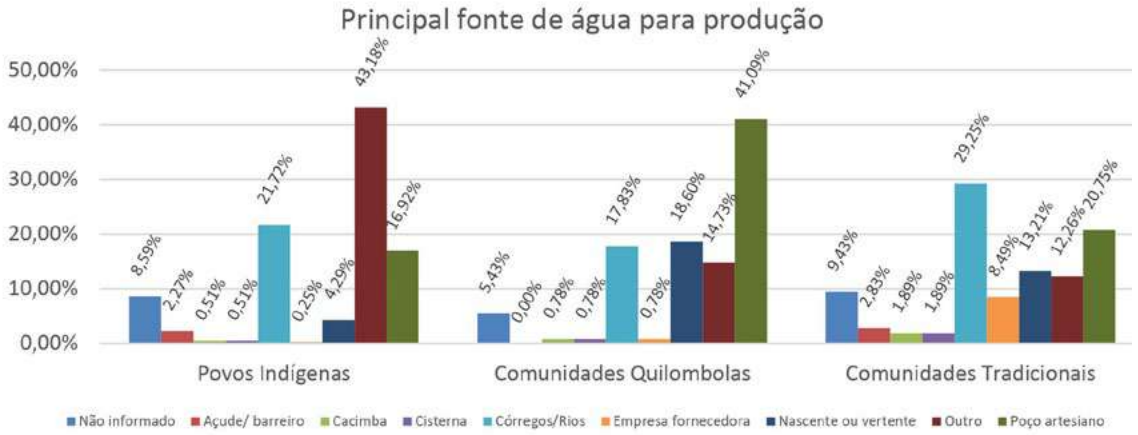
Em relação à **fonte da água utilizada para consumo** da família, a maioria (52,14%) utiliza água de poço artesiano, 17,43% utiliza água de córregos/rios e 11,09% utiliza água de nascente ou vertente. Constatou-se ainda que 3,65% utiliza água de rede geral (empresa fornecedora) e que 6,97% utiliza água de outras fontes.





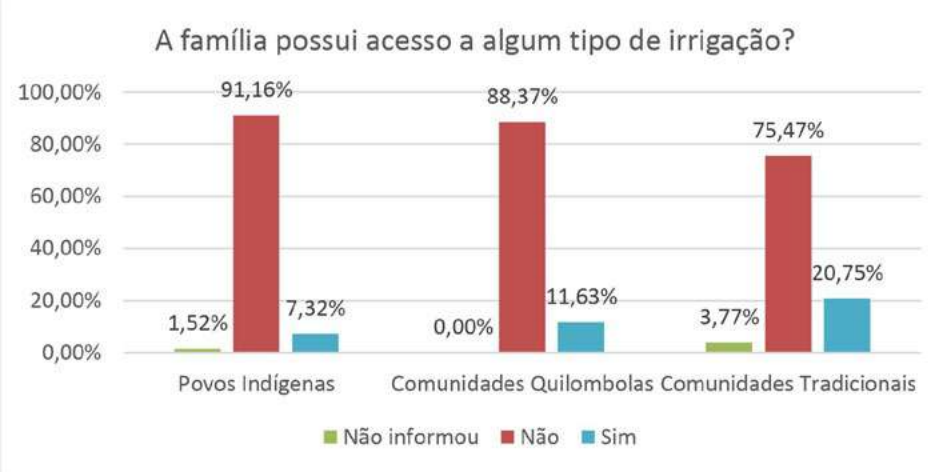
No que se refere à **fonte de água para a produção**, as famílias utilizam principalmente água de córregos/rios (27,19%) e poço artesiano (22,5%). Verificou-se também que 32,17% utiliza outra fonte de água. Entre os povos indígenas as famílias utilizam água de córregos/rios (21,72%), de poço artesiano (16,92%) ou outra fonte de água (43,18%). Quanto às comunidades quilombolas, utilizam poço artesiano (41,09%), água de nascente ou vertente (18,60%), água de córregos/rios (17,83%) e utilizam outras fontes de abastecimento (14,73%). No que se refere às comunidades tradicionais, 29,25% utiliza água de córregos/rios, 13,21% utiliza água de nascente ou vertente, 20,75% utiliza poço artesiano e que 12,26% utiliza outra fonte.



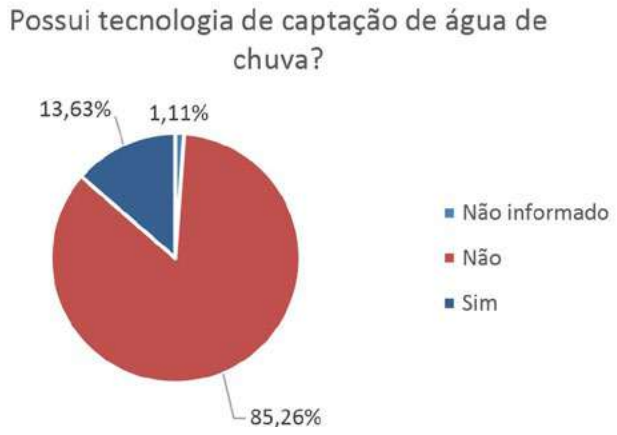


Quanto às **outras fontes de água utilizada para a produção** por 32,17% dos entrevistados (203 respondentes), verificou-se que são utilizadas principalmente as águas provenientes das chuvas, conforme mencionado por 82,26% dos respondentes. Também foram mencionadas outras fontes, tais como barraginhas, cisternas de placa e calçadão. Em relação as categorias identitárias, em todas, a água da chuva foi apontada como principal fonte de outras águas para produção, a saber, nos povos indígenas (84,8%), nas comunidades quilombolas (73,68%) e nas comunidades tradicionais (53,85%).

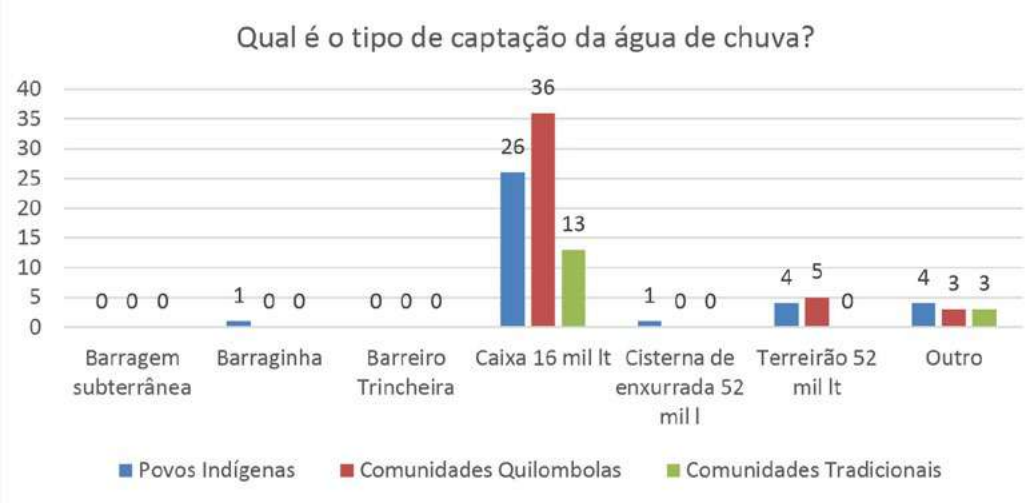
Quanto ao acesso a algum tipo de **irrigação**, verificou-se que a maioria (87,96%) não possui acesso e que 10,46% possui acesso à irrigação. Entre os povos indígenas, a maioria (91,16%) não possui acesso e 7,32% possui acesso à irrigação. Em relação às comunidades quilombolas, a maioria também não possui acesso (88,37%) e 11,63% possui. Quanto às comunidades tradicionais, 75,47% não tem acesso à irrigação e 20,75% possui acesso a algum tipo de irrigação.



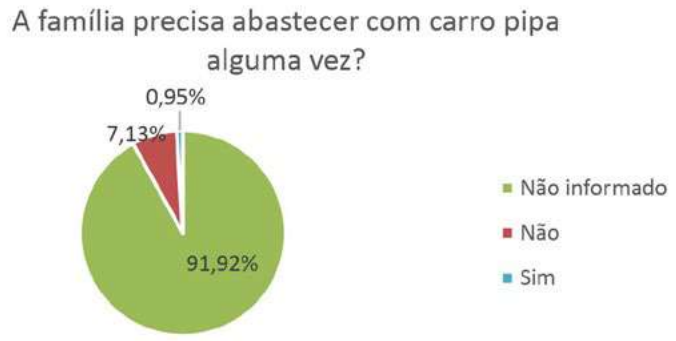
Quanto ao **uso de tecnologia de captação de água de chuva**, verificou-se que em sua maioria, 85,26% das residências, não há tecnologia para tal e que em 13,63% das residências há tecnologia para captação de água da chuva. Entre os povos indígenas, na maioria (90,91%) não há tecnologia para captação de água da chuva, em 7,83% das residências há tecnologia para tal. Em relação às comunidades quilombolas, 69,77% não utiliza tecnologia para captação de água da chuva e 30,23% utiliza; maior percentual de uso entre as três categorias identitárias. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que 83,02% não possui tecnologia para captação de água da chuva e que em 15,09% possui.



Ainda com relação à **captação de água de chuva**, em relação ao tipo de captação utilizado, os entrevistados utilizam caixa de 16 mil litros (75 casos), terreirão 52 mil litros (9 casos), barraginha e cisterna de enxurrada de 52 mil litros (1 caso cada). Constatou-se ainda que 545 respondentes (86,37% do total) não souberam informar e que dez respondentes utilizam outra forma de captação de água. No que se refere aos povos indígenas, a caixa de 16 mil litros é a mais utilizada (26 casos), o mesmo verificado entre as comunidades quilombolas (36 casos) e entre as comunidades tradicionais (13 casos). Também foram citadas a barraginha, a cisterna de enxurrada de 52 mil litros, terreirão de 52 mil litros.

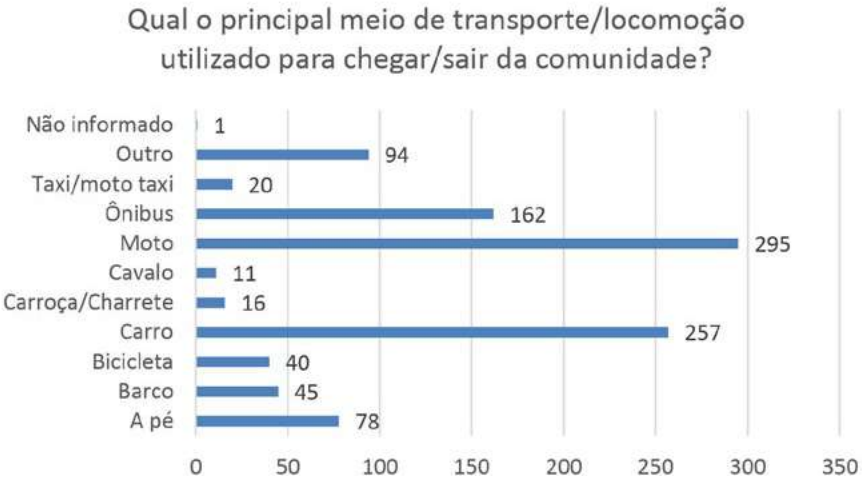


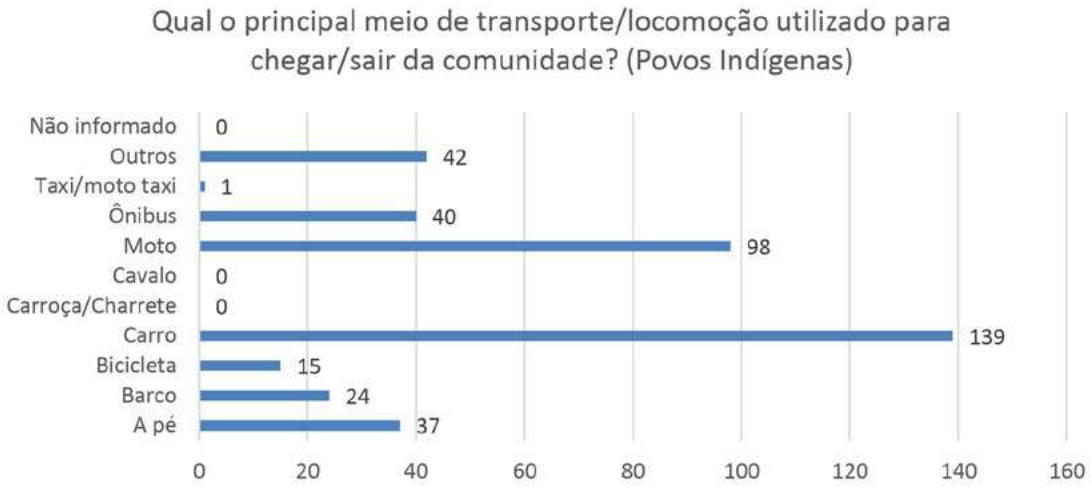
No que se refere à necessidade de **abastecimento com carro pipa**, constatou-se que apenas 0,95% dos entrevistados fazem uso. Ressalta-se, no entanto, que a maioria dos entrevistados (91,92%) não respondeu. Entre os povos indígenas, apenas 1,01% precisa abastecer por meio de carro pipa. Em relação às comunidades quilombolas, apenas um respondente (0,78%) precisou abastecer com carro pipa. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que apenas um respondente (0,94%) precisou abastecer com carro pipa.

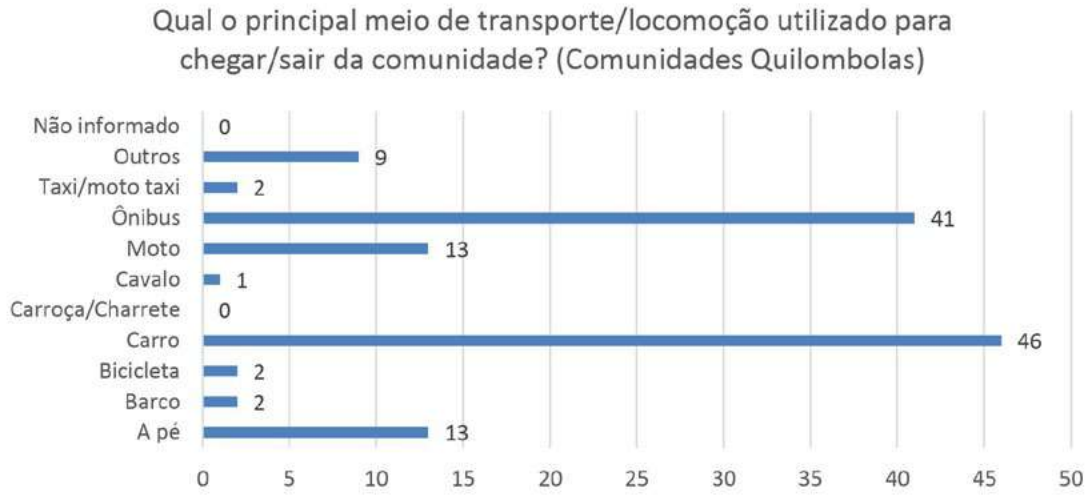


TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Em relação aos **meios de transporte/locomoção** utilizados pela família para chegar/sair da comunidade, verificou-se que os meios mais usados são a moto (295 pessoas), carro (257) e ônibus (162). Constatou-se ainda que 94 entrevistados utilizam outros tipos de transporte. Entre os povos indígenas os meios mais usados são carros (174 respondentes), as motos (191 respondentes), ônibus (70 respondentes) e 62 entrevistados utiliza outros tipos de transporte. Quanto aos quilombolas também os carros são os veículos mais utilizados (51), seguido pelas motos (48), e ônibus e a pé (75). Entre as comunidades tradicionais, verificou-se a moto (56), seguida do carro (32 respondentes) e do ônibus (30 pessoas).




Qual o principal meio de transporte/locomoção utilizado para chegar/sair da comunidade? (Povos Indígenas)
Não informado 0
Outros 42
Taxi/moto taxi 1
Ônibus 40
Moto 98
Cavalo 0
Carroça/Charrete 0
Carro 139
Bicicleta 15
Barco 24
A pé 37
0 20 40 60 80 100 120 140 160


Qual o principal meio de transporte/locomoção utilizado para chegar/sair da comunidade? (Comunidades Quilombolas)
Não informado 0
Outros 9
Taxi/moto taxi 2
Ônibus 41
Moto 13
Cavalo 1
Carroça/Charrete 0
Carro 46
Bicicleta 2
Barco 2
A pé 13
0 5 10 15 20 25 30 35 40 45 50

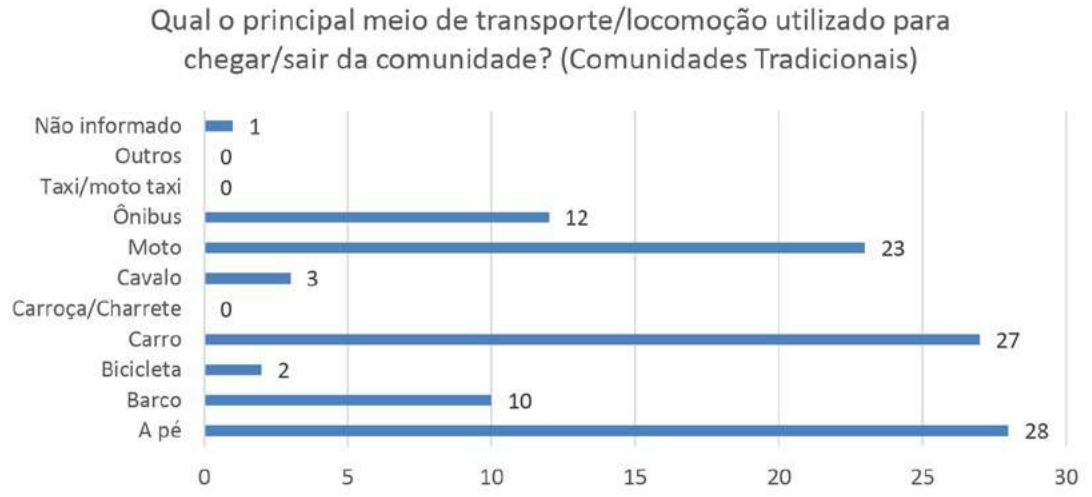
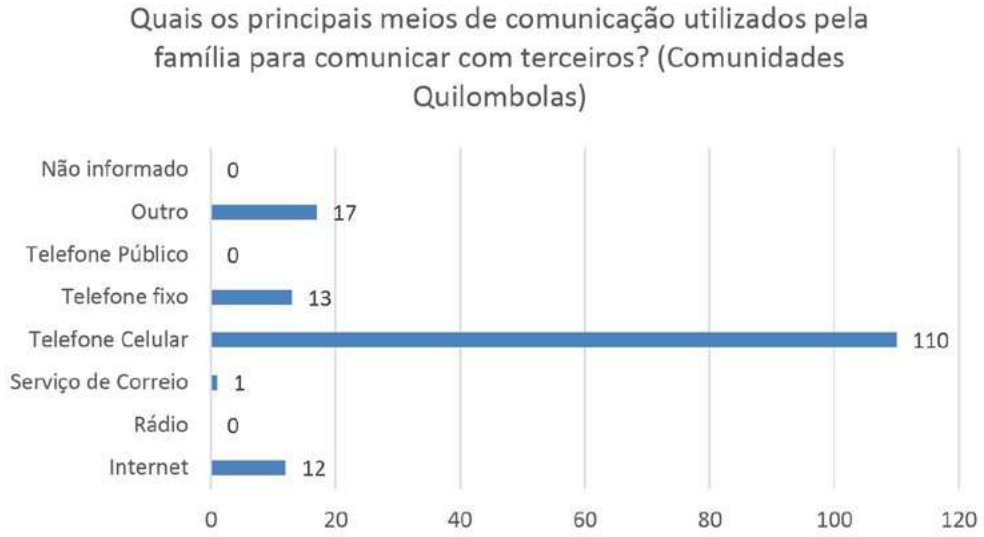
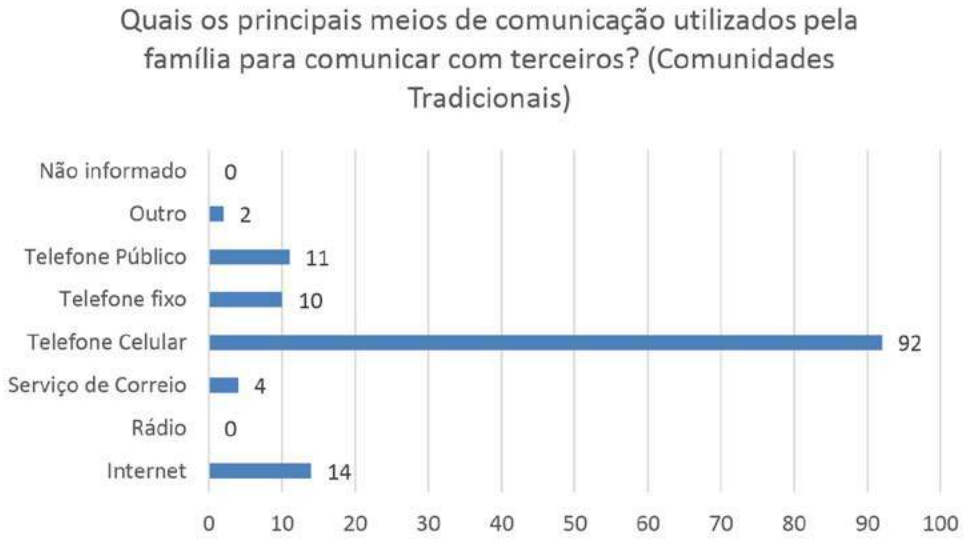

Qual o principal meio de transporte/locomoção utilizado para chegar/sair da comunidade? (Comunidades Tradicionais)
Não informado 1
Outros 0
Taxi/moto taxi 0
Ônibus 12
Moto 23
Cavalo 3
Carroça/Charrete 0
Carro 27
Bicicleta 2
Barco 10
A pé 28
0 5 10 15 20 25 30

Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

Quanto aos principais **meios de comunicação** utilizados pela família **para se comunicar** com terceiros, verificou-se que os mais usados são o telefone celular (423 famílias), a Internet (97), e o telefone público (86 pessoas) e ressalta-se que 83 entrevistados utilizam outro meio. Em relação aos outros meios utilizados pelos indígenas, verificou-se que os mais frequentes são o rádio amador (25,71%) e o celular de antena rural (10%). Entre as comunidades quilombolas e tradicionais, o celular de antena rural (29,41%) e a antena de celular (23,53%).

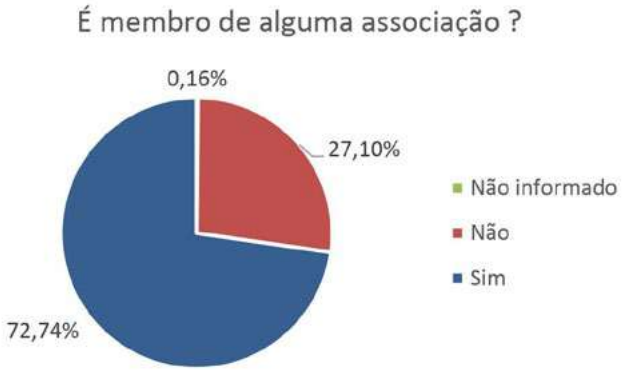
Quais os principais meios de comunicação utilizados pela família para comunicar com terceiros? (Povos Indígenas)
Não informado
Outro
Telefone Público
Telefone fixo
Telefone Celular
Serviço de Correio
Rádio
Internet
0
70
75
8
221
2
26
71
0
50
100
150
200
250

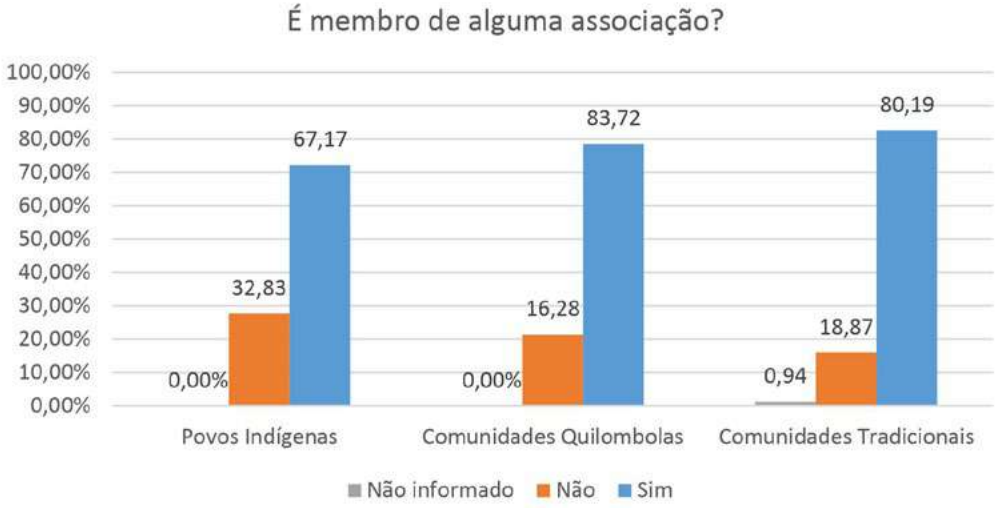

Quais os principais meios de comunicação utilizados pela família para comunicar com terceiros? (Comunidades Quilombolas)
Não informado
Outro
Telefone Público
Telefone fixo
Telefone Celular
Serviço de Correio
Rádio
Internet
0
17
0
13
110
1
0
12
0
20
40
60
80
100
120


Quais os principais meios de comunicação utilizados pela família para comunicar com terceiros? (Comunidades Tradicionais)
Não informado
Outro
Telefone Público
Telefone fixo
Telefone Celular
Serviço de Correio
Rádio
Internet
0
2
11
10
92
4
0
14
0
10
20
30
40
50
60
70
80
90
100

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Quanto à participação comunitária da família, no que se refere a ser membro de alguma **associação**, constatou-se que 72,74% dos entrevistados participa de alguma associação e que 27,1% não participa. Entre os povos indígenas, 67,17% participa de alguma associação e 32,83% não participa. Entre as comunidades quilombolas, 83,2% participa e 16,28% não participa de nenhuma associação. Quanto às comunidades tradicionais, 80,19% participa e 18,87% não participa.





Em relação aos **temas tratados em associação**, verificou-se que os mais frequentes entre os povos indígenas foram a discussão de projetos (54 casos), questões relacionadas à produção (50 respondentes), questões culturais (46 casos) e recuperação ambiental (38 casos). Entre os quilombolas, os assuntos mais citados foram questões ligadas ao associativismo, cooperativismo e fortalecimento institucional (40 casos), também associados à questão de elaboração de projetos (31 casos) e temáticas ligadas à produção (28 pessoas). Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que os assuntos mais citados pelos respondentes foram relacionados à produção (17 casos), à elaboração e discussão de projetos (13 casos) e a questões ligadas a associativismo, cooperativismo e fortalecimento institucional (12 casos).

Em relação à participação comunitária da família em alguma **cooperativa**, constatou-se que a maioria dos respondentes (95,72%) não participa de cooperativa e que apenas 3,65% participa. Entre os indígenas, a maioria (98,99%) não participa de cooperativa e apenas 1,01% participa (4 pessoas). Em relação às comunidades quilombolas, 86,82% não participa de cooperativa e 11,63% participa. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 94,34% não participa de cooperativa e apenas 3,77% participa (4 pessoas).

Em relação à participação da família em **sindicato**, constatou-se que a maioria (80,67%) não participa de sindicato e que 19,18% participa. Entre os povos indígenas 98,23% não participa de sindicato e apenas 1,77% participa. Entre as comunidades quilombolas 67,44% não participa de sindicato e 32,56% participa. Em relação às comunidades tradicionais, diferentemente das demais categorias identitárias, a maioria (67,92%) participa de sindicato e que 31,13% não participa.

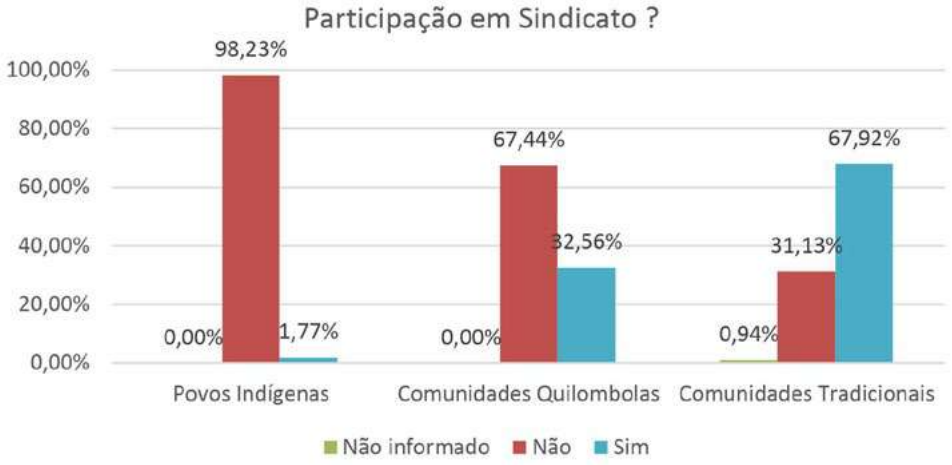
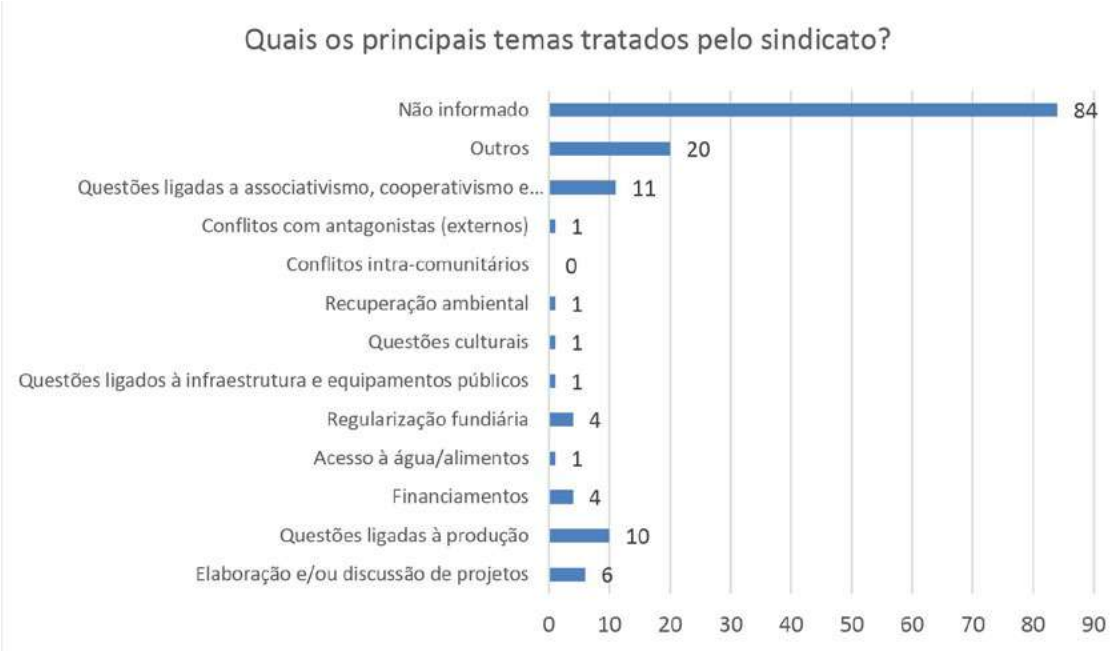


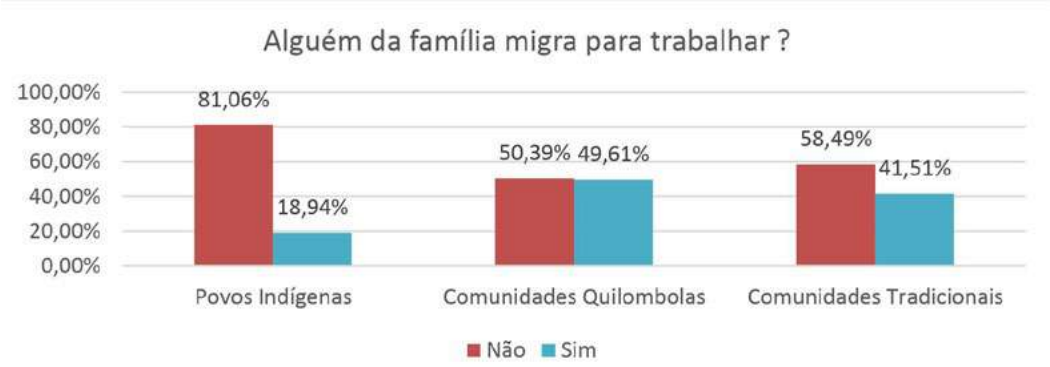
Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

Em relação aos **temas tratados no sindicato**, a maioria dos entrevistados não soube informar a temática tratada (84 casos ou 66,94%). Quanto aos que especificaram algum tema, verificou-se questões relacionadas ao associativismo ou cooperativismo para o fortalecimento institucional (11 casos), sendo também amplamente tratadas questões relacionadas à produção (10) e a respeito da elaboração e/ou discussão de projetos (6 casos).

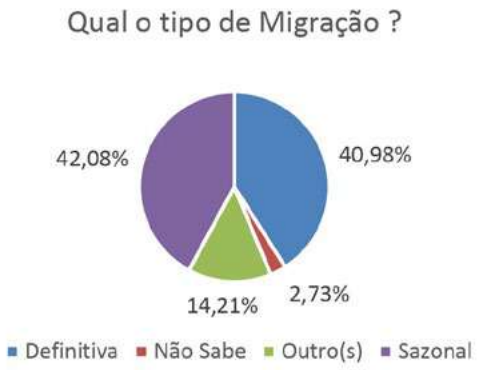


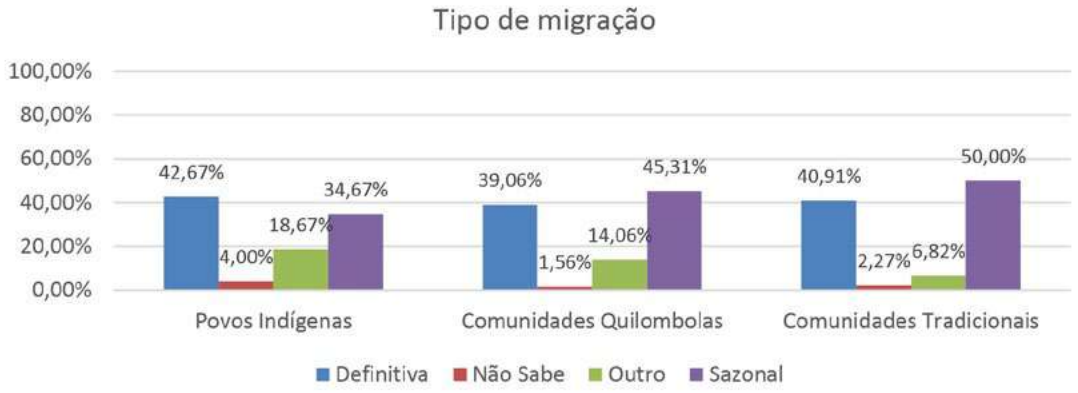
MIGRAÇÃO

Em relação à **migração**, verificou-se que 71% dos respondentes não teve parentes migrando para trabalhar em outros locais, enquanto que 29,3% já teve pessoas da família que migraram para trabalhar. Entre os povos indígenas, constatou-se que 81,06% não teve parentes migrando para trabalhar em outros locais (o percentual mais alto entre as três categorias identitárias), enquanto que 18,94% já teve. Quanto aos quilombolas, 50,39% não teve parentes que migraram para trabalhar em outros locais e 49,61% possui. Em relação às comunidades tradicionais, 58,49% das famílias não teve parentes que migraram para trabalhar em outros locais, enquanto que 41,51% teve.



Quanto ao **tipo de migração**, verificou-se, entre as famílias dos 183 entrevistados que tiveram alguém da família que migrou, que em 42,08% das famílias a migração foi sazonal, que em 40,98% delas foi definitiva e que em 14,21% foi de outro tipo. Entre os povos indígenas, em 42,67% das famílias, a migração foi definitiva, em 34,67% das famílias a migração foi sazonal, e em 21,67% ocorreu por outro motivo. Quanto aos quilombolas, em 45,31% das famílias a migração foi sazonal, já em 39,06% foi definitiva, e em 14,06% foi decorrente de outras razões. Finalmente, quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que em 50% das famílias a migração foi sazonal, em 40,91% foi definitiva, já em 6,82% ocorreu por outras razões.

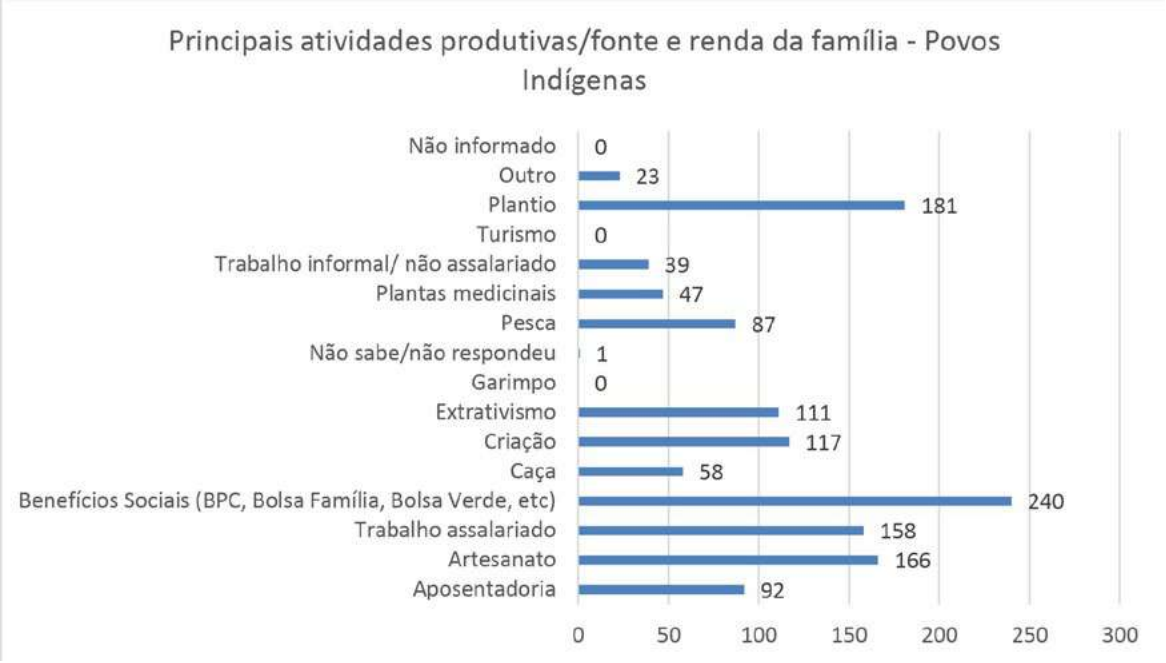


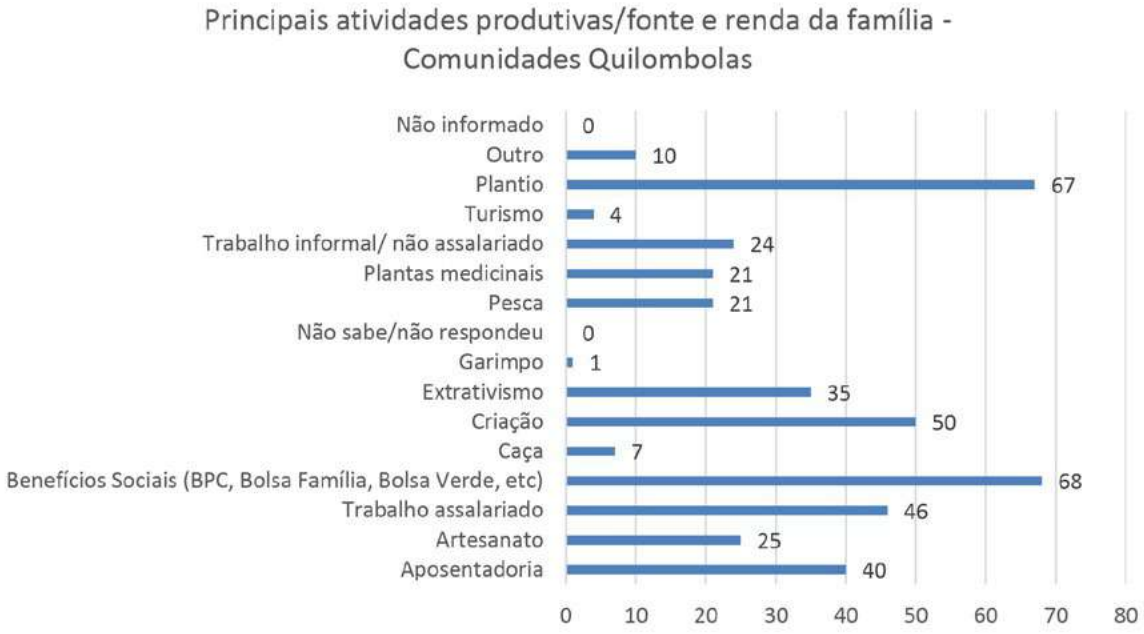


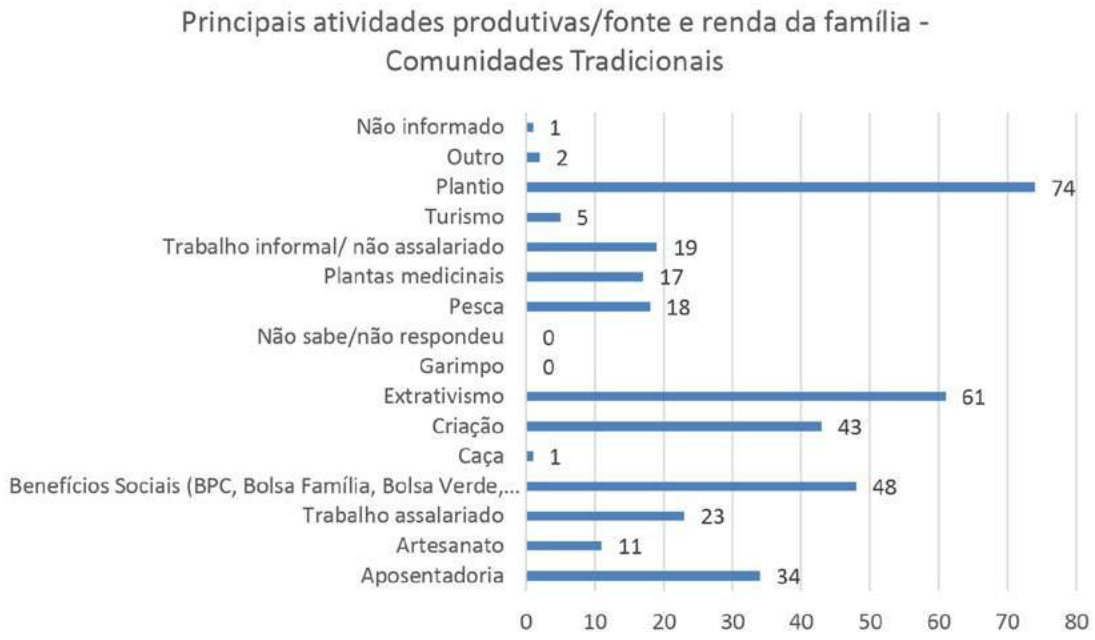
Quanto à **migração definitiva**, verificou-se que os **principais motivos** foram o trabalho (74,67%) e os estudos (20%). No total, 4 pessoas afirmaram possuir outros motivos, mais especificamente, casamento (2 respondentes), família (1 respondente) e outra aldeia (1 respondente). Entre os povos indígenas, 59,38% migrou definitivamente em razão do trabalho e 31,25% em função dos estudos. Entre os quilombolas 88,00% migrou definitivamente em razão do trabalho e 12% em razão de estudos. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que 83,33% migrou em razão do trabalho e 11,11% em função dos estudos.

PRODUÇÃO E RENDA

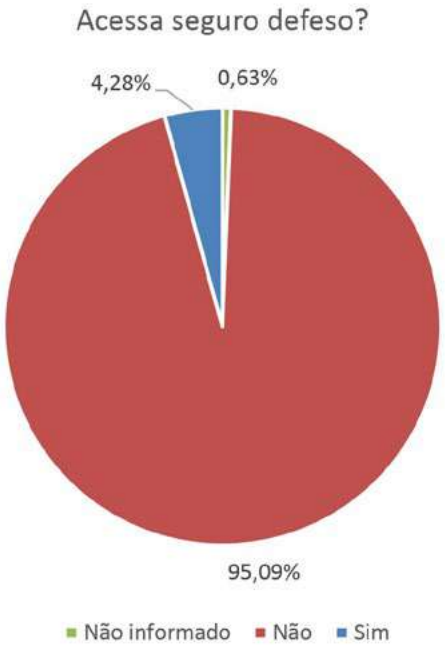
No que se refere às principais **atividades produtivas/fonte e renda da família**, verificou-se que as mais importantes são os benefícios sociais (BPC, Bolsa Família, Bolsa Verde etc.) citados por 356 entrevistados, o plantio, citado por 322 entrevistados, o trabalho assalariado, citado por 227 pessoas, a criação de animais, citada por 210 pessoas, o extrativismo, citado por 207 pessoas, o artesanato, citado por 202 pessoas. Ressalta-se que 36 pessoas citaram outras atividades produtivas.

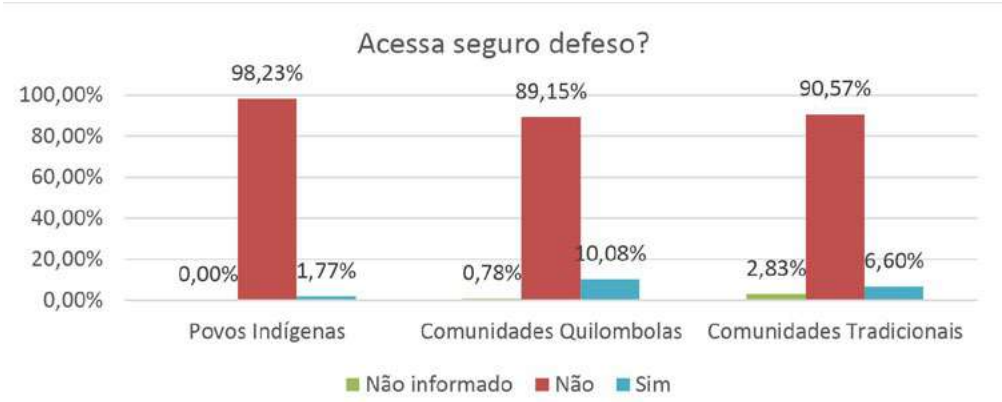



Principais atividades produtivas/fonte e renda da família - Comunidades Quilombolas
Não informado 0
Outro 10
Plantio 67
Turismo 4
Trabalho informal/ não assalariado 24
Plantas medicinais 21
Pesca 21
Não sabe/não respondeu 0
Garimpo 1
Extrativismo 35
Criação 50
Caça 7
Benefícios Sociais (BPC, Bolsa Família, Bolsa Verde, etc) 68
Trabalho assalariado 46
Artesanato 25
Aposentadoria 40
0 10 20 30 40 50 60 70 80


Principais atividades produtivas/fonte e renda da família - Comunidades Tradicionais
Não informado 1
Outro 2
Plantio 74
Turismo 5
Trabalho informal/ não assalariado 19
Plantas medicinais 17
Pesca 18
Não sabe/não respondeu 0
Garimpo 0
Extrativismo 61
Criação 43
Caça 1
Benefícios Sociais (BPC, Bolsa Família, Bolsa Verde,... 48
Trabalho assalariado 23
Artesanato 11
Aposentadoria 34
0 10 20 30 40 50 60 70 80

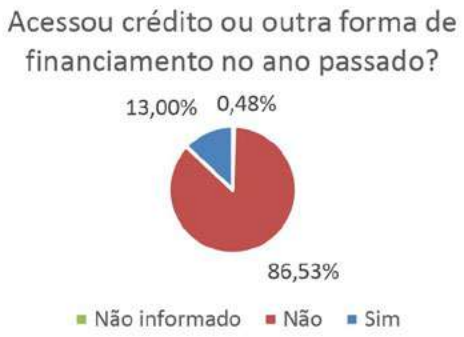
Quanto ao acesso ao **seguro defeso**, verificou-se que apenas 4,28% tem acesso (27 entrevistados). Entre os povos indígenas, apenas 1,77% possui. Entre as comunidades tradicionais apenas 6,60% possui. Entre as comunidades quilombolas, 10,08% possui, o maior percentual de acesso entre as três categorias identitárias.





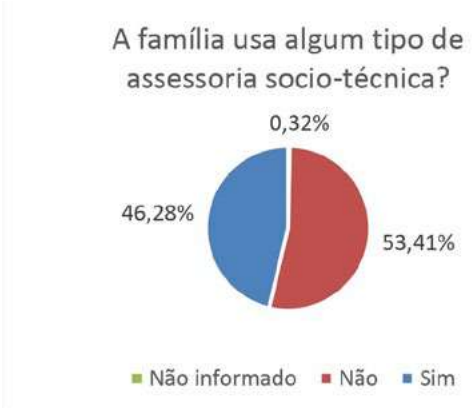
Em relação ao acesso ao **seguro safra**, constatou-se que a maioria não teve acesso (90,65%) e que 8,87% já teve acesso (56 entrevistados). Entre os povos indígenas, apenas 3,28% teve acesso. Quanto às comunidades quilombolas, 14,73% teve acesso. Em relação às comunidades tradicionais, verificou-se que 22,64% possui acesso, o maior percentual entre as categorias identitárias.

No que se refere ao **acesso a crédito** ou a outras formas de financiamento, verificou-se que a maioria não teve acesso (86,53%) e que 13% teve acesso a crédito no ano passado (82 entrevistados). Entre os povos indígenas, 93,69% não acessou crédito ou outra forma de financiamento no ano anterior e apenas 6,06% teve acesso. Entre as comunidades quilombolas, verificou-se que 84,50% não acessou crédito ou outra forma de financiamento no ano passado, o maior percentual entre os entrevistados, e apenas 15,50% teve acesso. Quanto às comunidades tradicionais, 62,26% não acessou crédito no ano anterior e 35,85% teve acesso.



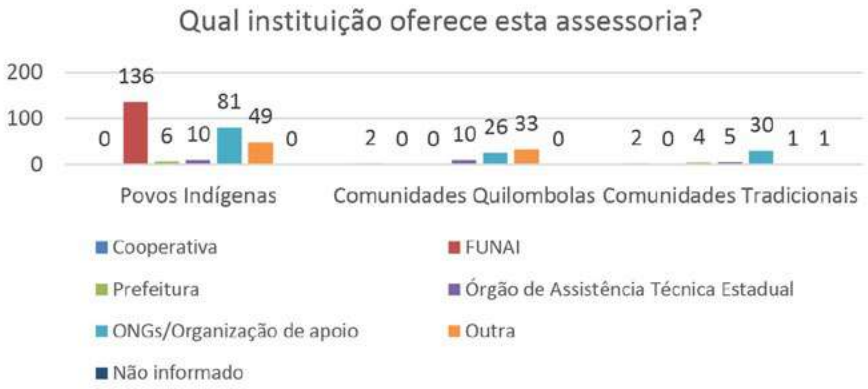
Ainda em relação aos 82 entrevistados que tiveram acesso a crédito ou a outras formas de financiamento, verificou-se que os financiamentos foram direcionados para compra de animais (cerca de 34%), melhoria da infraestrutura (aproximadamente 25,6%) e plantio (cerca de 19,5%).

Quanto ao uso de algum tipo de **assistência sóciotécnica**, verificou-se que 53,41% têm acesso e que 46,28% não usa nenhum tipo de assessoria sociotécnica. Entre os povos indígenas, 51,77% não tem acesso a nenhum tipo de assessoria sociotécnica e 48,23% possui acesso. Quanto às comunidades quilombolas, 52,71% tem acesso, o maior percentual entre as três categorias identitárias, e 47,29% não acessa. No que concerne às comunidades tradicionais, 60,38% não usa assessoria e 37,74% utiliza.

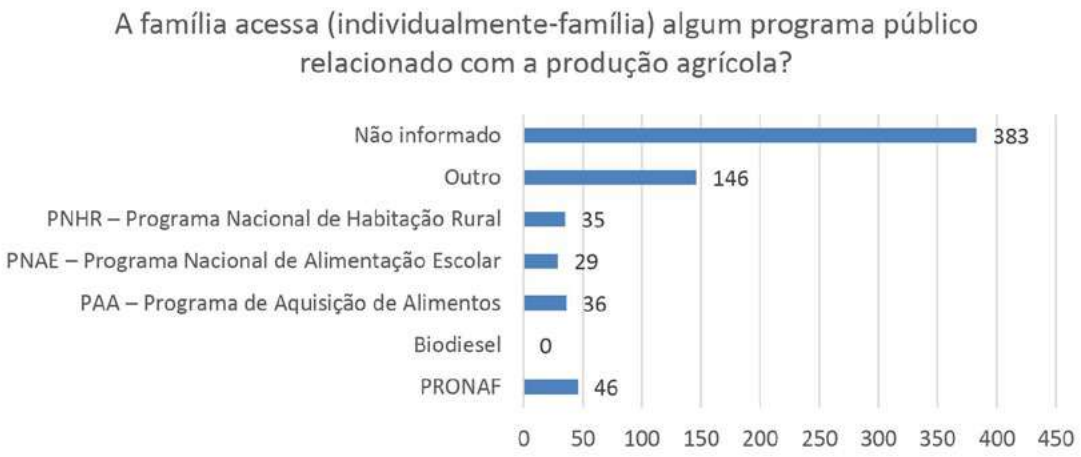


Ainda em relação à assistência técnica utilizada, constatou-se que as **instituições que oferecem a assessoria sócio técnica** são a FUNAI (136 casos), ONGs/Organizações de apoio (137 casos), órgãos de assistência técnica estadual (25 casos), prefeitura (10 casos) e cooperativas (4 casos). Ressalta-se que 83 respondentes afirmaram ter acesso a outras instituições para assessoria técnica.

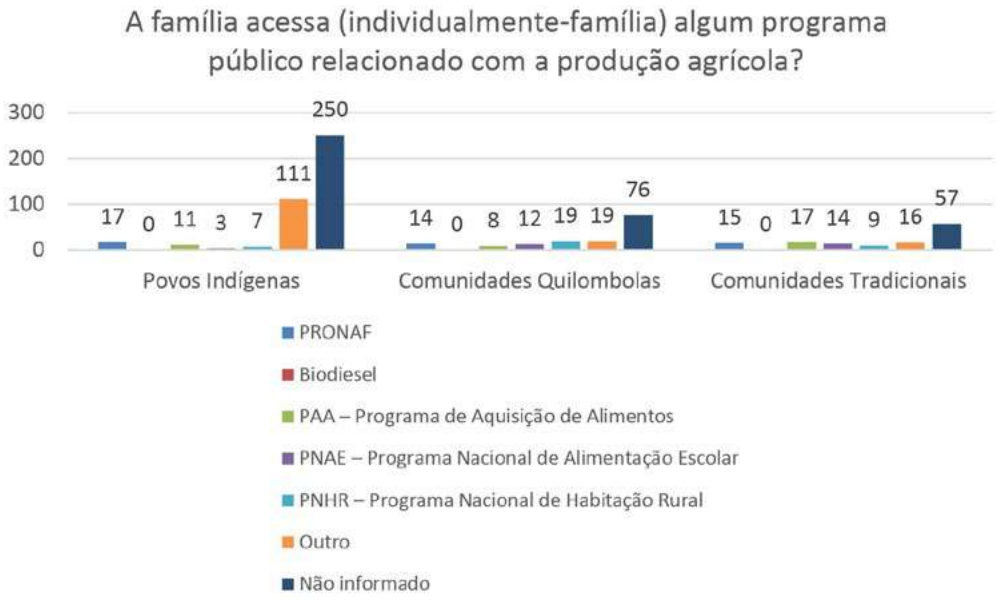
Em relação ao acesso à assistência técnica por meio de outras instituições, verificou-se que as mais citadas foram ISA (25,3% dos respondentes), o SESAI (16,87%) e o CPT e MPA, citados por 9,64%.



Em termos de **programas públicos relacionados à produção**, constatou-se que as famílias têm acesso ao PRONAF (46 casos), ao PAA (36 casos), ao PNHR (35 casos) e ao PNAE (29 casos). Constatou-se também que as famílias também têm acesso a outros programas (146 casos).



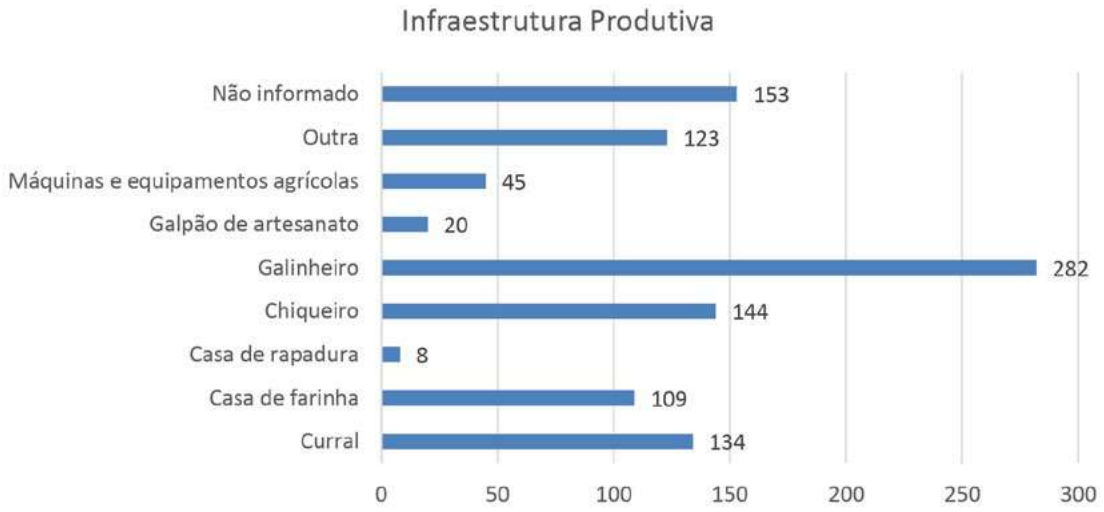
Entre os povos indígenas, constatou-se que **os programas públicos mais acessados** são o PRONAF (17 entrevistados), o PAA (11) e o PNHR (7 entrevistados) e que a maior parcela acessa outros programas (111 entrevistados). Quanto às comunidades quilombolas, verificou-se que acessam principalmente o PNHR (19 casos), o PRONAF (14 casos), o PNAE (12 casos), e que 19 acessam outros programas. Entre as comunidades tradicionais, os programas mais citados foram o PAA (17 casos), o PRONAF (15 casos), o PNAE (14 entrevistados) e 16 informaram acessar outros programas.



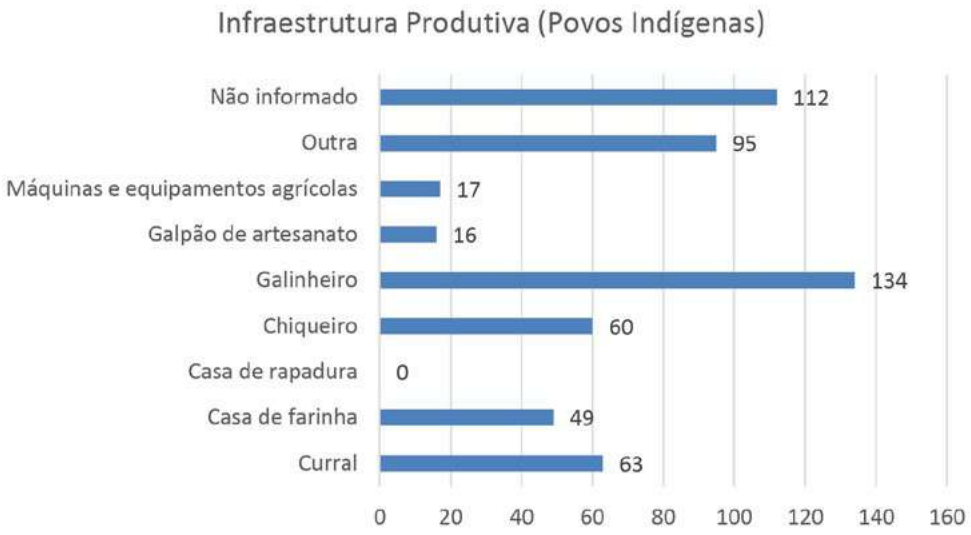
No que se refere a esses **outros programas públicos relacionados à produção agrícola** acessados pela família, verificou-se que são variados, sendo mais frequentes o acesso ao Agroamigo (2,74%), ao Minha Casa Minha Vida (2,05%) e ao Compra direta (2,05%). Destaca-se a grande quantidade de entrevistados que afirmou não acessar outro programa público (84,25%).

Entre os povos indígenas que acessam outros programas públicos, constatou-se que dois acessam o PRONATEC, um acessa o Agroamigo, outro vende alimentos para a prefeitura e que a maioria (92,79%) não acessa outro programa público. No que se refere aos quilombolas, verificou-se que três acessam o Minha Casa Minha Vida (15,79%), que um acessa o PSH Rural (5,26%), dois o compra direta (10,52%), outro o Crediamigo rural (5,26%) e que os demais não acessam (57,89%). Entre as comunidades tradicionais, verificou-se que três acessam o Agroamigo (20,00%), dois acessam o Compra direta (12,5%), que um acessa o SAF (6,25%) e que outros 56,25% não acessam outro programa público.

No que concerne à **infraestrutura produtiva**, constatou-se que a maior parte das famílias possui galinheiro (282 casos), chiqueiro (144 casos), curral (134 casos) e casa de farinha (109 casos), entre outras. Destaca-se que 153 entrevistados não informaram a infraestrutura produtiva e que 123 informaram possuir outra.



Entre os povos indígenas, ainda no que se refere à infraestrutura produtiva das famílias, verificou-se que possuem principalmente galinheiro (134 casos), curral (63 casos), chiqueiro (60 casos), e que 95 dos entrevistados dispõem de outra infraestrutura produtiva. Quanto aos quilombolas, constatou-se que a maioria utiliza galinheiro (89 casos), chiqueiro (44 casos), curral (38 casos) e que 11 respondentes utilizam infraestrutura diversa. Entre as comunidades tradicionais, as mais citadas foram galinheiro (59 casos), o chiqueiro (40 entrevistados), a casa de farinha (34 casos), o curral (33 casos) e, verificou-se ainda, que 17 famílias utilizam outra infraestrutura.


Infraestrutura Produtiva (Povos Indígenas)
Não informado
Outra
Máquinas e equipamentos agrícolas
Galpão de artesanato
Galinheiro
Chiqueiro
Casa de rapadura
Casa de farinha
Curral
112
95
17
16
134
60
0
49
63
0
20
40
60
80
100
120
140
160

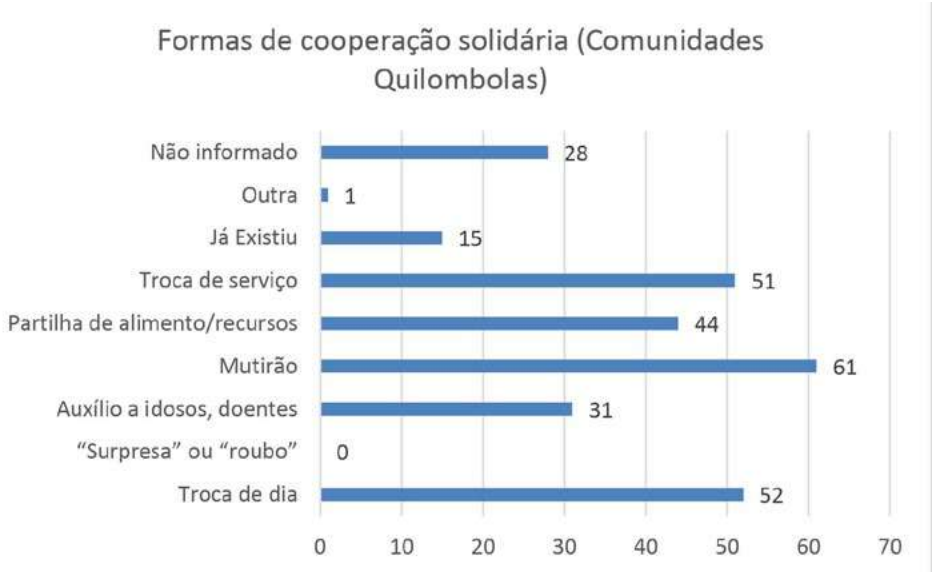
Infraestrutura Produtiva (Comunidades Quilombolas)
Não informado
Outra
Máquinas e equipamentos agrícolas
Galpão de artesanato
Galinheiro
Chiqueiro
Casa de rapadura
Casa de farinha
Curral
21
11
7
2
89
44
2
26
38
0
20
40
60
80
100

Infraestrutura Produtiva (Comunidades Tradicionais)
Não informado
Outra
Máquinas e equipamentos agrícolas
Galpão de artesanato
Galinheiro
Chiqueiro
Casa de rapadura
Casa de farinha
Curral
20
17
21
2
59
40
6
34
33
0
10
20
30
40
50
60
70

Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

Quanto às **formas de cooperação e solidariedade entre as famílias** da comunidade, verificou-se que as formas mais frequentes são o mutirão (439 casos), a partilha de alimento/recursos (citada por 302 entrevistados), a troca de serviço (226 casos), troca de dia (207 casos) e o auxílio a idosos e doentes (162 casos). Constatou-se também que 14 pessoas registraram outras formas de cooperação.

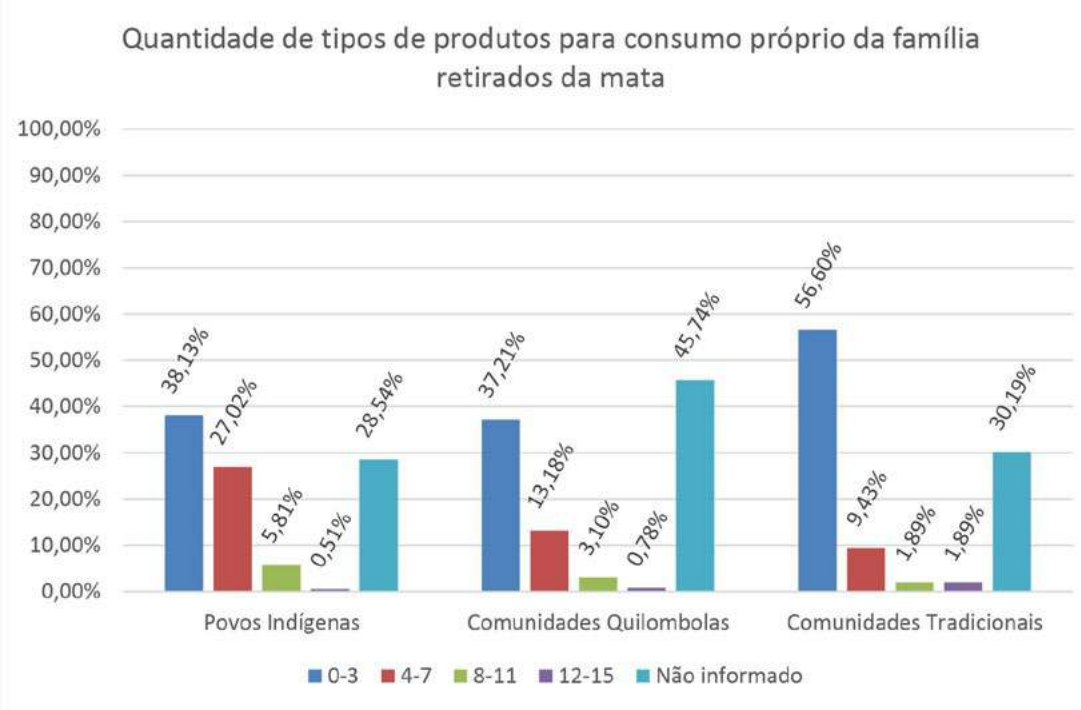
Formas de cooperação solidária (Povos Indígenas)
Não informado
Outra
Já Existiu
Troca de serviço
Partilha de alimento/recursos
Mutirão
Auxílio a idosos, doentes
"Surpresa" ou "roubo"
Troca de dia
23
11
5
122
225
308
97
5
98
0
50
100
150
200
250
300
350


Formas de cooperação solidária (Comunidades Quilombolas)
Não informado
Outra
Já Existiu
Troca de serviço
Partilha de alimento/recursos
Mutirão
Auxílio a idosos, doentes
"Surpresa" ou "roubo"
Troca de dia
28
1
15
51
44
61
31
0
52
0
10
20
30
40
50
60
70

Formas de cooperação solidária (Comunidades Tradicionais)
Não informado
Outra
Já Existiu
Troca de serviço
Partilha de alimento/recursos
Mutirão
Auxílio a idosos, doentes
"Surpresa" ou "roubo"
Troca de dia
11
2
3
53
33
70
34
3
57
0
10
20
30
40
50
60
70
80

SISTEMA DE PRODUÇÃO/MANEJO - MATA

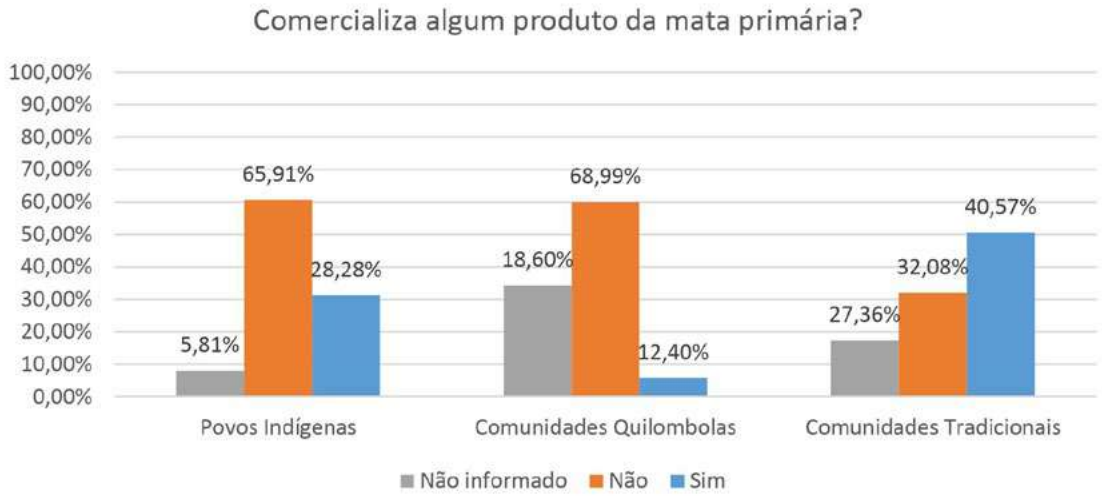
Em relação à **quantidade de produtos para consumo próprio da família que são retirados da mata**, verificou-se que a maioria das famílias (62,28%) retira até sete produtos. Entre os povos indígenas, constatou-se que 33,13% retiram até três produtos e que 27,02% retiram de quatro a sete produtos. No que concerne aos quilombolas, verificou-se que 37,21% retiram até três produtos e 13,18% retiram entre quatro e sete. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 56,60% retiram até três produtos e que 9,43% retiram de quatro a sete produtos da mata.



Em relação aos **produtos para consumo próprio** da família que são **retirados da mata**, verificou-se que há grande variedade nas três categorias pesquisadas e que os mais citados foram o pequi (186 casos), buriti (149 casos) e o jatobá (98 casos). Entre os povos indígenas, verificou-se que os mais citados foram o pequi (139 casos), o buriti (117 casos), a madeira (68 casos) e o jatobá (63 casos). Quanto aos quilombolas, os mais citados foram o umbú (36 casos), o pequi e o jatobá (30 casos cada). Entre as comunidades tradicionais, constatou-se que os tipos de produtos mais citados foram o coco de babaçu (42 casos), o pequi (17 casos) e o buriti (10 casos).

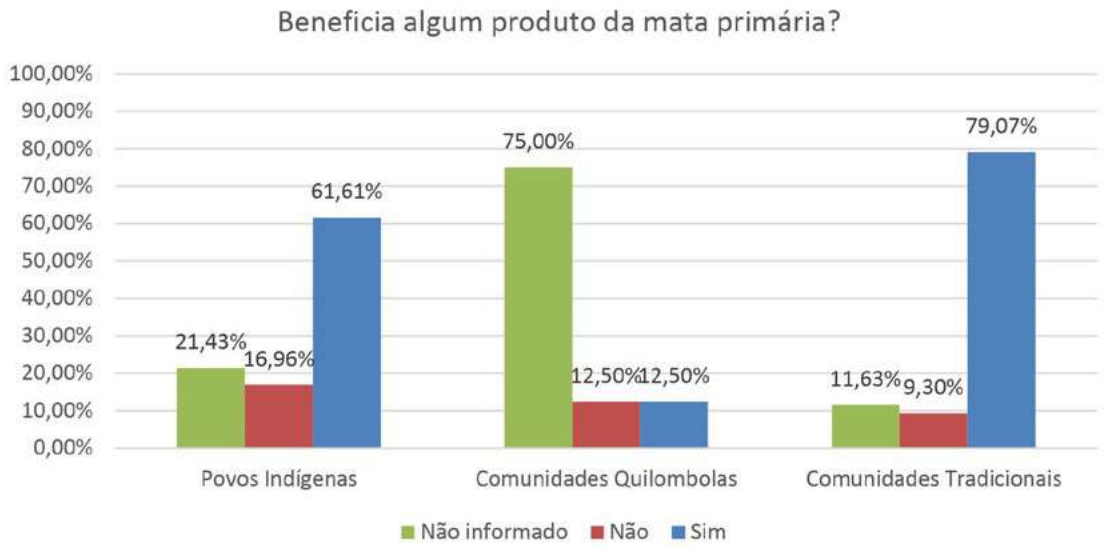
Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

No que concerne à **retirada de produtos** pela família **da mata para comercialização**, constatou-se que entre os povos indígenas, 65,91% não retira produtos para comercialização e 28,28% os retiram para tal fim. Entre as comunidades quilombolas, verificou-se que 68,99% não retira produtos para comercialização e que apenas 12,40% os comercializa. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que 40,57% retira produtos para comercialização e que 32,08% não retira.



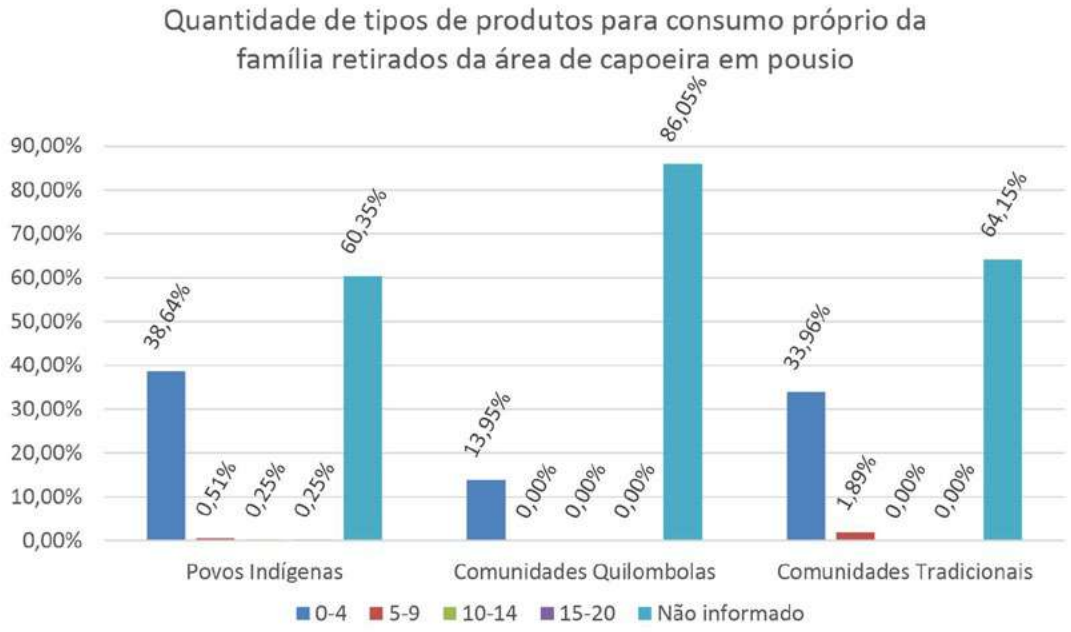
Em relação aos **produtos** que são **retirados da mata para comercialização**, verificou-se que os mais frequentes são o pequi (13 casos), buriti, cagaita, capim durado (4 casos cada), aguavira, seringa, mangaba e murici (3 casos cada), entre outros. Ressalta-se que 131 respondentes não responderam à questão.

No que se refere ao **beneficiamento de produtos retirados da mata** primária **para comercialização** pelas 171 famílias, verificou-se que, entre os povos indígenas, 61,61% beneficia algum produto retirado da mata, 16,96% não beneficia, e 21, 43% não respondeu à questão. No que se refere aos quilombolas, verificou-se que dois respondentes (12,5%) beneficiam algum produto e que outros dois (12,5%) não beneficiam e 75% não informou. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 79,07% beneficia os produtos retirados da mata primária e que 11,63% não os beneficia, 11,63% não informou.



SISTEMA CAPOEIRA/POUSIO

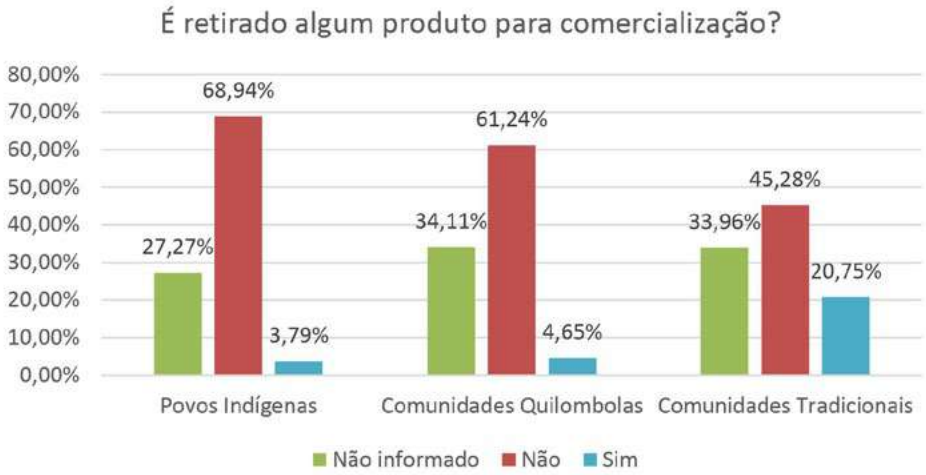
Em relação à **quantidade de produtos para consumo** próprio da família **extraídos da mata - capoeira em pousio**, constatou-se que, em média, é extraído um produto e que a maior parcela das famílias retira até quatro produtos (32,81%). Constatou-se ainda que a família que retira mais produtos extrai 20 tipos de produtos da mata de capoeira em pousio. Entre os povos indígenas, verificou-se que a maior parte retira até quatro produtos (38,64%) e que 60,35% não informou. Entre as comunidades quilombolas, 13,95% retira até quatro tipos de produtos da mata e que a maioria (86,05%) não respondeu à questão. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 33,96% retira até 4 tipos de produtos da mata e que 64,15% não informaram.



No que se refere aos **tipos de produtos retirados das áreas de capoeira em pousio**, verificou-se que há grande variedade nas três categorias pesquisadas e que os mais citados foram o caju (29 casos), o pequi (28 casos) e o jatobá (22 casos). Entre os povos indígenas, verificou-se que os mais citados foram o pequi (19 casos), o caju (12) e a mangaba (11). Entre as comunidades quilombolas, os produtos mais citados foram palha/coco do indaiá (39 casos), o jatobá (14 casos), ananás, gravatá, ingá, macaúba e samambaia (13 cada). Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que os produtos retirados mais citados foram o caju (12 casos), a mandioca (8) e o murici (6 pessoas).

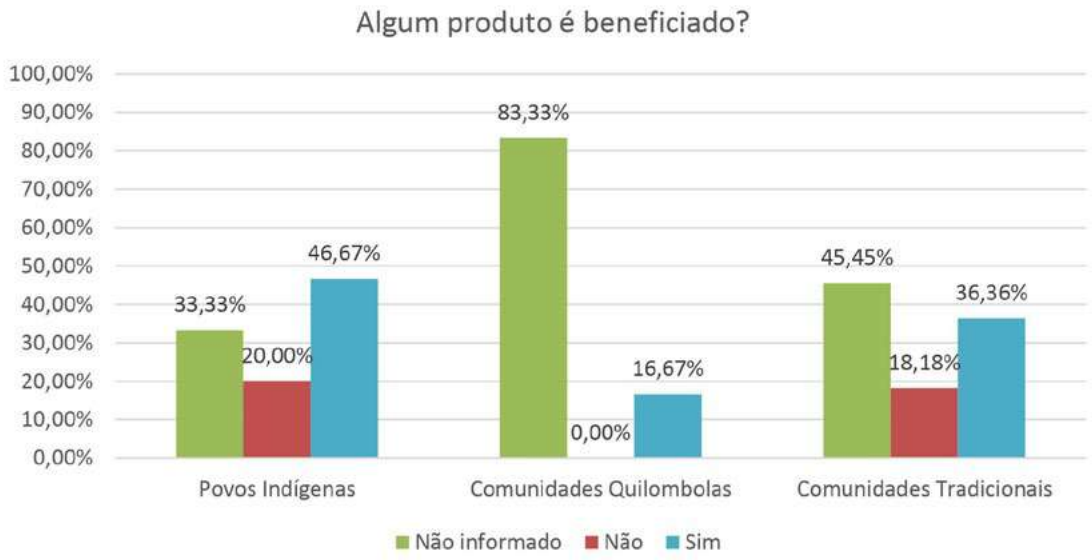
Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

No que se refere à **retirada de produtos** pela família **da mata de capoeira em pousio para comercialização**, constatou-se que a maioria não extrai produtos para comercialização (63,39%) e que apenas 6,81% das famílias entrevistadas extraem para comercialização. Entre os povos indígenas, 68,93% não retira os produtos para comercialização e 3,78% retira para tal. Entre as comunidades quilombolas, verificou-se que 61,24% não retira produtos para comercialização e que apenas 4,65% os comercializam. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que a maioria não retira produtos para comercialização (45,28%) e que 20,75% retira.



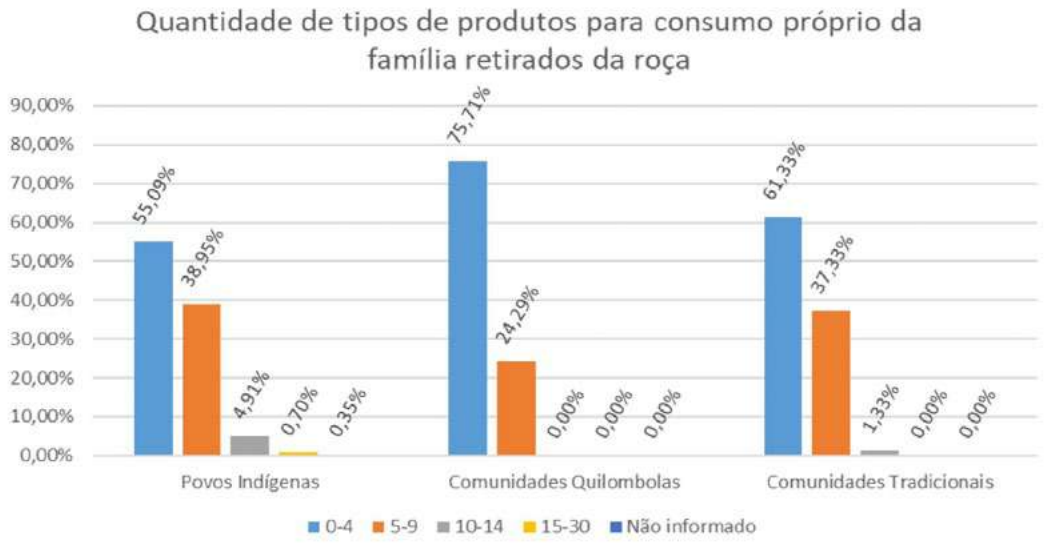
Em relação aos **produtos que são retirados para comercialização**, verificou-se que os mais frequentes são o caju (9 casos), o pequi (3 casos), o buriti, a aguavira e a carnaúba (2 casos cada).

No que se refere ao **beneficiamento de produtos retirados para comercialização**, verificou-se que, entre os povos indígenas, 7 entrevistados (46,67%) afirmam fazer algum beneficiamento. No que se refere aos dois quilombolas que comercializam os produtos retirados, verificou-se que um beneficia os produtos para a comercialização. Quanto às comunidades tradicionais, 8 entrevistados (36,36%) fazem algum tipo de beneficiamento nos produtos antes da comercialização, e 4 não o fazem.



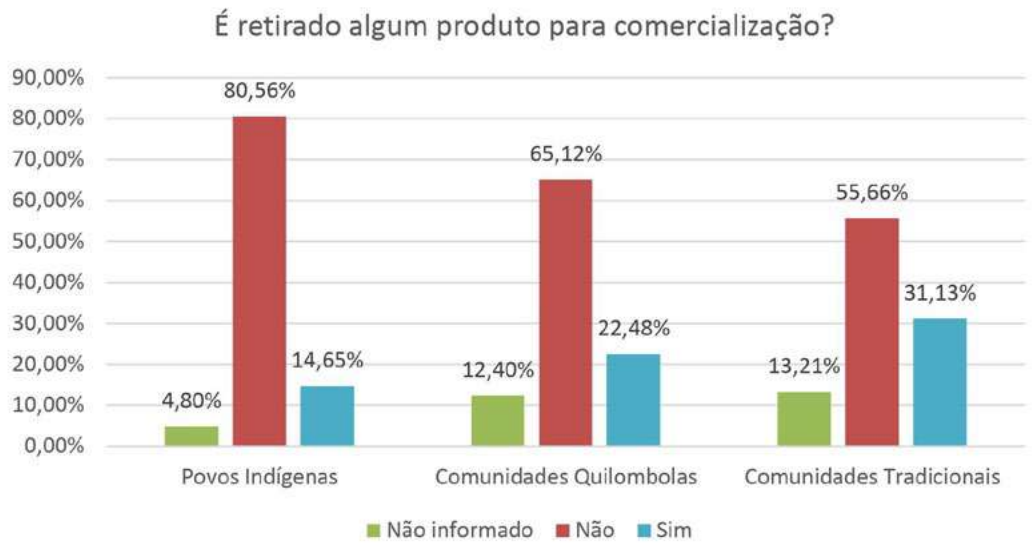
SISTEMA ROÇA

Em relação à quantidade de produtos da roça para consumo próprio da família, verificou-se que há grande variedade nas três categorias pesquisadas, sendo os mais frequentes a mandioca (391 casos), o milho (336), o feijão (285) e a abóbora (214). Entre os povos indígenas, verificou-se que os mais citados foram a mandioca (253 casos), o milho (197), o feijão (156) e a abóbora (148). Entre as comunidades quilombolas, os produtos mais citados foram também a mandioca (80 casos), o milho (75), o feijão (71) e a abóbora (45). Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que os produtos retirados mais citados foram o milho (64 casos), a mandioca (58), o feijão (58) e o arroz (29 casos).

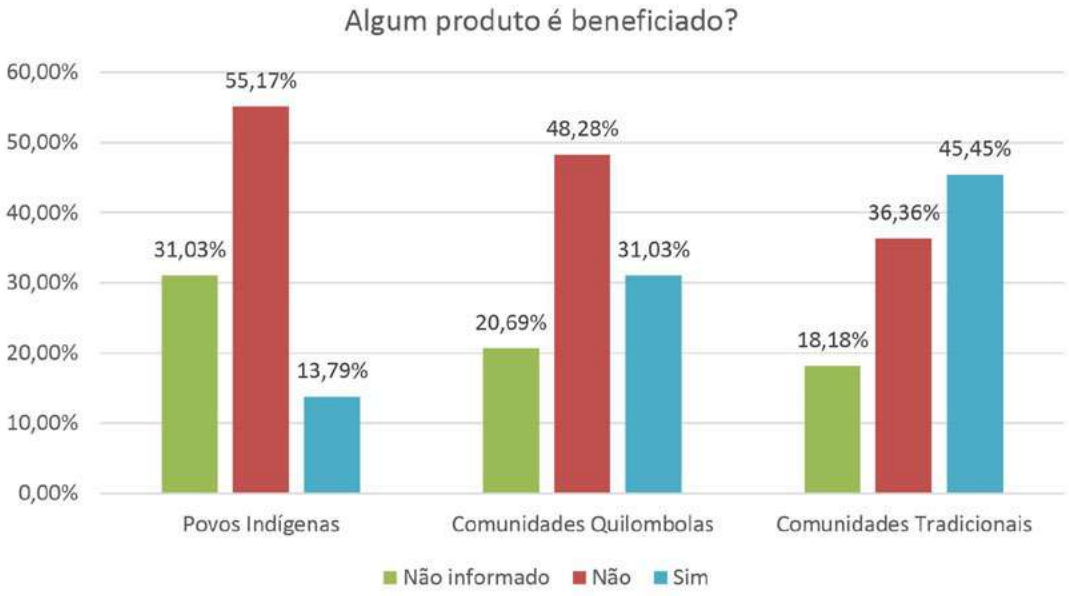


No que se refere à **retirada de produtos da roça para comercialização**, constatou-se que a maioria não comercializa produtos da roça (462 entrevistados) e que 120 das famílias respondentes realiza a venda. Entre os povos indígenas, verificou-se que 80,56% não retira produtos para comercialização, o maior percentual entre as três categorias identitárias, e que 14,65% os retira para tal finalidade. Entre as comunidades quilombolas, verificou-se que 65,12% não retira produtos da roça para comercialização e que 22,48% os comercializa. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que 55,66% não comercializa produtos da roça e que 31,13% os comercializam.

No que se refere ao **beneficiamento dos produtos retirados da roça destinados à comercialização** pelas 90 famílias, verificou-se que 35,56% realiza o beneficiamento dos produtos e que 64,44% não os beneficia. Entre os povos indígenas, verificou-se que apenas 20% os beneficia. No que se refere aos quilombolas que comercializam os produtos retirados, verificou-se que 39,13% os beneficia. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 55,56% beneficia os produtos retirados da roça.

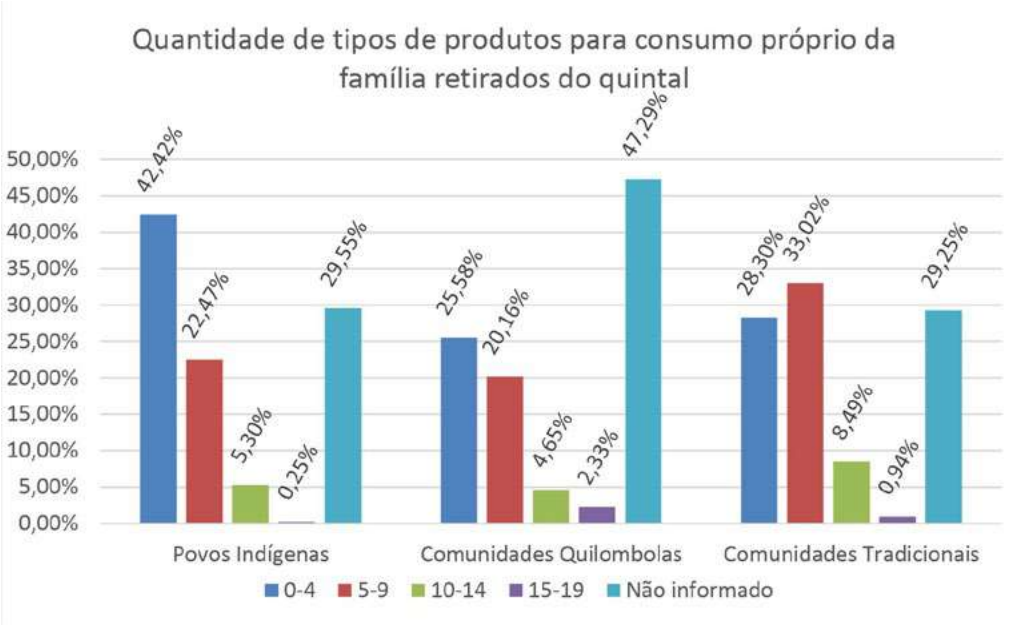


No que se refere ao **beneficiamento dos produtos retirados da roça destinados à comercialização**, verificou-se entre os povos indígenas que 13,79% os beneficia. No que se refere aos quilombolas, verificou-se que 31,03% os beneficia. Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 45,45% beneficia os produtos retirados da roça.



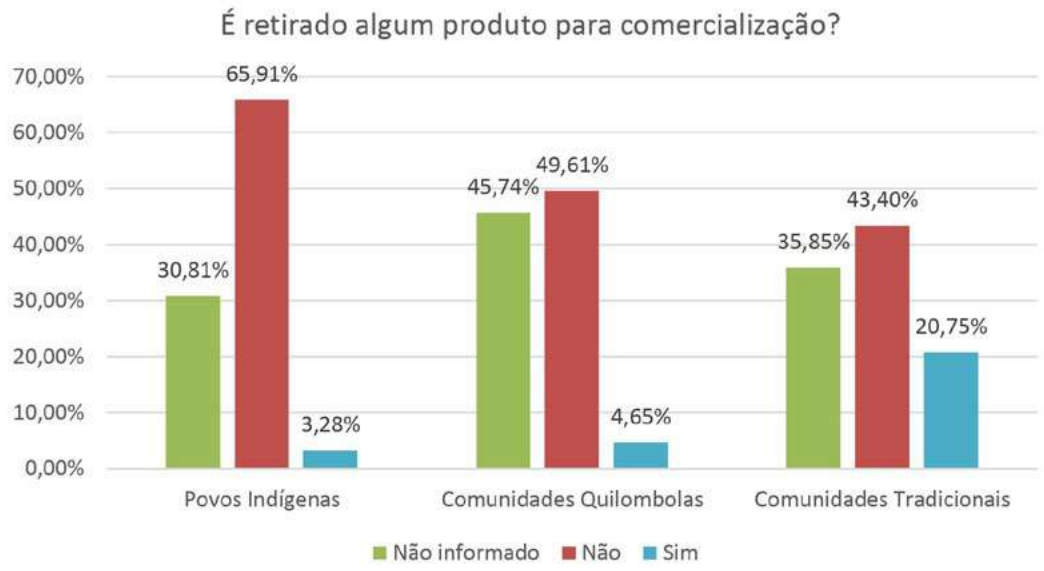
SISTEMA QUINTAL

Em relação à **quantidade de produtos para consumo próprio da família produzidos em quintal**, constatou-se que, em média, são extraídos quatro produtos e que a maior parcela das famílias retira até 10 produtos (60,38%). Constatou-se ainda que a família que retira mais produtos extrai 19 tipos de produtos do quintal. Entre os povos indígenas, a maior parte retira até quatro produtos (42,42%), 22,47% retira entre cinco e nove produtos e que apenas 5,56% retira mais do que dez produtos. Entre as comunidades quilombolas, 25,58% retira até quatro tipos de produtos do quintal, que 20,16% de cinco a nove produtos e que 6,98% retira mais de dez produtos do quintal. Quanto às comunidades tradicionais, 28,3% retira até 4 tipos de produtos do quintal, que 33,02% retira entre cinco e nove e que 9,43% retira mais de dez produtos.

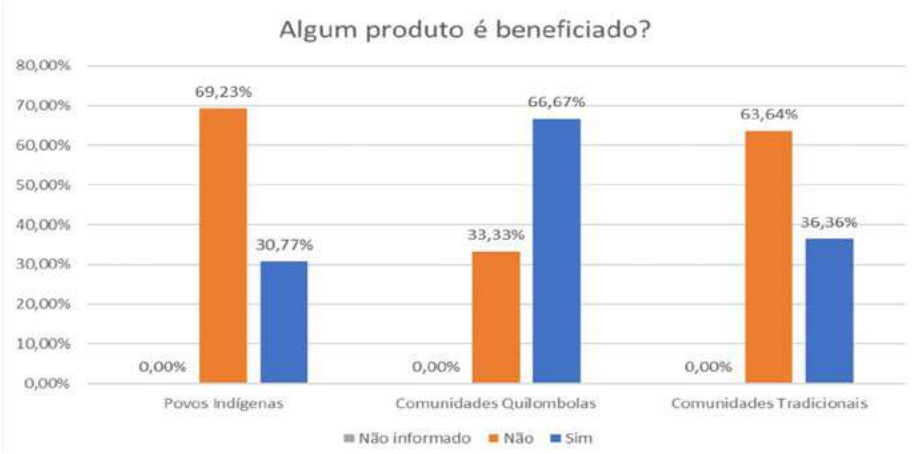


No que se refere aos **tipos de produtos retirados do quintal**, verificou-se que há grande variedade nas três categorias pesquisadas e que os mais citados foram a manga (196 casos), a laranja (171) e a banana (116). Entre os povos indígenas, verificou-se que os mais citados foram a manga (139 casos), a laranja (113 casos), a banana (71 casos), o caju (68 casos) e a goiaba (67 casos). Entre as comunidades quilombolas, os produtos mais citados foram a laranja (37 casos), a manga (34 casos), o limão (29 casos), a goiaba (25 casos), a banana (24 casos) e o caju (24 casos). Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que os produtos retirados mais citados foram a acerola (28 casos), manga (23 casos), laranja (21 casos), banana (21 casos) e caju (20 casos).

No que concerne à **retirada de produtos pela família do quintal para comercialização**, constatou-se que a maioria não retira produtos para comercialização (62,76%) e que 20,44% das famílias dos entrevistados retira. Entre os povos indígenas, apenas 3,28% os retira para tal. Entre as comunidades quilombolas, apenas 4,65% os comercializa. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que a maioria retira produtos para comercialização (43,40%).

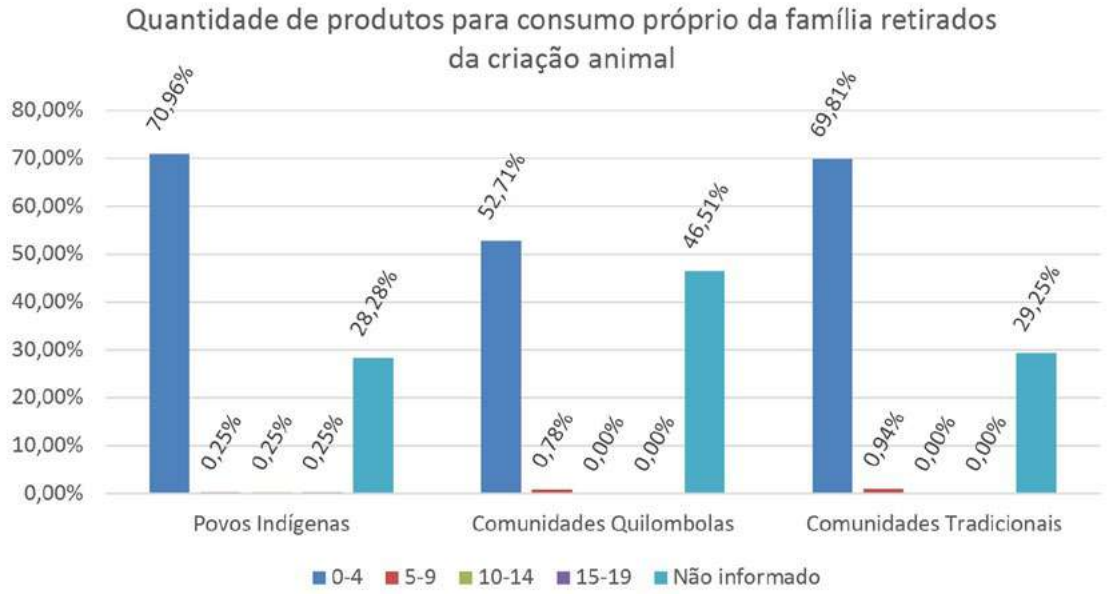


No que se refere ao **beneficiamento de produtos retirados do quintal para comercialização** verificou-se que a maioria não faz beneficiamento antes da comercialização (60,98%). Entre os povos indígenas, verificou-se que 30,77% beneficia algum produto retirado do quintal. No que se refere as comunidades quilombolas, verificou-se que quatro (66,67%) beneficiam os produtos e que o outros dois não os beneficiam (33,33%). Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que somente 36,36% beneficia os produtos retirados do quintal.



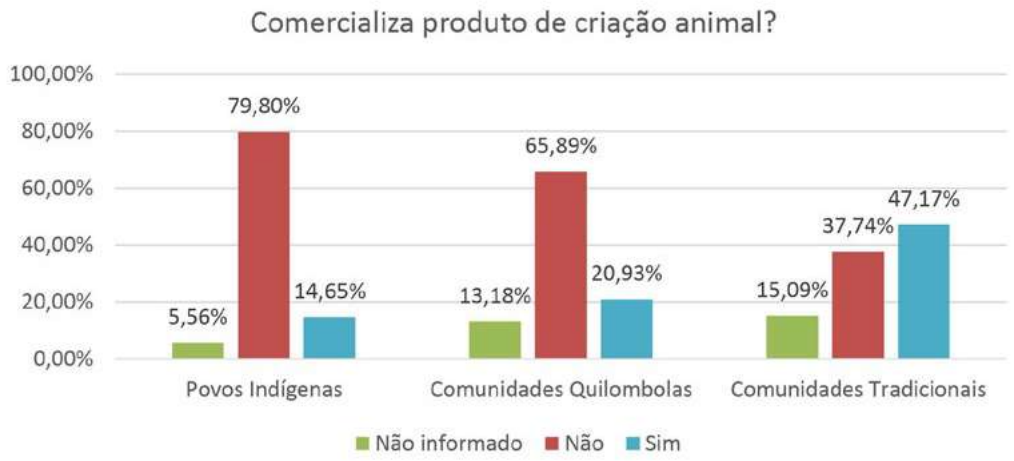
SISTEMA CRIAÇÃO

Em relação à **quantidade de produtos da criação animal para consumo** próprio da família, constatou-se que, em média, é extraído um produto, que também corresponde à maior parcela das famílias (69,86%). Constatou-se ainda que a família que retira mais produtos extrai 17 produtos da criação animal. Entre os povos indígenas, a maior parte retira até quatro produtos (70,96%), apenas três entrevistados (0,75%) retiram cinco ou mais produtos. Entre as comunidades quilombolas, 52,71% retira até quatro produtos da criação animal e apenas uma família (1,43%) retira de cinco a nove produtos da criação animal para consumo próprio. Quanto às comunidades tradicionais, 69,81% retira até 4 produtos da criação animal e apenas um entrevistado (0,94%) retira entre cinco e nove produtos.



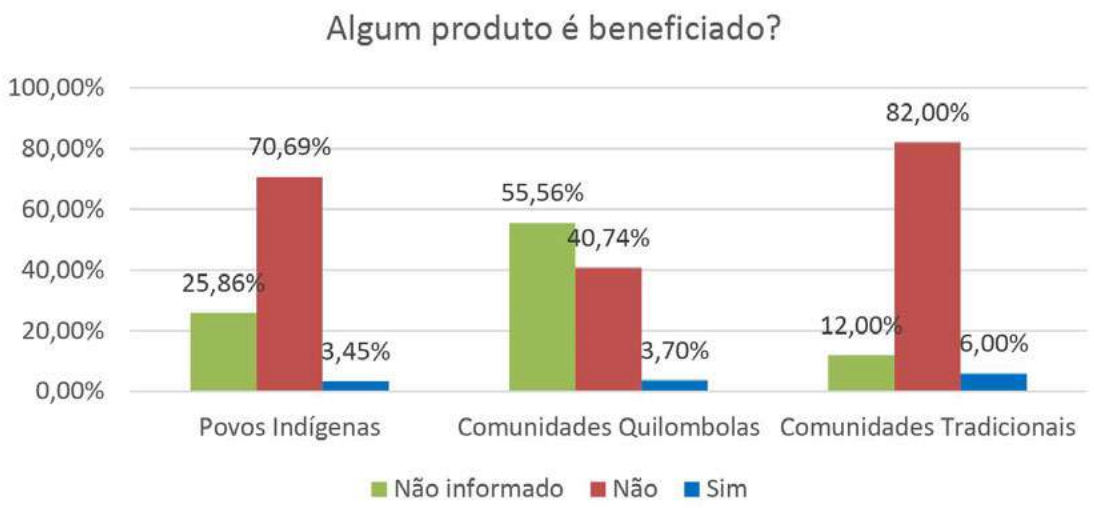
No que se refere às **espécies da criação animal para consumo e uso**, verificou-se que as mais frequentes são a galinha (441 casos), os suínos (127) e os bovinos (74 casos). Entre os povos indígenas, verificou-se que as mais citadas foram as galinhas (294 famílias), os porcos (52 casos), o gado (37) e os cavalos (28 casos). Entre as comunidades quilombolas, as espécies mais citadas foram as galinhas (97 famílias), os porcos (40) e o gado (26 casos). Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que as espécies mais citadas foram também as galinhas (50 famílias), os porcos (35), os bois (17) e os cavalos (16 casos).

No que se refere à **criação de animais e produtos da criação animal para comercialização**, constatou-se que a maioria não comercializa animais ou produtos da criação animal (67,89%) e que 21,39% das famílias realiza a venda. Entre os povos indígenas, verificou-se que 79,8% não comercializa, o maior percentual entre as três categorias identitárias, e que 14,65% exerce a comercialização. Entre as comunidades quilombolas, verificou-se que 65,89% não comercializa e que 20,93% comercializa. Quanto às comunidades tradicionais, constatou-se que 47,17% exerce a comercialização e que 37,74% não comercializa.



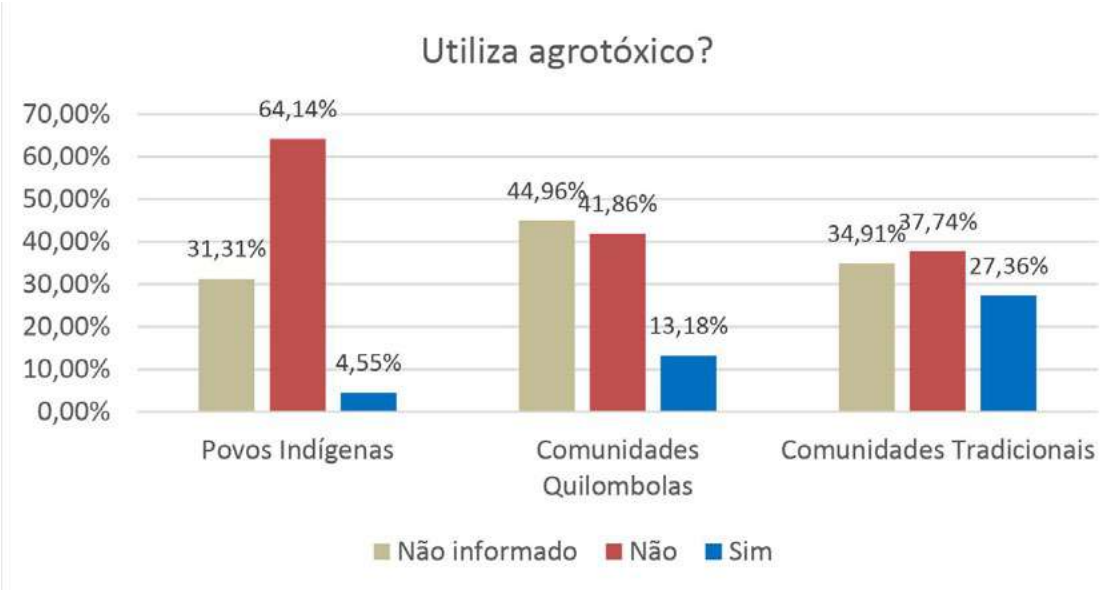
Em relação aos **animais para comercialização**, verificou-se que os mais frequentes são a galinha (19 casos), o gado (17 casos) e porcos (5 casos), entre outros. Ressalta-se que 55 respondentes não responderam à questão.

No que se refere ao **beneficiamento de produtos retirados da criação animal para comercialização** pelas 135 famílias, verificou-se que 68,89% não realiza o beneficiamento dos produtos para comercialização e que apenas seis famílias (4,44%) os beneficiam. Entre os povos indígenas, verificou-se que 70,69% não beneficia produto retirado da criação animal e que apenas duas famílias (3,45%) os beneficiam. No que se refere aos quilombolas, verificou-se que 40,74% não beneficia os produtos e que apenas um entrevistado os beneficia (3,7%). Quanto às comunidades tradicionais, verificou-se que 82% não beneficia os produtos retirados da criação animal e que apenas três entrevistados (6%) os beneficiam.

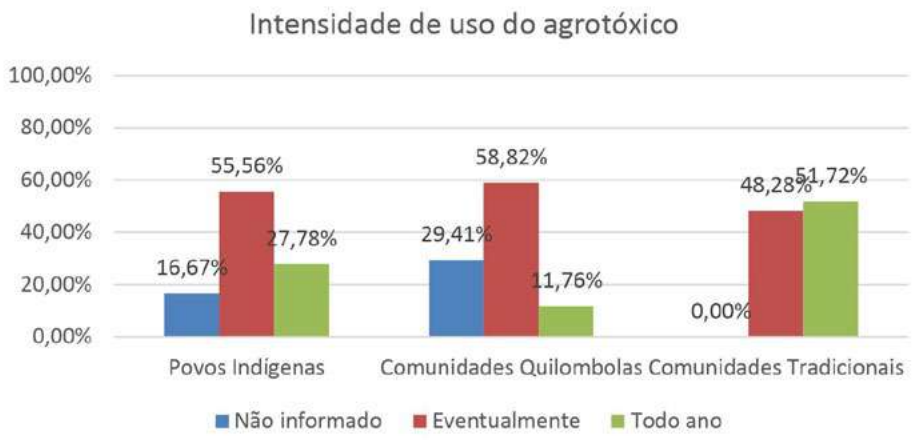


MANEJO

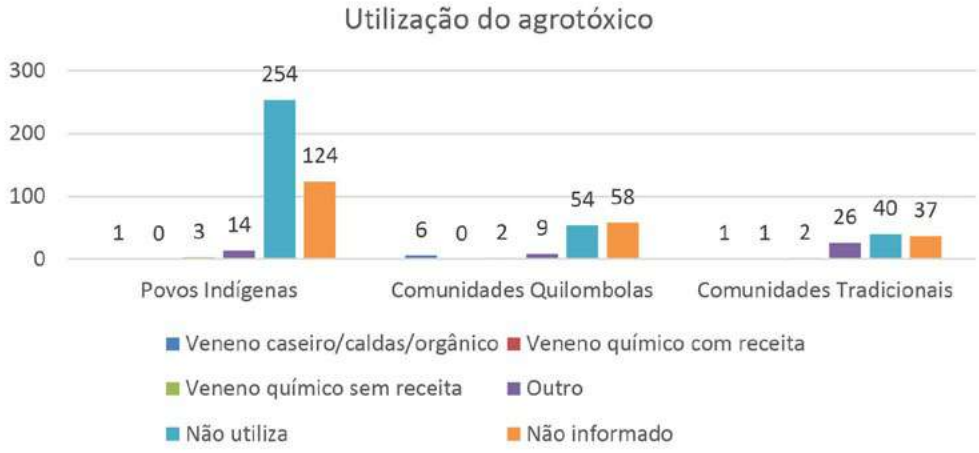
No que se refere à **utilização de agrotóxicos**, verificou-se que a maioria não utiliza (55,15%). Entre os povos indígenas, 64,14% não utilizam e apenas 4,55% fazem uso (18 respondentes). Quanto às comunidades quilombolas, verificou-se que 41,86% não fazem uso e que 13,18% fazem uso de agrotóxicos. Em relação às comunidades tradicionais, constatou-se que 37,75% não utilizam agrotóxicos e que 27,36% fazem uso.



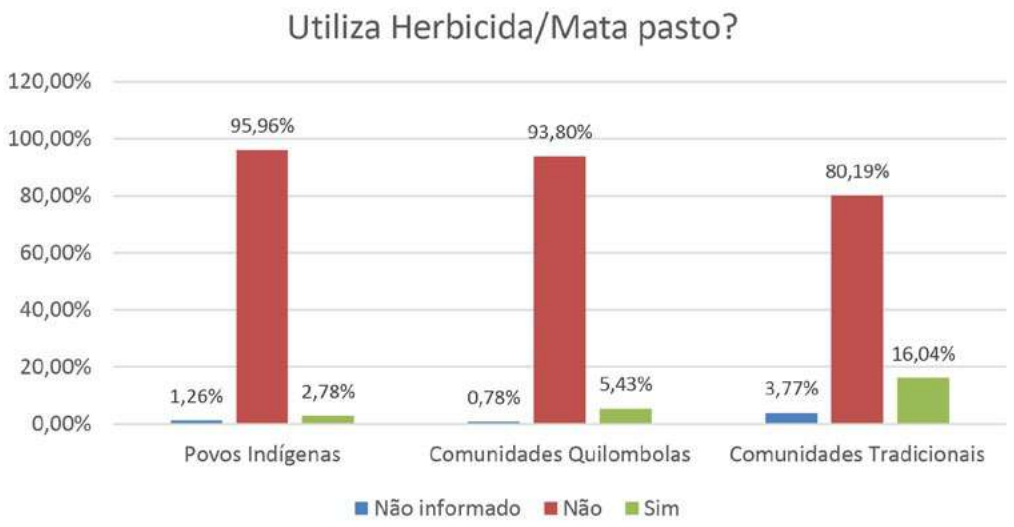
Quanto à **periodicidade de uso de agrotóxicos**, entre os povos indígenas, 10 pessoas (55,56%) informaram utilizar eventualmente, e 5 respondentes afirmaram utilizar todo ano. Quanto aos quilombolas, também, 10 entrevistados (58,82%) informaram que utilizam agrotóxico eventualmente e outros dois respondentes utilizam todo ano. Entre as comunidades tradicionais, 14 respondentes (48,28%) informaram utilizar agrotóxico eventualmente e outros 15 (51,72%) os utilizam durante todo o ano.



No que se refere à **utilização de agrotóxicos**, verificou-se que a maioria dos respondentes não os utilizam (348 casos). Entre os povos indígenas, a maior parte das famílias não utiliza agrotóxicos (254 casos). No que se refere aos quilombolas, a maior parte das famílias não utiliza agrotóxicos (54 casos), seis famílias utilizam veneno caseiro/caldas/orgânico, duas utilizam venenos químicos sem receita e nove utilizam outros tipos de agrotóxicos. Quanto às comunidades tradicionais, tal como as demais categorias identitárias, verificou-se que também a maior parte das famílias não utiliza agrotóxicos (40 casos) e que 26 respondentes utilizam outros insumos.



No que se refere ao **uso de herbicidas/mata pasto**, verificou-se que a maioria não utiliza (92,87%). Entre os povos indígenas, 95,96% não utilizam e apenas 2,78% fazem uso. Quanto às comunidades quilombolas, verificou-se que 93,8% não fazem uso e que apenas 5,43% fazem uso de Herbicida/Mata pasto. Em relação às comunidades tradicionais, constatou-se que 80,19% não utilizam Herbicida/Mata pasto e que 16,04% fazem uso.



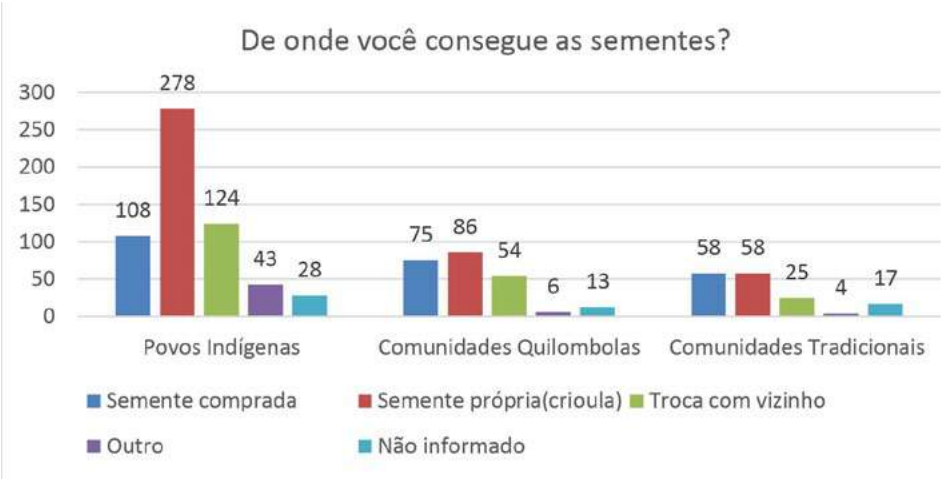
No que se à **periodicidade de uso de herbicidas** entre os povos indígenas, 6 pessoas (54,55%) informaram utilizar eventualmente, e 3 respondentes (27,27%) afirmaram utilizar todo ano. Quanto aos quilombolas, 5 entrevistados (71,43%) informaram que utilizam Herbicida/Mata pasto eventualmente e outros dois respondentes utilizam todo ano. Entre as comunidades tradicionais, 11 respondentes (64,71%) informaram utilizar Herbicida/Mata pasto eventualmente e 6 famílias (35,29%) os utilizam durante todo o ano.

Em relação ao **uso de adubo**, verificou-se que 39,46% utilizam e que 34,07% não utilizam. Entre os povos indígenas, 48,48% não utilizam e 27,27% fazem uso. Quanto às comunidades quilombolas, verificou-se que 55,04% fazem uso e que apenas 6,98% não fazem uso de adubo. Em relação às comunidades tradicionais, constatou-se que 66,04% utilizam adubo e que 13,21% não fazem uso.

Quanto à **periodicidade de uso de adubo**, constatou-se que, entre os que usam adubo, 60,64% utilizam todo ano e 20,88% eventualmente e que 18,47% não informaram a intensidade de uso. Entre os povos indígenas, 53,7% utilizam adubo todo ano e 23,15% eventualmente. Quanto aos quilombolas, 54,93% utilizam adubo todo ano e 21,13% utilizam eventualmente. Entre as comunidades tradicionais, 77,14% utilizam adubo todo ano e 17,14% eventualmente.

Ainda em relação ao **tipo de adubo**, entre os povos indígenas, 94 famílias utilizam adubo orgânico, 13 utilizam adubo químico e três utilizam calcário. Quanto aos quilombolas, 70 utilizam adubo orgânico e 8 utilizam adubo químico. Entre as comunidades tradicionais, 66 respondentes afirmaram utilizar adubo orgânico e 11 utilizam adubo químico.

No que concerne à fonte das **sementes** utilizadas pelas famílias, verificou-se que, entre os povos indígenas, é mais frequente o uso de sementes próprias/crioulas (278 respondentes), sementes compradas (108 casos) ou obtidas por troca com o vizinho (124 casos). Quanto aos quilombolas, a maior parcela usa sementes próprias (86 casos), compra as sementes (75 respondentes) e 54 trocam com o vizinho. Entre as comunidades tradicionais, 58 famílias utilizam sementes compradas, 58 usam sementes próprias e 25 trocam com o vizinho.



Ainda em relação à fonte das sementes, verificou-se que utilizam sementes de diferentes origens, especialmente os povos indígenas. Entre eles verificou-se que a maioria recebe do governo ou da FUNAI (51,16%) ou ganha as sementes (32,56%). Quanto aos quilombolas, verificou-se que dois recebem doação da Emater (33,33%), outro da Ruraltins, outro do Sindicato e um deles sementes das fazendas em que trabalha. Finalmente, entre as comunidades tradicionais, três ganham do sindicato (75%) e um recebe do governo (25%).

Em relação à situação da **área de preservação permanente**, verificou-se que entre os povos indígenas, 45,45% dos entrevistados avalia que é necessário recuperar a área de preservação permanente e 54,04% entende que está conservada. Quanto aos quilombolas, 41,09% avalia que é necessário recuperar a área de preservação permanente e 55,04% entende que está conservada. Entre as comunidades tradicionais, 51,89% afirma que é necessário recuperar a área de preservação permanente e 42,28% avalia que está conservada.

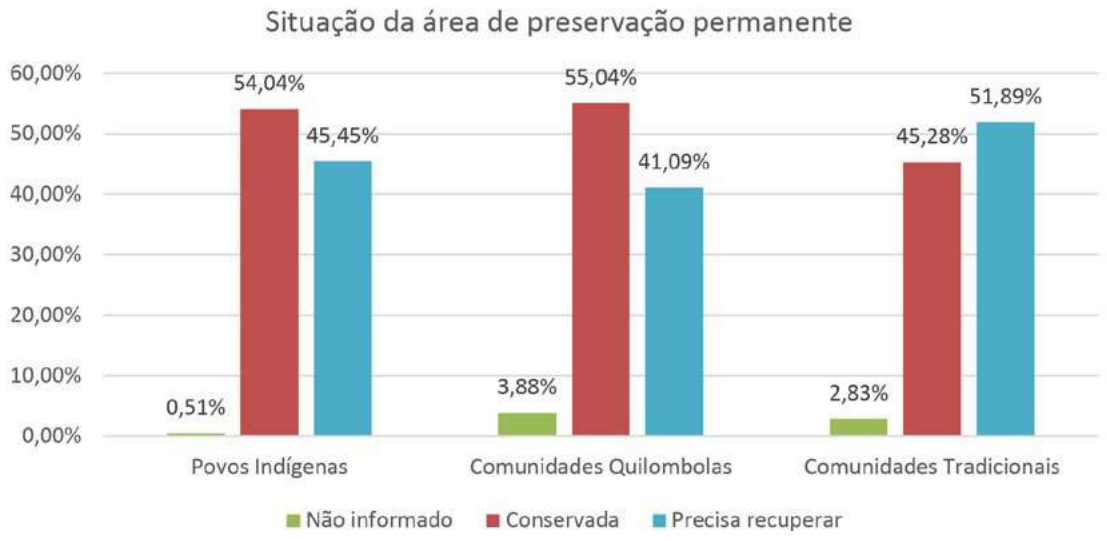
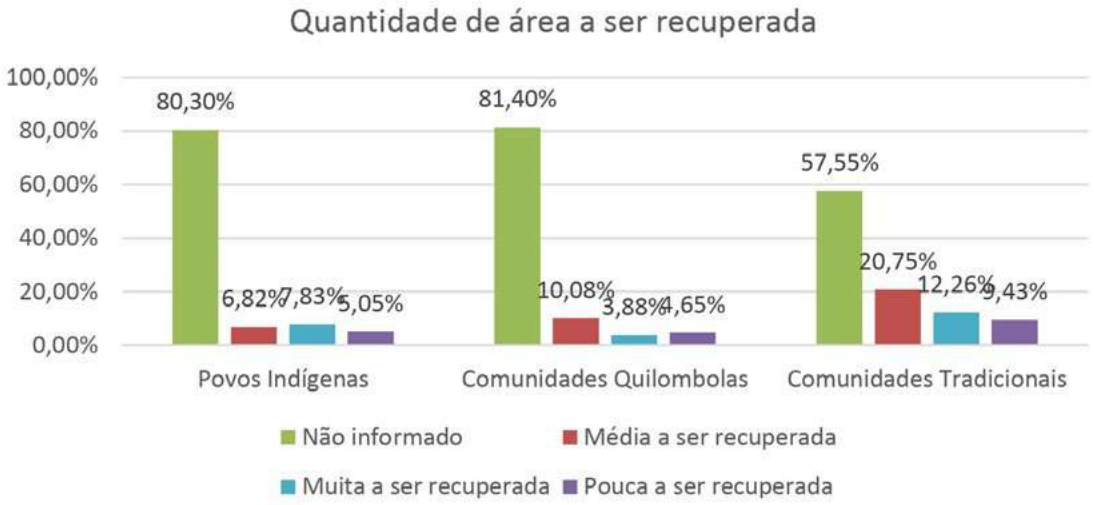
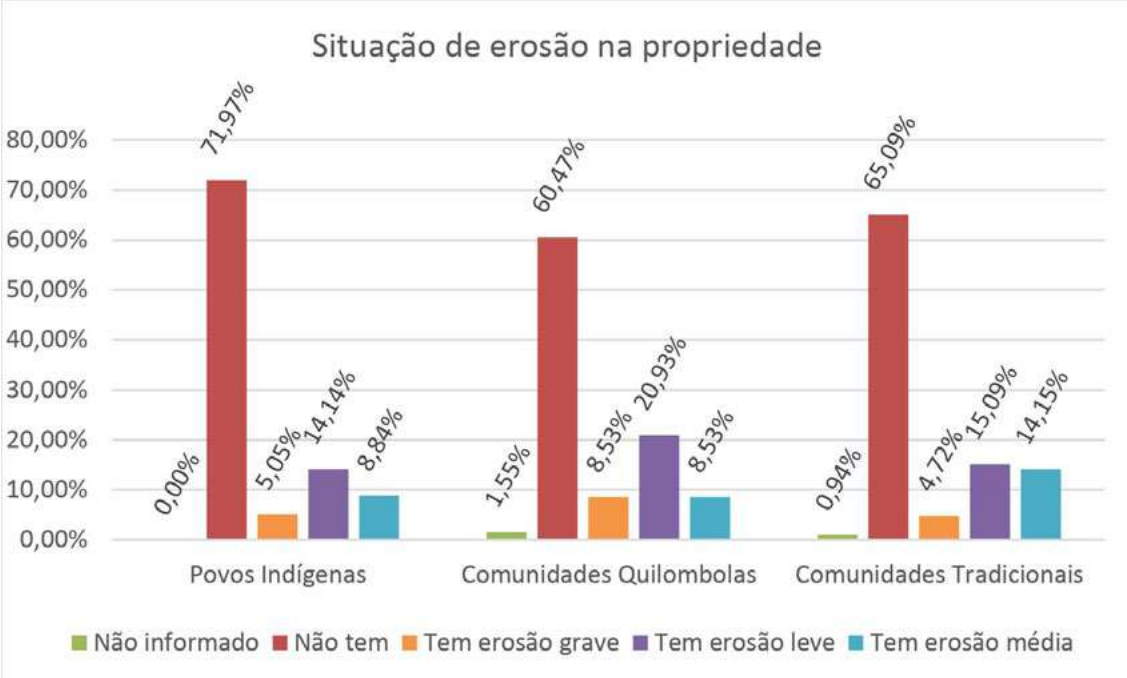


Foto: Macaca Filmes/Leo Lopes

Em relação à **quantidade da área de preservação permanente a ser recuperada**, entre os povos indígenas, 6,82% das famílias apontam que a área a ser recuperada é média, segundo 7,83% a área a ser recuperada é muita e para 5,05% a área de preservação a ser recuperada é pouca. Quanto aos quilombolas, 10,08% das famílias avaliam que a área a ser recuperada é média, segundo 3,88% a área a ser recuperada é muita e para 4,65% a área de preservação a ser recuperada é pouca. Entre as comunidades tradicionais, de acordo com 20,75% das famílias existe uma área média a ser recuperada, segundo 12,26% a área a ser recuperada é muita e para 9,43% a área de preservação a ser recuperada é pouca.



Em relação à **situação da erosão na propriedade**, verificou-se que a maioria, 68,46%, considera que não existe. Entre os povos indígenas, 71,97% avalia que a propriedade não apresenta erosão, 5,05% avalia que a erosão é leve, 14,14% entende que é média e para 8,84% é grave. Quanto aos quilombolas, 60,47% avalia que a propriedade não apresenta erosão, 8,53% avalia que a erosão é leve, 20,93% entende que é média e para outros 8,53% a erosão é grave. Entre as comunidades tradicionais, 65,09% avalia que a propriedade não apresenta erosão, 4,14% entende que a erosão é leve, 15,09% considera que é média e para 14,15% é grave.



Em linhas gerais, este é o contexto em que foram desenvolvidas as iniciativas apoiadas pelo DGM Brasil, em grande medida voltadas à reposição do Cerrado com espécies nativas, recuperação de nascentes e áreas degradadas, produção agroecológica, beneficiamento e comercialização de frutos do Cerrado, vigilância e gestão territorial e ambiental e fortalecimento institucional das organizações representativas e de apoio aos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais.

Iniciativas Apoiadas
1º e 2º Editais

PROJETO 1

UNIDADE MULTIUSO AGROEXTRATIVISTA NA ALDEIA BREJÃO

Organização responsável:
Associação Hanaiti Yomono

Objetivo: Construir uma unidade multiuso que integre o sistema de produção formado por agricultores indígenas, mulheres e jovens indígenas e promover o planejamento da cadeia produtiva da agricultura de espécies vegetais do Cerrado, frutos de pomar caseiro e de hortaliças, garantindo identidade aos produtos indígenas, o consumo consciente, o cuidado com o meio ambiente.

O projeto *Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão* prevê estudo de mercado e a construção de uma cozinha multiuso, a fim de atender as demandas da Associação Hanaiti Yomomo, sediada no município de Nioaque (MS). O intuito é fortalecer a comercialização da agricultura e artesanato tradicionais produzidos pelas indígenas Terena, e assim potencializar a geração de renda e a valorização da cultura local.

Fundada em 30 de junho de 2010, por 12 mulheres que lutam pela igualdade de gênero em território indígena, a Associação Hanaiti Yomomo é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por finalidades a realização de encontros e capacitações de caráter cultural, social, cívico, artístico e desportivo, com o objetivo de complementar e aprimorar a formação indígena. Também promove intercâmbios e participação em feiras e seminários, em parceria com entidades congêneres.

Resultados alcançados: Construção e equipamento de unidade multiuso; Realização de acompanhamento técnico.

1. Reunião da comunidade
2. Unidade multiuso finalizada
3. Comunidade e apoio técnico com equipamentos adquiridos
4. Comunidade com o projeto técnico da construção da unidade multiuso
5. Equipamentos adquiridos pelo subprojeto
6. Engenho elétrico adquirido

PROJETO 2

EXTRATIVISMO DO POVO XACRIABÁ: FONTE DE RENDA, SEGURANÇA ALIMENTAR E PROTEÇÃO DO CERRADO

Organização responsável:
Associação Indígena Xacriabá Aldeia Sumaré Peruaçu

Objetivo: O projeto pretende fortalecer a pratica do agroextravismo e aumentar a renda nas quatro aldeias Xakriabá (Sumaré I, Sumaré II, Sumaré III e Peruaçu) através da reforma de uma unidade de beneficiamento de frutas e produção de polpas, além da aquisição de um veículo. São previstas também atividades de sensibilização e capacitação dos jovens da escola Estadual Indígena Bukinuk da aldeia Sumaré II.

A Terra Indígena Xakriabá tem 32 aldeias e 46.414,9242 hectares de extensão, situados no Cerrado, na Caatinga (região de transição dos Biomas) e na Mata Seca. Tradicionalmente acessamos nessas áreas alimentos e remédios como coquinho azedo, mangaba, buriti, pequi, cagaita, umbu, pakari, favela, jatobá e outros.

O agroextrativismo tradicional Xakriabá tem sido uma atividade de grande importância cultural e socioambiental, pois possibilita o uso sustentável das áreas de Cerrado e de Mata Seca, o fortalecimento cultural, a geração e distribuição da renda, a autonomia agrícola, o acesso a remédios e alimentos de boa qualidade para manutenção da saúde do povo Xakriabá.

A diversidade de frutas existente no nosso território possibilita criar uma alternativa de geração de renda para a população, bem como incrementar a alimentação e incentivar a retomada da prática extrativista com a implantação de uma unidade de beneficiamento de polpas de frutas e aquisição de veículo para escoamento da produção.

Resultados alcançados: Unidade de beneficiamento de frutas do extrativismo na Aldeia Sumaré II reformada e adaptada; Aquisição de equipamentos para a unidade de beneficiamento; Aquisição de veículo para dar suporte na produção e comercialização da unidade.

1. Crianças Xakriabá
2. Veículo adquirido para transporte dos produtos
3. Reforma de galpão para unidade de beneficiamento
4. Bancada de lavagem dos frutos
5. Fogão industrial adquirido
6. Aquisição de freezer

PROJETO 3

SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO DA MORRARIA COMO HERANÇA DO FUTURO

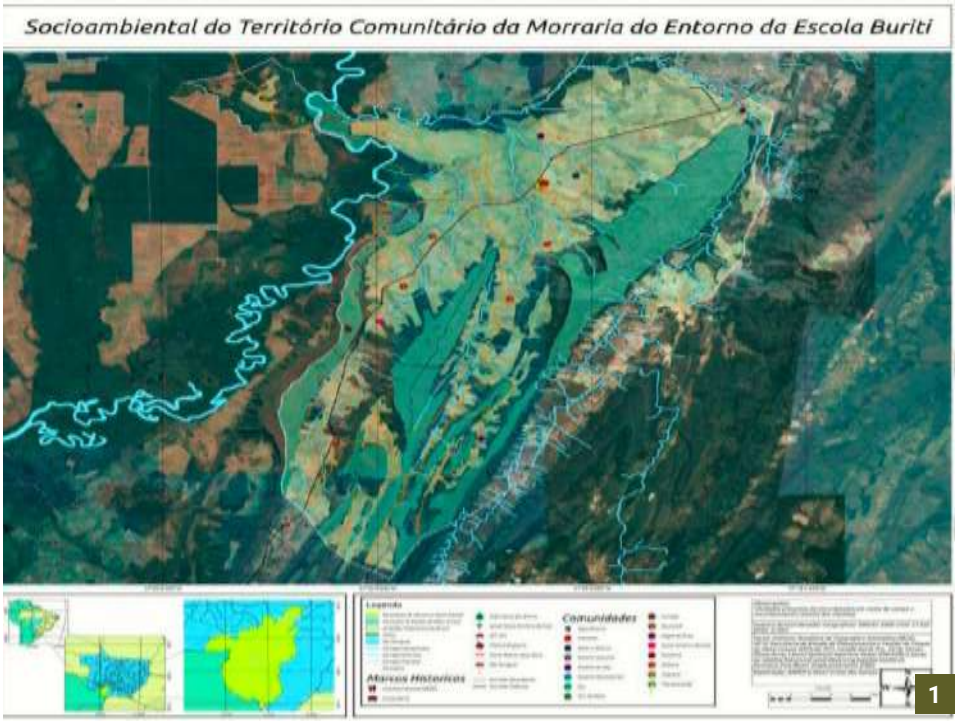
Organização responsável:
Associação regional das produtoras extrativistas do pantanal

Objetivo: Contribuir para gerar conhecimentos e aprendizados sobre os impactos da degradação socioambiental e viabilizar ações de reparação, recuperação e preservação dos recursos naturais com vista à sustentabilidade das comunidades da Morraria.

Na região da Morraria (MT) há em torno de 120 famílias tradicionais morroquianas espalhadas em 15 comunidades, em uma área de 11 mil hectares. Desde a década de 1990, o cenário dessa região vem sofrendo mudanças, em razão de desmatamentos para investimento em monoculturas de pastagens e de plantações exóticas como a Teka (*Tectona grandis*). Hoje, as nascentes e os córregos estão secando e as vegetações nativas desaparecendo, comprometendo a sobrevivência desse ecossistema e dessa população.

O projeto "*A sociobiodiversidade do Cerrado da Morraria como herança do futuro"* visa contribuir para gerar conhecimentos e aprendizados sobre os impactos da degradação socioambiental e viabilizar ações de reparação, recuperação e preservação dos recursos naturais com vista à sustentabilidade das comunidades da Morraria.

Resultados alcançados: Elaboração de mapa etnoambiental; Mobilização das comunidades para reparação ambiental; Construção e implementação de viveiro de mudas; Conquista de conhecimentos sobre reparação e proteção ambiental, além de ervas medicinais do Cerrado, pelos alunos e pelas alunas da escola Buriti; Recuperação ambiental de 02 grotas; Oficinas temáticas sobre manejos e práticas sustentáveis para recuperação e proteção de nascentes e outras APP's; Impressão de rótulos e caderno da sociobiodiversidade dos povos Morroquianos.



1. Mapa etnoambiental das comunidades de Morraria – Cáceres-MT
2. Evento em defesa do Cerrado
3. Oficinas de ervas, recuperação e proteção de APPs
4. Viveiro de mudas
5. Oficina de mapeamento
6. Visita de intercâmbio

PROJETO 4

TSIRÃPRÉ DZAWIDZÉ: PROTEÇÃO DO CERRADO

Organização responsável:
Namunkurá Associação Xavante - NAX

Objetivo: Realizar um diagnóstico socioambiental através de laudos antropológico e ambiental da região de Namunkurá, destacando os potenciais e as vulnerabilidades do território, visando a construção de estratégias de atuação e enfrentamento, promovendo registros em vídeo das memórias e conhecimentos sobre a fauna, flora e recursos hídricos da região e assegurando ações para empoderamento político, geracional e de gênero.

Atualmente, o território A'uwe Uptabi (Xavante) tem sofrido impactos de empreendimentos como as Pequenas Centrais Hidrelétricas no Rio das Mortes, que margeiam toda a Terra Indígena São Marcos, jurisdição do município de Barra do Garças (MT). Essa está a cerca de 2 km da Aldeia Namunkurá.

Diante disso, o povo Xavante de Namunkurá busca identificar suas potencialidades e suas áreas mais vulneráveis, na perspectiva de que se apropriem de técnicas de manejo sustentável dos recursos hídricos, da fauna e flora do Cerrado para proteção e gestão territorial. Conduzido pela Namunkurá Associação Xavante (NAX), o projeto Tsirãpré Dzawidzé: proteção do Cerrado abrange todas as aldeias da Região Namunkurá da Terra Indígena São Marcos, que abrange um total de 188.478,2600 hectares: Aldeia Namunkurá, São Luís, São Gabriel, Nossa Senhora Auxiliadora, Santíssima Trindade, Nossa Senhora Aparecida e Divina Providência.

Resultados alcançados: Realização dos trabalhos de campo e construção do laudo antropológico e ambiental da região Namunkurá; Realização de 2 oficinas e 1 seminário final sobre PGTA e políticas públicas, com a participação de 54 mulheres e 132 homens; Produção de um vídeo audiovisual; Aquisição de veículo e equipamentos de mapeamento e registro; produção e impressão de material didático.

1. Homem, mulher e jovem Xavante expõem conhecimentos tradicionais
2. Xavantes apresentando resultados do trabalho de campo
3. Indígenas da Aldeia Namunkurá envolvidos no Projeto
4. Oficinas de ervas, recuperação e proteção de APPs]
5. Xavantes analisam resultados dos trabalhos de campo
6. Indígenas da Aldeia Namunkurá envolvidos no Projeto

PROJETO 5

RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Organização responsável:
Associação Maraiawatsede da Terra Indígena Maraiwatsede

Objetivo: Realizar o cultivo de plantas nativas e frutíferas, visando a recuperação de áreas degradadas para atrair os bichos e a recuperação das principais nascentes na TI Marãiwatsede, com o plantio de buriti, babaçu e demais espécies da região para contribuir com o aumento do volume de água, bem como de recursos para alimentação e de materiais para a produção de artesanatos, enfeites e rituais.

A Terra Indígena Marãiwatsede (MT) encontra-se com mais de 70% de sua área desmatada em função de invasões promovidas por políticos da região, desde 1995, comprometendo seriamente a flora e a fauna, o que causou o desaparecimento de animais silvestres e diversas plantas indispensáveis para a sobrevivência física e cultural de seu povo.

Alimentos do Cerrado como frutos, coquinhos, plantas medicinais e mel diminuíram, provocando a substituição da alimentação com produtos tradicionais pelos alimentos industrializados. Também se tem perdido a matéria prima tradicional para fazer arcos e embiras para enfeite. Além disso, o desmatamento fez com que várias represas secassem. As que permaneceram estão com seus volumes de água muito baixos.

A TI Marãiwatsede está próxima do município de Alto Boa Vista (MT). A vegetação original predominante é de Cerrado, mas a área hoje está ocupada por capim braquiária. O projeto foi implantado nas aldeias A'opa, Etewawê, Madzabdzé e Marãiwatsede, sendo o monitoramento do trabalho feito a partir da aldeia A'opa.

Resultados alcançados: Aquisição e plantio de 4.000 mudas nas 4 aldeias; Construção de 18 barraginhas nas aldeias Marãiwatsede, Madzabdzé e A'opa; Assessoramento técnico; Aquisição de equipamentos.

1. Xavantes da T.I. Marãiwatsede no Seminário dos Povos Indígenas do Baixo Araguaia
2. Plantio de citrus
3. Preparação das mudas para plantio
4. Lideranças Xavante da T.I Marãiwatsede – visita de monitoramento
5. Construção de barraginha
6. Barraginha construída

PROJETO 6

ARTESANATO E CULTURA KRAHÔ

Organização responsável:

Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável e Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela (APOINKK)

Objetivo: Valorizar a cultura Krahô, buscando perpetuar saberes tradicionais e fortalecer a cadeia produtiva do seu artesanato, feito com recursos da sociobiodiversidade e por meio de práticas de manejo florestal responsável, bem como monitorar o território, contribuindo para a preservação do cerrado.

O território Krahô (TO) tem sofrido frequentemente queimadas e entrada de invasores com práticas que ameaçam o Cerrado e o bom uso dos recursos naturais que garantem a sobrevivência da fauna, flora, água, solo, clima, biodiversidade. No caso das práticas artesanais da comunidade, essas podem se perder nos próximos anos se os jovens não se apropriarem desses processos, o que é importante cultural, econômica e politicamente. Muitas mulheres coletam e produzem de forma individual, em suas casas, com instrumentos rudimentares. Além disso, falta estrutura coletiva adequada que possibilite uma prática de produção e comercialização mais justa e eficiente.

Em virtude dessa situação, a proposta busca valorizar a cultura Krahô, a fim de perpetuar saberes tradicionais e fortalecer a cadeia produtiva do seu artesanato, feito com recursos da sociobiodiversidade e por meio de práticas de manejo florestal responsável, bem como monitorar o território, contribuindo para a preservação do Cerrado.

O projeto foi realizado na Terra Indígena Kraholândia, localizada no Nordeste do Estado do Tocantins, município de Itacajá, a 295 km de Palmas. A TI é constituída por 29 aldeias, sendo que as principais atividades acontecerão na Aldeia Manoel Alves, em Itacajá/TO.

Resultados alcançados: Foram realizadas 7 capacitações: contação de estórias; hari, corte de cabelo; artesanato; música e cantos; fabricação de arco e flecha; tapiti. Construção da casa de cultura Krahô. Foram realizadas 3 expedições de vigilância e monitoramento territorial. Foram também adquiridos vários equipamentos para confecção de artesanato Krahô e para a continuidade das ações de vigilância e monitoramento. Também foi produzido um vídeo sobre o artesanato Krahô.

1. Participantes da oficina de música e cantos Krahô
2. Ida para o Oficina de artesanato e valorização da cultura Krahô
3. Expedição de monitoramento do território e coleta de sementes
4. Casa de Cultura Krahô Kanela

PROJETO 7

"PROGRAMA DE VIGILÂNCIA TERRITORIAL KANELA"

Organização responsável:
Associação Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

Objetivo: Realizar a fiscalização dos territórios indígenas Kanela e Porquinhos com ações de monitoramento e vigilância e sensibilização da população do entorno das Terras Indígenas e da própria população indígena, e articular parcerias com movimentos sociais e órgãos governamentais.

O projeto atuou na Terra Indígena Porquinhos e Terra Indígena Kanela, inseridas nos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda, sul do estado do Maranhão. Em uma região ameaçada por invasões externas, o projeto procura fortalecer a ocupação territorial indígena, reforçando atividades de formação e o etnodesenvolvimento.

A Associação Wyty Cate das comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins e a Coordenação Técnica Local da Funai de Barra do Corda assumiram a condução das atividades de proteção do território e apoio à formação e execução de um sistema continuado e coordenado de vigilância territorial por parte dos próprios indígenas. Desta forma, a articulação se constrói com o propósito de fortalecer a ocupação territorial indígena de maneira segura e sustentável.

Resultados alcançados: Realização de 3 expedições de vigilância e monitoramento na TI Kanela e 3 na TI Porquinhos; Capacitação sobre gestão territorial realizados na 2 Tis totalizando 312 indígenas homens e 40 mulheres; Criação de 2 grupos de Agentes Ambientais Indígenas, um em cada TI; Aquisição de kits para vigilância e monitoramento, durante as expedições, como lanterna, facão, uniformes com camisetas, calças, botina, chapéu; Aquisição de equipamentos (câmara fotográfica; notebook; celulares); Realização de visitas aos povoados do entorno das Tis para sensibilização.

1. Indígenas com certificado, do curso de fiscalização e monitoramento das Ti Kanela
2. Simulação de primeiros socorros em curso ministrado pela FUNAI
3. Indígenas colocando marcos em seu território durante expedição de vigilância e fiscalização
4. Capacitação em gestão territorial
5. Indígenas em curso de preparação para fiscalização e monitoramento do território
6. Indígenas com certificado, do curso de fiscalização e monitoramento das Ti Kanela

PROJETO 8

PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS (RECURSOS HÍDRICOS), PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS NAS NASCENTES E VEREDAS DO QUILOMBO DO CEDRO

Organização responsável:
Associação Quilombola da Comunidade Cedro

Objetivo: Promover a recuperação e conservação dos recursos hídricos e de áreas nativas do cerrado, protegendo a biodiversidade, o solo, integrando tecnologias sustentáveis com participação comunitária ativa do Quilombo do Cedro

A degradação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na região da Comunidade Quilombola do Cedro, município de Mineiros (GO), interfere na qualidade da água, ocasionando a redução e, consequentemente, a falta de tal recurso. Registra-se ainda a retirada da vegetação nativa e o livre acesso do gado às nascentes dos córregos do Cedro e Rio Verde.

Diante de tais problemas, surge a proposta da Associação Quilombola da Comunidade Cedro de ajudar a reverter a degradação de áreas nativas do Cerrado, recuperando a biodiversidade, o solo e os recursos hídricos, integrando tecnologias sustentáveis, educação ambiental e participação comunitária ativa.

A área do território da Comunidade Quilombola do Cedro é de 780 hectares, reconhecida pela Fundação Palmares, e está localizada no município de Mineiros/GO. O projeto abrangerá 20 hectares de recuperação de nascentes; 20 hectares de matas ciliares no córrego Cedro; 50 hectares em que serão utilizadas técnicas de conservação de solo e 2 hectares para hortas e o PAIS, totalizando 92 hectares.

Resultados alcançados: Poço artesiano construído e rede de distribuição de água para 26 famílias implantadas; Curvas de nível implantadas e barragem de contenção construída; 20 nascentes e 20 hectares de matas ciliares recuperadas e conservadas; aquisição de veículo pick up.

1. Realização de diagnóstico participativo por jovens da comunidade
2. Oficina de Bonecos, artesanato e tapetes
3. Produção agroecológica integrada sust.
4. Curva de nível e bacia de contenção

5-6. Construção de poço artesiano e rede de distribuição de água.

7. Veículo adquirido
8. Oficinas de plantas medicinais do cerrado, Recursos hídricos.

PROJETO 9

"DAHÖIMANAZÉ – TRADIÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO XAVANTE"

Organização responsável:
Associação Aliança dos Povos do Roncador

Objetivo: Construir um plano de gestão territorial participativo/colaborativo na área de influência da Aldeia Wederã, visando o fortalecimento da tradição A'uwê Uptabi e maior controle no uso do território.

O Povo Xavante depende do Cerrado para sua sobrevivência física, cultural e espiritual. A cada ano, a população indígena cresce aproximadamente 2,5% e a pressão sobre os recursos naturais é cada vez maior. Além disso, os recursos naturais e a população sofrem grande pressão do entorno, principalmente com a expansão do agronegócio, a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a construção de rodovias, hidrovia, a pesca predatória e as atividades mineradoras.

Atualmente, há grande carência de estudos que gerem informações referentes à importância da área em termos de conservação do Cerrado e manutenção da cultura Xavante. Daí a necessidade de construir um plano de gestão territorial participativo/colaborativo, com coleta de dados baseada em expedições em que técnicos e comunidade revisitarão antigas áreas tradicionais.

A aldeia Wederã está inserida na Terra Indígena (TI) Pimentel Barbosa, localizada no Município de Canarara (MT). A TI é composta por, aproximadamente, 330 mil hectares e a aldeia Wederã, onde o projeto foi executado, faz uso direto de aproximadamente 80.000 hectares e está localizada na porção nordeste da TI.

Resultados alcançados: Plano de gestão territorial elaborado; Incursões no território para fins de mapeamento/levantamento e vigilância/fiscalização realizadas; Vídeos de divulgação do projeto produzidos; Aquisição de insumos para vigilância do território como motos e barcos; além de notebook e câmara fotográfica.

1. Planejamento da expedição
2. Reunião de planejamento do Projeto
3. Visita de monitoramento
4. Recursos audiovisuais adquiridos
5. Incursões a campo para mapeamento e fiscalização
6. Notebook adquirido
7. Barco e motos adquiridos

PROJETO 10

SEMENTES DA VIDA

Organização responsável:
Associação Xavante Ripá de Produtividade e Etnodesenvolvimento

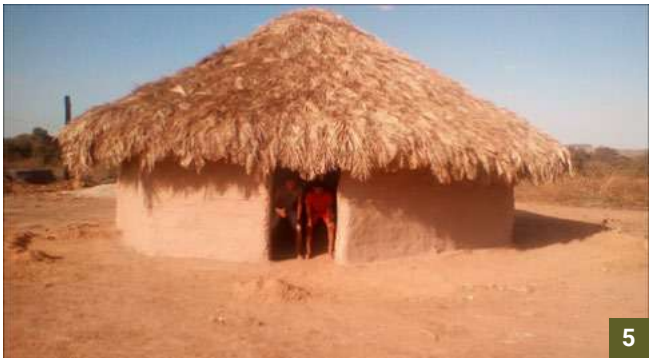
Objetivo: Conquistar a autonomia e o controle dos processos da cadeia produtiva de sementes nativas, florestais e da roça, bem como a valorização do conhecimento tradicional associado à biodiversidade do cerrado, fortalecendo a soberania alimentar.

Em Canarana (MT), a Associação Xavante Ripá Pimentel Barbosa une esforços pelo fortalecimento da soberania alimentar da comunidade Xavante. O projeto Sementes da Vida tem como objetivo desenvolver a autonomia e o controle dos processos da cadeia produtiva de sementes nativas e, para isto, prevê ações de estruturação de grupos coletores, construção de espaços multiusos para armazenamento de sementes, realização de feiras e divulgação das atividades.

O povo Xavante tem em sua tradição a realização de expedições de pesca, de caça e de coleta de sementes, tubérculos e frutos do cerrado, que estão na base da sustentabilidade alimentar, juntamente com a produção nas roças. Todas essas atividades envolvem um profundo e amplo conhecimento tradicional, associado ao manejo da biodiversidade do cerrado.

A estratégia do projeto é proporcionar aos grupos coletores e a toda comunidade um espaço multiuso, com casa de sementes, estruturação do grupo com ferramentas e automóvel, a realização de feira de sementes e saberes e a sistematização audiovisual do trabalho, para fins de monitoramento e disseminação.

Resultados alcançados: Construção da casa de sementes no sistema de bioconstrução; Realização do etnomapeamento de árvores matrizes para coleta de semente; Aquisição de caminhão e computador; Realização de feira de sementes; Estruturação dos grupos de sementes e produção de um vídeo.



1. Mulheres coletando sementes nativas do Cerrado
2. Feira de sementes realizada
3. Capacitação sobre segurança alimentar
4. Xavantes coletores de sementes; caminhão adquirido pelo projeto
5. Casa de sementes construída
6. Notebook em uso para mapeamento de árvores matrizes para coleta de sementes

PROJETO 11

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS

Organização responsável:
Instituto Terena de Educação Intercultural

Objetivo: Ampliar a produção e a produtividade na TI Taunay/Ipegue e, nas áreas tradicionais, construir um plano de ação para garantia da sustentabilidade, da qualidade de vida, revitalização da fauna e flora e segurança alimentar para as setes aldeias indígenas.

A TI Taunay/Ipegue tem uma área de aproximadamente 6.461,450 hectares e até os dias atuais nunca foi feito nenhum plano de ação de gestão ambiental e territorial. A chegada do gado no MS, por volta da década de 1960, prejudicou as cabeceiras das nascentes dos córregos com desmatamento, impactando diretamente as comunidades com a morte dos córregos que passam dentro da TI indígena.

Como consequência, a pesca, a caça e o plantio foram afetados levando a comunidade a consumir mais produtos industrializados. Em 2015, foi feito um diagnóstico e etnomapeamento que comprovou os problemas ambientais e territoriais destacando: o solo está fraco e precisa ser recuperado por meio de correção do PH para tornar as terras agricultáveis; as nascentes precisam ser recuperadas e reflorestadas.

Outra necessidade é o diagnóstico e etnomapeamento de mais nove terras tradicionais que estão localizadas no entorno das sete aldeias, totalizando 33 mil hectares, consideradas terras tradicionais pelos Terena, sob domínio e gestão dos índios.

Resultados alcançados: Oficina para capacitação em manejo de solos e recuperação de áreas degradadas; Recuperação e enriquecimento do solo; Cercamento e reflorestamento de nascente; Oficina de coleta de sementes florestais; Construção de viveiro; Aquisição de drone, trator, equipamentos de informática; Diagnóstico das 9 áreas no entorno; Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

manufatureira, construção de estradas e redes de telégrafos.

O Mato Grosso do Sul atingiu a segunda maior população indígenas do país. A etnia Tibrenoe é a mais representativa no estado, com uma população bastante numerosa e por manterem um contato intenso com a população regional. Essa etnia no estado se apresenta de forma mais explícita, seja pelas mulheres vendedoras (Figura 3) ou pelos trabalhadores que desempenham diversas atividades, principalmente as ligadas ao meio rural.

Figura 3 – Comércio de produtos agrícolas típicos da cultura Tibrenoe – Feira indígena em Campo Grande - MS

O povo Tibrenoe (figura 4) tem uma população estimada de 20.000 habitantes. Essa população está distribuída em índios aldeados (campo e cidade) e não-aldeados (unidades familiares ou indivíduos nas cidades). A população Tibrenoe vive atualmente em um território descontínuo, fragmentado e espalhado por sete municípios sul-mato-grossenses: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo, além de estarem nos estados de São Paulo e Mato Grosso. Também há famílias Tibrenoe vivendo em Porto Murtinho (na Terra Indígena Kadiweu), Dourados (TI Guarani) e no estado de São Paulo (TI Araribá). Os Tibrenoe residentes nas TI Guarani e Araribá, são descendentes de famílias que foram levadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para servirem de "exemplo" aos índios locais (exemplo de afinco nas práticas agrícolas e de obediência ao sistema de controle imposto pelos funcionários daquele extinto órgão público.)

Figura 4- Expressão cultural do povo Tibrenoe

Reprodução cultural

Os Tibrenoe veem na terra, que pode ser traduzido para território (Poke'exa Iê), a condição necessária para a sobrevivência física e cultural. Eles vivem o presente e seu grande interesse é o espaço para existir. Para os Tibrenoe, a terra é essencial por uma série de razões, sendo o estabelecimento de um espaço para ter mais segurança e poder viver com mais liberdade, o mais importante. A manipulação, o paternalismo e a utilização do índio para consecução de objetivos estranhos a ele têm sido a característica da política indigenista oficial, que cumpriu seu papel de confinar e encurralar os índios em pequenos pedaços de terra. Por muitos anos a política de entrega de sementes aos indígenas era a principal ação pública, por sua vez as comunidades preparavam a terra, faziam as colheitas, vendiam a produção e, no próximo ano, reiniciavam o processo novamente. Por um período de aproximadamente 100 anos, criou - se uma relação de dependência

1. Oficina de manejo e recuperação de solo
2. Orientações sobre correção de solo
3. Aquisição de trator e implementos
4. Aplicação de calcáreo
5. Plano de Gestão Territorial e Ambiental
6. Análise de solo

PROJETO 12

QUILOMBOS PRODUTIVOS

Organização responsável:
Associação Humana Povo para Povo Brasil

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a geração de renda à agricultura familiar, por meio de técnicas de manejo agroecológico que visem o aproveitamento de uma pequena Unidade Produtiva, aumentando a produtividade, minimizando os custos de produção e garantindo a conservação das culturas agrícolas.

As atividades se destinaram à formação agroecológica e incremento na renda, por meio da produção de excedentes de legumes, frutas e verduras. Além disso, com o intuito de fortalecer a segurança e soberania alimentar e nutricional, foram resgatadas e multiplicadas espécies alimentares e florestais do Cerrado brasileiro.

Trata-se de comunidades afetadas pela perda da autonomia produtiva, a partir da inexistência de espécies de sementes crioulas para os plantios, o que faz com que as famílias recorram a cada ano ao mercado de sementes comerciais e geneticamente modificadas, tornando-as cada vez mais dependentes dos pacotes químicos, além do alto custo para a implantação dos plantios.

O projeto foi implantado em quatro comunidades quilombolas: Boa Vista do Pixaim, Fazenda Grande e Jatobá, localizadas no município de Muquém do São Francisco, e na comunidade Mangal do Barro Vermelho, localizada no município Sitio do Mato, sendo que esses dois municípios integram o Território Velho Chico, no Estado da Bahia.

Resultados alcançados: Implantação de 4 Projetos de Agroecologia Integrada e Sustentável – PAIS, com viveiro e criatório para aves; instalação de poço artesiano no quilombo Boa Vista do Pixaim; Obtenção de outorga de água para os 4 quilombos; Intercâmbio com quilombo de Fortaleza, para conhecer PAIS em funcionamento; Capacitações em agroecologia, produção de composto orgânico e manejo agroflorestal; Aquisição de geradores, bombas d'água, galinhas e galos reprodutores, câmara fotográfica.

1. Trabalho de instalação do PAIS
2. Comunidade quilombola planejando as atividades do projeto
3. Implantação do PAIS
4. Jovens participando de capacitação em Compostagem
5. Capacitação para instalação do PAIS
6. Trabalho de instalação do PAIS

PROJETO 13

FARINHA DO BABAÇU - UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA PARA AS QUEBRADEIRAS DE COCO-BABAÇU DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Organização responsável: Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUBIP

Objetivo: Promover o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu e da organização dos núcleos produtivos, aliando a geração de renda com a valorização dos conhecimentos tradicionais das quebradeiras de coco com sustentabilidade socioambiental.

Na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Tocantins, o babaçu é considerado o principal produto do extrativismo local e apresenta uma forte ligação com as mulheres quebradeiras de coco. A ASMUBIP, desde a sua criação, vem investindo na diversificação do aproveitamento do babaçu como estratégia para aumentar o valor agregado desses produtos e contribuir para a geração de renda das quebradeiras, valorizando sua identidade e mantendo conservados os babaçuais.

Atualmente, as quebradeiras de coco, organizadas em núcleos, contam com cinco unidades de beneficiamento de azeite artesanal, uma casa de extração de flocos de mesocarpo e uma agroindústria de fabricação de farinha de mesocarpo. O azeite artesanal tem sido destinado tanto à alimentação como à produção de sabão.

O projeto visa promover o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu e a organização dos núcleos produtivos, aliando a geração de renda com a valorização dos conhecimentos tradicionais com sustentabilidade socioambiental.

Resultados alcançados: Entreposto de produtos do babaçu adequado e equipado para o seu funcionamento; Capacitação das quebradeiras de coco adotando boas práticas de coleta e processamento dos produtos do babaçu; Novos mercados abertos para os produtos do babaçu.

1. Reunião para organização das quebradeiras e da produção
2. Reforma e compra de equipamentos para o Entreposto de produtos do Babaçu
3. Encontro para elaboração participativa do plano de comercialização
4. Primeiro encontro para elaboração participativa do plano de comercialização
5. Reunião da Diretoria e Coordenadores de Núcleo da Associação

PROJETO 14

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA ALDEIA PORTEIRA

Organização responsável:
Associação Indígena Nrõzawi

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade de vida da população Xerente da aldeia Porteira com a restauração ambiental de seu território, a gestão dos recursos naturais e o fortalecimento cultural.

A falta de água ocasionada com a construção e operação da barragem de uma usina hidrelétrica que dista aproximadamente 30 quilômetros da aldeia Porteira (TO) provocou o ressecamento do solo. Soma-se à construção da barragem a inserção do gado como compensação pela construção da usina, que passou a ter acesso às fontes de água e riachos da aldeia. A escassez de água tem prejudicado a manutenção da vida e da cultura na aldeia Porteira.

A produção do artesanato de capim dourado e buriti deverão ser muito afetados com a falta d'água, o que poderá comprometer a geração de renda de muitas famílias que dependem dessas espécies para sobreviver. Frente a essa situação, a Associação Indígena Nrõzawi tem buscado resolver esses problemas via ações de mapeamento de áreas de abundância, restauração de nascentes e recuperação ambiental de áreas degradadas e o fortalecimento cultural da população Xerente da aldeia.

Resultados alcançados: Realização de mapeamento de áreas de abundância no entorno da aldeia porteira, junto com parceiros (FUNAI, NATURATINS, IFTO); Restauração de cinco hectares de áreas de nascentes, com cercamento de nascentes e plantio de 4.000 mudas de espécie do cerrado e replantio de 2.000 mudas; Contribuição para o fortalecimento da organização e gestão da associação.

1. Construção de viveiro de mudas
2. Reunião da comunidade para pactuação das etapas do projeto
3. Realização de reunião com parceiros para apresentação do andamento do projeto
4. Oficina preparatória para planejamento do etnomapeamento (jovens, mulheres e anciões)
5. Cercamento de nascentes
6. Capacitação de viveirista e ajudante

PROJETO 15

RIQUEZAS DO MEARIM

Organização responsável:
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA

Objetivo: Contribuir para que a comunidade de Santa Cantidia tenha consciência ambiental no manejo e uso dos recursos naturais disponíveis, segurança alimentar através da produção agroecológica e geração de renda sustentável.

As principais riquezas da Microrregião do Médio Mearim (MA), como a palmeira de babaçu e o Rio Mearim encontram-se em risco face ao modelo de desenvolvimento baseado na substituição do ambiente florestal e sociocultural por grandes complexos agroindustriais, pela agropecuária de grande porte, o monocultivo de eucalipto, as indústrias de mineração, a geração de energia e gás natural e a ocupação populacional irregular.

O desmatamento das margens do Rio Mearim e da floreta de babaçu é um problema que ameaça as comunidades tradicionais de pescadores e extrativistas que necessitam desses recursos para garantir a reprodução do seu modo de vida.

Para enfrentar essa situação, o projeto Riquezas do Mearim, conduzido pela ASSEMA, foi realizado na comunidade tradicional extrativista do babaçu Santa Cantilha, município de Pedreiras, que vive às margens do Rio Mearim, sob forte influência da zona de floresta de babaçu, localizada no centro do cerrado maranhense, na Microrregião do Médio Mearim.

Resultados alcançados: Recuperação de áreas degradadas com reflorestamento com espécies nativas (2,0 hectares nas margens do rio); enriquecimento de quintais com SAF´s biodiversos, envolvendo 2 grupos de produtores; implantação de unidade de beneficiamento de azeite coco babaçu; instalação de sistema de estufas para produção de hortas (11 famílias envolvidas).

1. Sistema de irrigação para produção implantado
2. Mutirão de reflorestamento da beira do rio Mearim, com espécies nativas
3. Caminhada ecológica para coleta seletiva de lixo
4. Agroquintais com SAFs biodiversos
5. Abertura e plantio de hortas agroecológicas
6. Unidade de processamento de azeite de babaçu

PROJETO 16

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA E EXTRATIVISMO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE JABOTICATUBAS ATRAVÉS DE ACESSO A NOVOS MERCADOS

Organização responsável:
Associação Educação, Ecologia e Solidariedade AMANU

Objetivo: Fortalecer a produção, a capacidade de organização e a comercialização dos produtos do agroextrativismo das comunidades tradicionais de Jaboticatubas, gerando renda e possibilitando a permanência em seus territórios, enfrentando a especulação imobiliária e os loteamentos irregulares.

A agricultura familiar em Jaboticatubas tem tido pouco apoio. Por outro lado, os interesses políticos municipais e estaduais visam a região como nova área atrativa de investimentos imobiliários, sobretudo pela proximidade com a Serra do Cipó. Assim, condomínios e loteamentos irregulares ameaçam os modos de vida das comunidades tradicionais e a preservação do Cerrado, situação que a atuação da Amanu busca reverter.

O projeto buscou fortalecer a organização dos grupos da Feira Raízes do Campo e das Casas Comunitárias de Coco Macaúba em Jaboticatubas (MG), a produção agroecológica da agricultura familiar, desenvolvendo metodologia específica para organização e distribuição de produtos e acesso a mercados, trabalhando, ainda, o fortalecimento da identidade cultural das comunidades quilombolas e agroextrativistas de Jaboticatubas.

Além dos espaços de promoção e comercialização dos produtos, foram envolvidas propriedades de 41 famílias de 14 comunidades quilombolas e agroextrativistas do município, abrangendo cerca de 410 hectares.

Resultados alcançados: Melhoria da Estrutura Física do Espaço de Comercialização; Desenvolvimento de logística de venda e distribuição; Padronização de embalagens; Melhoramento da estrutura física da agroindústria do Berto; Distribuição para mercado de Belo Horizonte; Criação do grupo de controle social. Consolidação de 17 parcerias institucionais;

1

2

3

4

5

6

1. Criar e fomentar a Fortaleza do Coco Macaúba junto ao Slow Food
2. Entregas semanais
3. Melhoramento da infraestrutura física da agroindústria do Berto
4. Melhoramento da estrutura física e mutirão de confecção de estantes ecológicas
5. Entregas semanais
6. Abertura de ponto de vendas

PROJETO 17

FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DO CERRADO

Organização responsável:
Cooperativa Central do Cerrado

Objetivo: Qualificar os produtos, ampliar a venda, a participação e o controle social dos grupos cooperados e parceiros junto ao Box Cerrado, localizado no Mercado de Pinheiros, São Paulo, SP.

Central de cooperativas de sete estados brasileiros (MA, TO, PA, MG, MS, MT e GO), a Central do Cerrado oferece produtos típicos coletados e processados por agricultores familiares e comunidades tradicionais, atuando dentro dos princípios do Comércio Justo e Solidário.

Em seu projeto Fortalecendo a comercialização de produtos do Cerrado, a Central do Cerrado pretende estreitar seus laços com o Mercado Municipal de Pinheiros, São Paulo. Para isso, prevê também a adequação de embalagens e rótulos de produtos já inseridos no Mercado, assim como a formação de empreendimentos, precificação e emissão de produtos comercializados.

O projeto atuou no fortalecimento da comercialização dos produtos do cerrado, com adequação de embalagens (informações, design e impressão), constituição de assessoria de formação em gestão, e na definição de estratégias de controle social das ações de comercialização e participação em eventos.

Resultados alcançados: Promoção comercial dos produtos; aquisição de embalagens; criação e confecção de rótulos adequados para produtos de cooperados e parceiros comerciais; catálogo virtual com os produtos e seus novos rótulos e embalagens para mídias sociais; oficinas de capacitação; eventos de intercâmbio e promoção comercial.

1

2

3

4

5

6

1. Reuniões para planejamento, articulação e/ou negociação
2. Participação em eventos de promoção e venda dos produtos
3. Aquisição de equipamentos
4. Discussão do projeto em reunião da Rede Cerrado
5. Participação em eventos de promoção e venda de protuso
6. Promoção e comercialização de produtos

PROJETO 18

FORTALECENDO O AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO

Organização responsável:

Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros, Assentados e Guias Turísticos do Cerrado - COOPCerrado

Objetivo: Fortalecer o empreendimento agroextrativista em rede da Coopcerrado com produtos da sociobiodiversidade visando melhorar a capacidade produtiva, com inovação tecnológica agregação de valor e diversificação da linha de produtos.

A COOPECerrado tem buscado, ao longo de sua trajetória, fortalecer e ampliar o número de produtos da sociobiodiversidade manejados e organizados de forma comunitária em rede, voltados para atingir os principais mercados institucionais e privados. Além disso, trabalha formas de agregar valor aos produtos, a exemplo da própria marca Empório do Cerrado e da Certificação Participativa do Extrativismo Sustentável Orgânico.

Criada em 2002, a cooperativa envolve mais de 4.000 famílias do Cerrado brasileiro nos estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins e comercializa 200 produtos do agroextrativismo. Mas ainda enfrenta problemas devido à falta de recursos voltados para produtos da sociobiodiversidade. Nos últimos anos registrou-se a necessidade de garantir maior tempo de prateleira aos produtos, sem uso de conservantes.

O Projeto possibilitou a aquisição de equipamentos para o beneficiamento baru, jatobá e pequi, bem como o desenvolvimento de novos produtos para o mercado. O maquinário foi instalado na área industrial da cooperativa, de 46.000 m^2, em Goiânia. O processamento desses produtos e o acondicionamento em embalagem apropriadas aumentará seu tempo de validade, mantendo sua qualidade alimentar.

Resultados alcançados: Promoção comercial dos produtos; aquisição de embalagens; criação e confecção de rótulos adequados para produtos de cooperados e parceiros comerciais; catálogo virtual com os produtos e seus novos rótulos e embalagens para mídias sociais; oficinas de capacitação; eventos de intercâmbio e promoção comercial.

1. Nova apresentação da embalagem do Baru
2. Material de divulgação e novos rótulos
3. Confecção e impressão de novos rótulos
4-5. Novos equipamentos de embalagem, rotulagem e registro
6. Baru beneficiado com nova tecnologia
7. Feira e exposição de produtos e novos rótulos

PROJETO 19

BAHORURE

Organização responsável:
Associação das Comunidades Indígenas da Terra Ubawawẽ

Objetivo: Fortalecer a segurança alimentar das comunidades Xavante das Terras Indígenas Ubawawẽ e Parabubure com o resgate de sementes tradicionais, enriquecimento das áreas com a produção de mudas de espécies nativas, exóticas, frutíferas; implementação de um sistema de gestão territorial e divulgação de novas tecnologias e sustentabilidade para as comunidades indígenas.

O povo Xavante (MT) hoje é obrigado a conviver com o depauperamento do solo e dos recursos naturais aos quais está vinculado. Além disso, as reservas estão rodeadas por grandes áreas de cultivo de milho e soja, o que tem atraído os animais para fora da reserva e dificultado a caça. Os rios têm abrigado hidrelétricas a montante e a jusante das reservas, tornando a pesca impraticável em grande parte do ano.

A insegurança alimentar é crescente e a fome faz parte do cotidiano de grande parte das famílias, podendo ser evidenciada pelo grande número de pessoas com doenças ligadas à escassez alimentar, como a desnutrição infantil, diabetes, hipertensão.

Nesse contexto, torna-se necessário o resgate da agricultura local, através da introdução de variedades crioulas de milho, feijão e o enriquecimento das roças. Também se faz necessário o plantio de espécies florestais nativas e exóticas de importância alimentar e cultural, que além de servirem de fonte de alimento, propiciarão a manutenção dos animais na reserva, facilitando a caça. Essas estratégias estarão associadas também à implantação de posto de vigilância e fiscalização e construção de casa de sementes.

Resultados alcançados: Construção de um viveiro de mudas; Produção de 10.000 mudas de café e de frutíferas e nativas; Curso de viveiro e produção de mudas, ministrado pelo SENAR; Aquisição de equipamentos: computador, impressora, projetor e tela para projeção; perfurador de solo; roda d' água; moto bomba; Construção da casa de sementes tradicional.

1. Capacitação de viveiristas
2. Aquisição de material audiovisual
3. Aquisição de reservatórios d'água para sistema de irrigação
4. Montagem do sistema de irrigação
5. Construção do viveiro de mudas
6. Viveiro de mudas

PROJETO 20

EL BETEL: SOMANDO FORÇAS

Organização responsável:
Associação Comunitária da Aldeia El Betel - Terra Indígena Canabrava

Objetivo: Recuperar parte de área degradada com a implantação de área de fruticultura, recuperando o solo e gerando renda aos indígenas.

A Associação El Betel, no município de Jenipapo dos Vieiras (MA), entidade representativa da aldeia de mesmo nome, tem como principal atividade o plantio de mandioca, macaxeira, milho, arroz, abóbora, banana, melancia, feijão, fava, inhame, cará, gergelim e amendoim.

O cultivo de banana na Aldeia El Betel é tradicional. A fruta é cultivada com manejo agronômico adequado, no entanto, necessita de replantio visto a degenerescência natural da espécie vegetal. A diversificação de espécies frutíferas se faz necessário, considerando também o mercado crescente nas cidades próximas. Foram escolhidas especificamente frutíferas que apresentam alta resistência aos períodos secos, uma vez que as fontes de água são escassas e limitadas.

Espera-se aumentar a segurança alimentar na própria aldeia, promover a geração de trabalho e renda na comunidade, e atrair os jovens que acabam se vendo forçados a buscar trabalho nas cidades e oferecer uma ocupação àqueles expostos à marginalização trazida pela BR-226, que corta a Terra Indígena.

O projeto ainda prevê intercâmbio de tecnologias entre as aldeias, possibilitando ampliar a rede de parceiros comerciais da Associação El Betel, bem como multiplicar a iniciativa em aldeias próximas.

Resultados alcançados: Plantio de mudas de frutíferas; 2 Capacitações em manejo ecológico do solo, controle natural de pragas e doenças, envolvendo 58 pessoas, sendo 28 mulheres; Aquisição de material de irrigação e sementes variadas, para as 10 hortas familiares.

1. Aquisição de mudas de coco para repor perdas devido a condições climáticas
2. Implantação de hortas familiares
3. Hortas agroecológicas familiares
4. Mudas de bananeira e coco a serem plantadas na aldeia
5. Plantio de bananeiras
6. Plantio de milho

PROJETO 21

TODOS JUNTOS EM PROL DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM COMUNIDADES DO TERRITÓRIO XAKRIABÁ

Organização responsável:
Associação Indígena Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências

Objetivo: Promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no entorno de nascentes e áreas degradadas, buscando ampliar a disponibilidade de água e de vegetação, bem como fortalecer a educação ambiental nas comunidades.

São muitos os problemas decorrentes da degradação ambiental que vem afetando as comunidades no território indígena Xakriabá, no Norte de Minas Gerais. A comunidade tem sido afetada pela falta de água nos rios, tornando-se dependente da água de poços artesianos, que vem diminuindo a vazão ao longo dos anos. Houve também perda da biodiversidade de espécies florestais e frutíferas, antes utilizadas para alimentação humana, de animais e como matéria prima para a produção de artesanatos, e houve extinção de muitas espécies animais que contribuíam para a subsistência das famílias.

Portanto, a reparação e proteção ambiental das áreas afetadas são estratégicas para recuperar e preservar a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo, gerar trabalho, manter e ampliar a beleza cênica da paisagem e assegurar o bem-estar das populações humanas em nosso território.

O projeto envolveu recuperação de nascentes e áreas degradadas, criação de pomares nas escolas e implantação de viveiro para a produção de mudas nativas e frutíferas, e foi implantado no território Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões (MG), nas aldeias Riacho dos Buritis, Pedrinhas/Lagoinha, Olhos D'água, Pindaíbas, Itacarambizinho, Poções e Peruaçu.

Resultados alcançados: Nascentes cercadas e protegidas com a implantação de processo de recuperação em 03 hectares; Edícula para proteção e guarda de ferramentas do viveiro; Oficinas de Educação Ambiental realizadas nas escolas locais; Edícula para recebimento de frutas nativas; Construção de viveiro realizado em processo de produção de mudas; Plantio de mudas nos pomares das escolas locais; Casa de polpas construída.

1. Casa de polpas construída
2. Plantio de mudas nas escolas
3. Oficina de educação ambiental
4. Educação ambiental e Intercâmbio
5. Recuperação de nascentes/veredas
6. Viveiro para produção de mudas construído

PROJETO 22

PRODUÇÃO DE MUDAS, CRIAÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA

Organização responsável:
Associação Indígena Pyka Mex

Objetivo: Contribuir para a valorização e sustentabilidade ambiental da Terra Indígena Apinajé, por meio da produção/distribuição de mudas nativas e da criação de horta comunitária, fortalecendo as condições de segurança alimentar e nutricional e aliando atividades de cultura e meio ambiente na escola indígena.

A Terra Indígena (TI) Apinajé, no município de Tocantinópolis (TO), vem sofrendo impactos socioambientais em sua área e entorno, desde a época da demarcação em 1989. Mas, desde meados de 2014, os impactos decorrentes do agronegócio, especialmente das monoculturas de eucalipto e soja têm se intensificado.

Algumas nascentes localizadas nessas áreas de latifúndio estão comprometidas pelo processo de produção de eucalipto, que vem provocando a diminuição das águas que sustentam a vida da comunidade. O uso de agrotóxicos nas plantações de soja é uma ameaça constante às produções orgânicas e à manutenção da flora nativa.

Nesse sentido, faz-se necessário viabilizar condições sustentáveis que possam atenuar os impactos provocados pelo agronegócio, tal como a manutenção do viveiro para a produção de mudas nativas e a distribuição dessas entre as aldeias, a criação de horta comunitária e a articulação com a escola indígena, visando educação socioambiental.

O projeto foi desenvolvido na sede da Associação Indígena Apinajé Pyka Méx, localizada na Aldeia Prata, que tem área total de uso sustentável de 141.000 hectares, abrangendo toda a Terra Indígena Apinajé com as atividades de coleta de sementes, distribuição e plantio de mudas nativas, em uma área de abrangência aproximada de 80 mil hectares.

Resultados alcançados: Viveiro de mudas construído; Horta escolar implantada; Mutirão de Coleta de Sementes realizado; Ações de educação ambiental realizadas.

1. Educação ambiental e construção do viveiro de mudas
2. Mulheres coletando sementes
3. Horta comunitária sendo construída
4. Educação ambiental e construção do viveiro de mudas
5. Articulação com instituições e pessoas em intercâmbio junto às comunidades
6. Práticas de Educação Ambiental na produção e plantio de mudas junto à escola indígena da Aldeia Prata

PROJETO 23

FORTALECIMENTO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DAS ALDEIAS INDÍGENAS CHIQUITANOS EM PONTES E LACERDA - MT

Organização responsável:
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)

Objetivo: Promover o fortalecimento sociocultural das aldeias indígenas chiquitanos para ocupação e proteção do seu território, visando a recuperação de nascentes e áreas degradadas com implantação de sistemas produtivos para geração de renda e segurança alimentar.

O reconhecimento da presença dos índios Chiquitanos no Brasil é muito recente e se deu em decorrência dos estudos da obra do gasoduto entre Brasil Bolívia. Os estudos indicam a fragilidade dessas comunidades, sobretudo em decorrência do processo de urbanização e crescimento da pecuária na região. Estima-se que 2000 pessoas vivem em comunidades chiquitanas; em 2010 essas comunidades tiveram sua área geográfica declarada com 43 mil hectares, mas elas possuem o domínio de apenas 5 mil hectares.

O território reconhecido e em processo de demarcação encontra-se altamente antropizado, com a presença de médias e grandes fazendas que causaram, ao longo do tempo, desmatamento e degradação das terras e dos córregos.

O projeto pretende enfrentar o problema da degradação das nascentes do córrego Fazendinha, que banha todas as comunidades e fortalecer o sistema produtivo de mel nas comunidades. Com as ações sócio produtivas recuperadas e reanimadas, o projeto ainda irá viabilizar um processo de articulação visando acesso ao mercado, comercialização da produção e a divulgação da identidade chiquitana.

Resultados alcançados: Cercamento de nascentes do córrego Fazendinha; Fortalecimento da apicultura através de capacitação e aquisição de equipamentos; Instalação de viveiro de mudas; Aquisição de mudas para restauração de áreas; Melhoria e adequação da estrutura de captação de água; Aquisição de equipamentos; Consultoria para identificação/mapeamento dos recursos naturais locais.

1. Adquirir kits equipamentos para uso no trabalho de produção de mel
2. Instalação de viveiros comunitários
3. Organização de mutirão para plantio de mudas em áreas de nascentes
4. Realizar oficina de capacitação sobre apicultura
5. Oficinas de concertação para preparação e participação das comunidades
6. Aquisição de motos e carretas de transporte

PROJETO 24

GESTÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO JALAPÃO

Organização responsável:
Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)

Objetivo: Fortalecer as capacidades das Comunidades Quilombolas Povoado do Prata, Boa Esperança, Barra da Aroeira e Carrapato, Formiga e Ambrósio para que consigam garantir seus direitos territoriais e realizar a gestão e proteção de seus territórios, utilizando práticas e lógicas tradicionais em diálogo com o saber técnico/acadêmico.

As comunidades quilombolas da Barra da Aroeira, Povoado do Prata, Boa Esperança e Carrapato, Formiga e Ambrósio, situadas no Jalapão/TO, ocuparam seus territórios entre 1800 e 1900 e, desde essa época, vêm trabalhando neles com extrativismo, agricultura e pecuária, tendo desenvolvido complexos sistemas de gestão territorial que garantem a segurança alimentar e a venda de excedentes.

Nas últimas décadas, a comunidade quilombola Barra da Aroeira vem sofrendo intenso ataque de grileiros, o território da comunidade do Prata foi sobreposto pelo Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e as comunidades quilombolas de Boa Esperança e Carrapato, Formiga e Ambrósio foram sobrepostas pela Estação Ecológica da Serra Geral; os territórios estão em processo de regularização pelo INCRA.

Frente a essa situação, o projeto possibilitou que as comunidades aprofundassem seus conhecimentos sobre regularização fundiária e gestão territorial, sobre as práticas tradicionais desenvolvidas na gestão e proteção territorial, no extrativismo e produção agropecuária. O projeto ainda envolveu os jovens (saberes tradicionais, fotografia e geoprocessamento).

Resultados alcançados: Elaborados 4 Cadernos de Gestão Territorial; Oficinas de capacitação em direitos territoriais, gestão ambiental e de bens naturais realizadas; Encontro da juventude para debate sobre gestão territorial realizado; Caravana para troca de experiências realizada; Equipamentos de informática, audiovisual, câmera fotográfica e GPs adquiridos.

1. Levantamento de informações sobre o território
2. Elaboração de plano de gestão territorial e ambiental
3. Realização do encontro da Juventude
4. Levantamento de informações sobre o território
5. Encontro da juventude para debate sobre gestão territorial
6. Apresentação e análise do mapa territorial e relatório

PROJETO 25

ÁGUA DOS GERAIS – RESPOSTAS A AMEAÇAS IMEDIATAS GERAIZEIROS SEGUEM NA LUTA PARA PRESERVAR A VIDA

Organização responsável:

Conselho Rural de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores Rurais da Fazenda São Modesto

Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão e uso dos recursos hídricos pelas comunidades.

A expansão da fronteira agrícola no Norte de Minas Gerais, a partir da década de 1970, com o objetivo de levar o "progresso" para essa região, considerada "atrasada", trouxe os monocultivos de eucalipto em terras concedidas principalmente em áreas de chapadas, as quais foram desmatadas. Nesse contexto, os geraizeiros ficaram encurralados nas terras de uso familiar, sendo o principal impacto a escassez hídrica; muitos rios, córregos e nascentes que se tornaram intermitentes ou secaram.

Assim, algumas comunidades começaram a lutar contra o desmatamento na região, com a água como principal bandeira. Foi então que depois de mais de 12 anos de luta, foi criada em 2014, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, com cerca de 38.177 ha, nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo. A proposta desenvolvida buscou contribuir para a melhoria da gestão e uso dos recursos hídricos pelas comunidades.

Resultados alcançados: 5 Capacitações comunitárias para mapeamento e planejamento participativo, com 220 pessoas capacitadas, sendo 96 mulheres; Recuperação de 7 ha de APP, nas beiras de rios com plantio 2500 mudas de espécies florestais e frutíferas; Capacitação em restauração do cerrado, com criação de grupos de coleta de sementes nativa e plantio de cerca de 2 ha em áreas de recarga de nascentes; Cercamento de 25 nascentes; Diagnósticos comunitários das micro bacias e plano de ação e recuperação das micro bacias da comunidade elaborados; Construção de 109 bacias de contenção em 15 comunidades; Parceria com ICMBio e Embrapa.

1. Aquisição de mudas
2. Cercamento de nascentes
3. Bacias de contenção construídas
4. Construção de planos participativos de ação e gestão hídrica comunitária
5. Plantação de mudas para estabelecimento de SAFs
6. Plantio de sementes em áreas de recarga degradadas

PROJETO 26

PROJETO INSTITUCIONAL MIQCB

Organização responsável:
Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB

Objetivo: Realizar os Encontros Regionais e o VIII Encontrão das Quebradeiras de Coco Babaçu, melhorar o sistema de gestão do MIQCB e fortalecer a luta das mulheres pelo território, preservação da floresta de babaçu em pé para melhoria da renda e permanência dos modos de vida.

Nos estados de atuação do MIQCB (Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí), diversas empresas com interesse na exploração comercial de produtos da biodiversidade têm acessado as comunidades tradicionais. Os órgãos governamentais têm estimulado o desenvolvimento, facilitando a instalação de empresas nesses estados. Contudo, a chegada das empresas não é pacífica, pois seus interesses divergem das comunidades que vivem e utilizam os recursos de territórios específicos.

Essa situação vem mobilizando, ao longo dos anos, as quebradeiras de coco babaçu, pois só organizadas é possível fazer o enfrentamento. Hoje, o MIQCB está organizado em seis regionais, sendo que cada uma delas tem uma coordenação própria que encaminha suas agendas de luta, sendo uma no estado do Pará, uma no Piauí e quatro no Maranhão. No entanto, é grande o desafio de manter essas regionais dialogando, trocando experiência e acumulando forças, para que o movimento cresça e se fortaleça.

O projeto garantiu a realização do VIII Encontrão do MIQCB, com troca de experiências entre as quebradeiras das seis regionais sobre a luta e resistência nos e pelos territórios, para manter a floresta de babaçu em pé e garantir os seus modos de vida.

Resultados alcançados: Realização de encontrão com mais de 300 mulheres e Encontro de planejamento estratégico MIQCB (85 mulheres); Realização de feira com produtos confeccionados pelas mulheres – sabão, óleos, farinhas, artesanatos; Aquisição de software de gestão administrativa e financeira para o MIQCB; Desenvolvimento de novo layout para o site do MIQCB; Debate sobre REDD+.

1. Aquisição de mudas
2. Cercamento de nascentes
3. Bacias de contenção construídas
4. Construção de planos participativos de ação e gestão hídrica comunitária
5. Plantação de mudas para estabelecimento de SAFs
6. Plantio de sementes em áreas de recarga degradadas

PROJETO 27

PROJETO INSTITUCIONAL DA REDE CERRADO

Organização responsável:
Rede Cerrado

Objetivo: Fortalecer a articulação institucional da Rede Cerrado de modo a qualificar sua atuação em rede e ampliar a incidência política da Rede Cerrado na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável com respeito aos direitos de povos e comunidades tradicionais situados no bioma Cerrado.

Apesar de toda sua riqueza e importância, o Cerrado e seus povos estão profundamente ameaçados. Além da degradação ambiental, o modelo de desenvolvimento em curso gera concentração de renda, êxodo rural, conflitos agrários e violação dos direitos sociais e territoriais. A invisibilidade dos povos do Cerrado, em termos de sua existência e do seu papel para a conservação do bioma é outro problema enfrentado pelo projeto.

Neste contexto, a Rede Cerrado vem desempenhando um importante papel, de mobilização, articulação e representação das posições dos povos do Cerrado em diversos colegiados de políticas públicas socioambientais.

A proposta desenvolvida visou fortalecer a articulação institucional da Rede Cerrado, qualificar sua atuação e ampliar a incidência política na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável com respeito aos direitos de povos e comunidades tradicionais do Cerrado.

Resultados alcançados: Mobilização regional das organizações da Rede Cerrado, por meio de três oficinas regionais temáticas; Ampliação da visibilidade do Cerrado e da Rede Cerrado; Fortalecimento da Rede Cerrado por meio da assembleia geral e coordenação de espaços estratégicos em defesa do Cerrado; Contratação de revista com temática socioambiental para veiculação de matérias da Rede Cerrado; Apoio à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME, ao Conselho Terena, à Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, à Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado e à Associação Wyty Catẽ.

1. Campo de salvamento de sementes – Articulação Rosalino
2. Assembleia da associação wyty catë dos povos timbira do maranhão (krahô, krikati, apinayé, gavião pykobjê e canela)
3. Encontro de formação com mulheres – Conselho Terena
4. Seminário sobre convenção 169, na área de abrangência da Apoinme
5. Oficina de territórios
6. Seminário Nacional "O Cerrado em toda parte"

PROJETO 28

ME HI TE TRADIÇÃO QUE SUSTENTA O CERRADO

Organização responsável:
Associação Culta Kor

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar, da saúde, da cultura e da autonomia do povo Krahô, através de ações que visem ao uso, manejo, conservação e valorização da agrobiodiversidade do Cerrado.

O modo de vida da Terra Indígena Krahô, em Goiatins (TO), era baseado na agricultura itinerante, na caça e na coleta, mas foi modificado por diferentes fatores, entre eles, o avanço da agropecuária e o crescimento das cidades, que provocaram o desmatamento no entorno, a restrição do território e a situação de confinamento. Atualmente, além da expansão do agronegócio, o território é afetado pela pavimentação da rodovia Belém-Brasília e pela barragem do Estreito.

Todos esses fatores levaram à perda da diversidade das sementes tradicionais e dos saberes associados: as técnicas de plantio e coleta, as formas de conservação e uso, os rituais associados ao calendário agrícola. Isso provocou a situação de insegurança alimentar, aumentando a dependência em relação aos alimentos provenientes dos mercados e desestimulando ainda mais as atividades agrícolas e de coleta.

Daí a necessidade de fortalecer as ações que visam ampliar a produção e plantio de sementes, produção de polpa de frutos do cerrado, realização de festa da colheita do milho - Pohypre, oficinas sobre práticas e conhecimentos tradicionais, valorizando os saberes dos agricultores, mestres rituais, cantores e pajés.

Resultados alcançados: Roça de milho implantada para recuperação de sementes e realização da Festa da colheita do milho - Pohypre; Plantio de mudas de frutíferas nativas do Cerrado nos quintais; Oficina para produção de polpa de caju, maracujá e manga; Festa Kêtuwajê – formação de jovens indígenas; Registro em vídeo da Festa do milho.

1. Aquisição de mudas de Jenipapo
2. Plantio de mudas de frutíferas nativas do Cerrado nos quintais
3. Festa de formação de jovens - Kêtuwajê
4. Aquisição de mudas de Jenipapo
5. Realização de festa da colheita do milho (pohypre)
6. Abertura de roça coletiva para realização da festa do milho (pohypre)

PROJETO 29

FORTALECIMENTO DO GRUPO DE MULHERES TRABALHADORAS NO BENEFICAMENTO DO COCO BABAÇU

Organização responsável:

Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar

Objetivo: Implantar uma unidade beneficiamento do coco babaçu/azeite, ampliando a produção, melhorando a renda das famílias e a qualidade dos produtos, possibilitando assim a preservação através de métodos de conservação e manejo sustentável dos babaçuais.

O Território dos Cocais (PI) foi assim denominado por incorporar, em grande medida, a mata de cocais, rica em espécies de palmeiras como babaçu, carnaúba e buriti, presentes em quase todos os municípios. Essas palmeiras, junto com outras espécies, formam grande parte da base extrativista e econômica da agricultura familiar no território, sendo o babaçu a de maior expressão.

É um território ainda carregado marcado por desigualdades sociopolíticas e econômicas, que requer forte investimento para o melhor aproveitamento das riquezas naturais, sobretudo do babaçu, de onde mais de 20 mil pessoas tiram sua renda. Dessa maneira, o projeto atendeu a necessidade de 15 famílias do Assentamento Cabeceiras, no município de Morro do Chapéu (PI), por meio da construção de uma unidade de beneficiamento do coco babaçu e do azeite, ampliando a produção, melhorando o grupo, além de possibilitar a conservação e manejo sustentável dos babaçuais, orientações na gestão organizacional e comercialização.

Resultados alcançados: Unidade de beneficiamento construída e equipada para produção de azeite de coco babaçu; Capacitações realizadas em conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, gestão organizacional, planejamento participativo, gestão financeira, segurança do trabalho, saúde da mulher, boas práticas na manipulação de azeite de coco babaçu; Material de comunicação; Aquisição de Veículo.

1. Curso sobre saúde da mulher
2. Construção de unidade de beneficiamento do babaçu
3. Curso sobre planejamento participativo/ gestão compartilhada
4. Curso em manejo e conservação dos recursos naturais
5. Confecção de peças de divulgação e comunicação
6. Aquisição de um veículo com carroceria

PROJETO 30

FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS DAS MULHERES INDÍGENAS DA REGIÃO DO ARAGUAIA

Organização responsável:
Casa de Cultura Karajá

Objetivo:Fortalecer a atuação produtiva e comercial das mulheres e jovens Karajá, por meio da melhoria da qualidade dos artesanatos produzidos, da construção de uma estratégia de comercialização e do fortalecimento institucional da Casa de Cultura Karajá.

A venda de artesanato constitui-se uma fonte de renda para as famílias indígenas da região do Araguaia (MT e TO), mas as mulheres são obrigadas a vender seus produtos para atravessadores que pagam preços muito baixos. O objetivo principal do projeto foi o fortalecimento da atuação produtiva e comercial das mulheres e jovens Karajá, por meio do aprimoramento das peças e estratégias de comercialização eficiente.

Dessa forma, foram realizadas oficinas e consultoria para gestão administrativa (físico e financeira), gestão da produção e comercialização dos produtos, fortalecimento de estratégias de divulgação e construção de fornos. Buscou-se também o fortalecimento institucional da Casa de Cultura Karajá que, espaço de exposição e comercialização que está investindo em um movimento de resgate e manutenção da cultura inỹ (Karajá).

O projeto foi desenvolvido na Terra Indígena Karajá, que se estende por quatro municípios: Formoso do Araguaia (TO), Lagoa da Confusão (TO), Luciara (MT) e Santa Teresinha (MT), envolvendo um total de 12 aldeias e uma área de 1.253.800 hectares.

Resultados alcançados: Resgate da construção de fornos tradicionais para a produção de cerâmica; Análise da produção e comercialização do artesanato karajá e formação em composição de custo e preço de venda; Aquisição de insumos para produção de artesanato; Capacitação em técnicas de serigrafia; Criação de marca própria e elaboração de catálogo visual; Expedição para coleta de sementes.

1. Oficina para a construção de forno tradicional para queima de cerâmica Karajá
2. Mobilização dos participantes da assembleia
3. Materiais e equipamentos de serigrafia (jovens)
4. Realização de assembleia geral da casa de cultura karajá na aldeia fontoura
5. Aquisição de insumos para o artesanato
6. Criação de identidade visual para a Casa de Cultura Karajá

PROJETO 31

CERRADO: FONTE DE VIDA DAS NASCENTES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE

Organização responsável:

Associação Estadual dos Pequenos Agricultores e Agricultoras Familiares de Minas Gerais – AEPAF/MG

Objetivo: Proteger e recuperar nascentes na comunidade quilombola Lagoa G

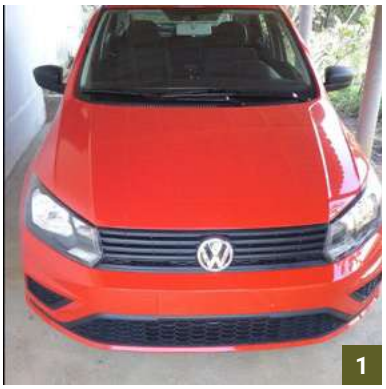
rande como forma de garantir a permanência, produção e reprodução no território.

A comunidade quilombola Lagoa Grande, no município de Jenipapo de Minas (MG), resiste há mais de dois séculos dentro do território em que seus ancestrais foram escravizados, enfrentando muitas adversidades. Estão prestes a conquistar a titulação do território como quilombola – terra de direito. A luta pela terra, a luta por água é a principal pauta da comunidade.

Desde os anos 1980, com a intensificação da monocultura do eucalipto, as nascentes têm secado, deixando localidades inteiras sem acesso a água. A vegetação do bioma Cerrado, essencial para manter as águas no lençol freático, foi substituída, em grande parte, por florestas exóticas. E o pior: foram perfurados vários poços artesianos nas chapadas, o que causou um grande impacto nas nascentes, que secaram de imediato.

Em suma, o desmatamento, o monocultivo e a criação extensiva de gado vêm destruindo de forma assombrosa as nascentes de água. O Projeto promoveu condições de permanência das famílias no território, sobretudo quanto à manutenção das nascentes.

Resultados alcançados: 3 atividades de capacitação, 2 seminários e 1 curso de plantio de mudas, atividades que envolveram 270 pessoas, sendo 167 mulheres; Construção do galpão comunitário; Cercamento de 7 nascentes e plantios de mudas para recuperação; Construção de 10 barraginhas para contenção da água; Produção de uma cartilha do projeto; Aquisição de 1 veículo; Aquisição de notebook, câmera fotográfica, Datashow com tela de projeção, fogão e utensílios de cozinha, ferramentas agrícolas.



1. Aquisição de veículo
2. Formação sobre manejo de mudas.
3. Construção de barraginhas
4. Aquisição de mudas para plantio
5. Cercamento e recuperação de nascentes
6. Construção de um galpão para uso comunitário

PROJETO 32

BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PONTINHA

Organização responsável:

Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade - Instituto Sustentar

Objetivo: Ampliar as possibilidades de trabalho e renda na comunidade de Pontinha, por meio da comercialização de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado.

Na comunidade quilombola de Pontinha, município de Paraopeba (MG), quase todos os moradores obtêm seu sustento a partir do extrativismo de minhocuçus, comercializados para fins de pesca amadora. Há pouca oferta de trabalho e renda na comunidade, principalmente nos meses de novembro a março, quando não se explora o minhocuçu. Esse contexto implica na recorrente saída de jovens e adultos da comunidade em busca de oportunidades de trabalho em cidades vizinhas.

Além do extrativismo de minhocuçu, em quase todas as residências é praticado o plantio de abacaxi, banana, mamão, mandioca e de frutíferas como laranja, manga, acerola, goiaba e limão, criação de galinhas e porcos, para o consumo familiar. Vários frutos do Cerrado como a mangaba, araticum e cagaita são utilizados para o consumo local.

Em 2015, seis famílias da comunidade começaram a beneficiar o pequi, fruto abundante no quilombo e com ampla apreciação no mercado, produzindo óleo, conserva de polpa, doce, castanha cristalizada e farofa de pequi em um espaço improvisado. Como o grupo almejava comercializar novos produtos, elaborados com outros frutos do Cerrado e de quintal, foi feita a construção de um espaço que possibilitará produzir em maior escala, envolver mais pessoas, atender às necessidades sanitárias e acessar novos mercados.

Resultados alcançados: Conjunto modular para Fábrica de beneficiamento de frutos do cerrado e de quintal instalada; Estudo ecológico para boas práticas de manejo e extrativismo da cagaita e araticum realizado; Estudos de mercado para outros frutos do cerrado (cagaita e araticum) elaborados.

1. Modo antigo de processamento do pequi
2. Fábrica de beneficiamento de frutos do cerrado e de quintal instalada.
3. Gerenciamento e Monitoramento do projeto
4. Aquisição de conjunto modular para a implantação da Unidade de beneficiamento

5-6. Mostra/feira de produtos

7. Estudo Ecológico do Araticum e envolvimento do grupo de produção

PROJETO 33

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E APP'S DAS TERRAS INDÍGENAS ARARIBÁ

Organização responsável:
Instituto Pro Terra

Objetivo: Melhorar a qualidade e quantidade de água e evitar a perda de terra pelo assoreamento de rios nas terras indígenas Araribá, através da recuperação de nascentes com espécies arbóreas nativas e espécies agrícolas em sistema de SAF.

A monocultura associada ao uso excessivo de agrotóxico e a pecuária extensiva de baixo aproveitamento foram os principais fatores de degradação do Cerrado na Terra Indígena Araribá, no município de Avaí, região centro-oeste do Estado de São Paulo. Há mais de trinta anos a comunidade indígena Guarani e Terena vem sofrendo com a má conservação do solo e a degradação das nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APP's).

A herança devastadora vem sendo modificada pelo esforço dos moradores, desde o ano de 2007, que buscam recursos para a recuperação das nascentes e dos recursos hídricos ali disponíveis. A ideia é melhorar a qualidade e quantidade de água e evitar a perda de terra pelo assoreamento de rios.

Diante disso, o projeto desenvolvido deu continuidade aos trabalhos, contemplando a recuperação de seis hectares ao redor de uma nascente na Aldeia Ekeruá e uma nascente na Aldeia Nimoendaj. A iniciativa possibilitou também o plantio de espécies nativas regionais utilizadas para o artesanato, as quais foram perdidas no passado devido ao desmatamento, e a elaboração de uma cartilha de Sistema Agroflorestal voltada às etnias Terena e Guarani.

Resultados alcançados: Nascentes da aldeia Ekeruá e da aldeia Nimuendajú cercadas e recuperadas; Cartilhas elaboradas; Capacitações e visitas de intercâmbio em SAF realizadas.

1. Produtos de SAF's
2. Manutenção das áreas implantadas
3. Capacitação em SAF
4. Implantação de SAFs
5. Máquinas roçadeiras adquiridas
6. Preparo da terra para plantio

PROJETO 34

AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS SUSTENTÁVEIS ATRAVÉS DA COLETA E BENEFICIAMENTO DA BANANA E FRUTOS DO CERRADO

Resultados alcançados:
Associação da Comunidade Negra Rural do Quilombo Ribeirão da Mutuca

Objetivo: O Quilombo Ribeirão da Mutuca, pertencente ao Quilombo do Mata Cavalo, está localizado no município de Nossa Senhora do Livramento, às margens da BR 060/MT, a 10 km da sede do município e a 50 km de Cuiabá. Integra a Mesorregião 130, da Microrregião 534 de Cuiabá, centro sul de Mato Grosso. A unidade de beneficiamento e o telecentro atenderão indiretamente 229 pessoas.

A comunidade Negra Rural do Quilombo Ribeirão do Mutuca (MT) vem buscando o desenvolvimento através da melhoria da qualidade de vida de seus membros. Localizada numa região rica em baru, pequi e outras frutas típicas do Cerrado, vivendo da agricultura de subsistência, as famílias da comunidade plantam o suficiente para o auto consumo e uma parte pequena da produção é destinada à venda no mercado institucional do PAA, além de vendas informais.

Pretende-se agora a ampliação e incremento da produção, com construção de unidade de beneficiamento para processar e agregar valor ao Cumbaru, Babaçu, Pequi, Bocaiuva e Jatobá, além da Banana que já é processada artesanalmente e vendida.

A unidade de beneficiamento implantada, como incentivo a boas práticas de coleta, qualificando beneficiários e promovendo estudos de mercado e plano de negócios para a cadeia produtiva vai possibilitar a melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos. O projeto também previu produção de material de divulgação para comunicar e difundir a iniciativa quilombola.

Resultados alcançados: Unidade de beneficiamento reformada, estruturada e equipada; Aquisição de Equipamentos de informática para o Tele Centro; Aquisição de equipamentos agroindustriais; Oficinas e capacitações realizadas.

1. Capacitação sobre valoração da produção artesanal quilombola
2. Reforma do prédio para instalação de unidade de beneficiamento.
3. Produção artesanal local
4. Capacitação sobre valoração da produção artesanal quilombola
5. Compra de equipamentos e instalação de internet para telecurso
6-7. Equipamentos para a unidade de beneficiamento

PROJETO 35

AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA, CONJUNTO DE BOMBEAMENTO DE ÁGUA, VIVEIRO DE MUDAS E RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA ALDEIA TUXÁ

Organização responsável:
Associação dos Pescadores e Produtores Indígenas Tuxá APPITU

Objetivo: Promover a reparação ambiental de áreas degradadas, com o plantio de espécies nativas próximas à beira do Rio São Francisco e o desenvolvimento de atividade rural sustentável, com infraestrutura e tecnologia alternativa e ambiental adequadas, respeitando a cultura e os hábitos dos produtores da aldeia Tuxá Kionaha.

Os indígenas Tuxá são oriundos da aldeia mãe localizada no norte da Bahia, mais precisamente na cidade de Rodelas. Após a construção da barragem de Itaparica, no ano de 1986, boa parte das famílias se instalou no município de Ibotirama (BA). No ano de 2006, com o apoio da Funai, 25 famílias foram contempladas com uma nova área de terra, no município de Muquém do São Francisco, a qual apresenta sérios problemas de degradação ambiental. Em 2009 foi beneficiada com um projeto de irrigação, mas não foi contemplada com máquinas e equipamentos agrícolas necessários ao plantio.

Tendo em vista que a comunidade já trabalha com cultivo de fruticultura irrigada (coco, banana, mamão formosa e culturas de ciclo curto como a cebola, mandioca, milho, feijão, entre outras), foi feita então a aquisição de um trator agrícola para dar suporte à produção e de ajuste técnico do sistema de irrigação, foi construído um viveiro de mudas nativas para reparação das margens do Rio São Francisco.

Resultados alcançados: Redimensionamento do sistema de irrigação; Montagem do sistema de bombeamento (sucção, tubulação, sistema elétrico) de água; Manejo do solo e das culturas perenes e de sequeiro; Aquisição de trator e equipamentos agrícolas; Construção de viveiro de mudas.

1. Manejo de culturas perenes
2. Implantação do sistema de irrigação das culturas
3. Acompanhamento da implantação do sistema de irrigação
4. Instalação do sistema de bombeamento de água para produção
5. Construção do viveiro de mudas
6. Aquisição de trator e implementos

PROJETO 36

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREA DEGRADADA E DE NASCENTES DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL

Organização responsável:
Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel

Objetivo: Fortalecer a soberania alimentar e nutricional da comunidade com a recuperação de nascentes e consequente aumento da disponibilidade de água, favorecendo o aumento da fauna e flora nativa, aumentando da biodiversidade e maior disponibilidade de área para produção agropecuária, tanto para consumo da comunidade como para comercialização.

Em uma área anexada, em 2012, ao território quilombola de São Miguel (MS), há cinco hectares com graves problemas ambientais, decorrentes de várias décadas de exploração pecuária predatória pelos antigos proprietários, com solos degradados, três nascentes e um córrego de uso da comunidade assoreados.

O Projeto buscou recuperar áreas degradadas com técnicas de controle de erosão, aliadas à iniciativa de ampliação da mata com plantio de espécies nativas de interesse social e cultural, além de árvores frutíferas para consumo da comunidade. Foram também realizadas ações de educação ambiental e evitar problemas futuros.

Foi possível, assim, contribuir para o fortalecimento da soberania alimentar e nutricional da comunidade com a recuperação de nascente e consequente aumento da disponibilidade de água, favorecendo a fauna e flora nativa, a biodiversidade e maior disponibilidade de área para produção agropecuária.

Resultados alcançados: Sala de armazenamento de sementes construída; Oficina de recuperação ambiental, coleta de sementes e semeadura de plantas do cerrado; Oficina sobre produção de mudas; Nascente cercada e área de erosão controlada; Manejo de solo realizado com plantio de espécies de adubação verde; Curvas de nível marcadas; Realização dos estudos do agroecossistema de São Miguel.

1. Reuniões de planejamento e monitoramento
2. Aquisição de sementes de espécies adubo verde
3. Plantio de adubo verde
4. Oficina de recuperação ambiental
5. Paliçadas e contenção de erosão
6. Sala de armazenamento de sementes construída

PROJETO 37

PRÁTICAS E POSTURAS, ATITUDES PELA SOBERANIA ALIMENTAR NO XINGU

Organização responsável:
Instituto Socioambiental

Objetivo: Criar referências em recuperação de áreas agricultáveis e promover o diálogo entre as comunidades para traçar estratégias e alcançar a soberania alimentar no baixo, médio e leste Território Indígena do Xingu.

O Parque Indígena do Xingu (MT) reúne 16 povos indígenas e é um dos maiores mosaicos socioculturais do mundo. A região se situa em uma ampla faixa de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, hoje totalmente cercada pela monocultura da soja e outros subprodutos do ciclo econômico dessas commodities.

A retirada da mata do entorno do parque tem ocasionado mudanças na dinâmica dos ecossistemas na Terra Indígena do Xingu. Um dos efeitos é a diminuição da umidade, ocasionando ressecamento da vegetação, que contribui para os grandes incêndios florestais. Esse cenário é agravado pelo fato de a área do parque ser consideravelmente menor do que a área que os indígenas ocupavam antes de sua demarcação, dificultando a abertura de novas áreas de roçados e pousio das antigas para recuperação do solo, com consequente esgotamento de terras agricultáveis.

A iniciativa desenvolvida teve como estratégia a implantação de Sistemas Agroflorestais para contribuir com a recuperação de capoeiras e a produção de alimentos, fortalecendo também o diálogo entre os sistemas agrícolas tradicionais. O projeto possibilitará um espaço de intercâmbio entre as aldeias Samaúma, Capivara e Tuba Tuba, além de outras comunidades do Território Indígena do Xingu.

Resultados alcançados: Roças implantadas; Expedição para coleta do arumã; Intercâmbio ao Centro Flor de Ibez; Capacitações; Criação do Grupo de Soberania Alimentar; Festival; Aquisição de equipamentos e insumos: projetor de slides, roçadeira, moto serra, EPIs, insumos para bombeamento de água, motor de popa 40 HP, camisetas, cartilhas, tachos para torrar farinha.

1. Encontro do grupo de soberania alimentar
2. Enconto étnico Yundja, Kaiwaiwete, Kisedje, Ipeng
3. Visita ao centro flor de ibez- experimentos agroflorestais em vários estágios
4. Manejo da Agrofloresta Na aldeia Tuba
5. Jovens das etinias Yudja; Kawaiwte; Kisedje; Ikipeng
6. Manejo agroflorestal na aldeia Capivara

PROJETO 38

GUARDIÕES DO CERRADO EM PÉ – EM DEFESA DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FECHO DE PASTO

Organização responsável:

Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto do Clemente - ACCFC

Objetivo: Desenvolver ações de manejo, ações preventivas e protetivas que contribuam para a manutenção da biodiversidade e a defesa do território da comunidade tradicional de Fecho de Pasto do Clemente, mantendo o CERRADO EM PÉ, protegendo nascentes, córregos e veredas, e assegurando condições de reprodução desse modo de vida (camponês, fecho de pasto) na região.

A sociobiodiversidade do território da Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto do Clemente, no município de Correntina/BA, tem sido ameaçada pela morte de nascentes, incêndios e destruição do Cerrado na região. O grupo agrega camponeses das comunidades Praia, Malhadinha, Jatobá, Bonito, Busca Vida e Catolés, que manejam área de 3.424 hectares, que dista aproximadamente 20 km das moradias das famílias.

Essa área coletiva é destinada ao retiro do gado bovino, para o aproveitamento da pastagem nativa - a solta é alternada duas vezes ao ano, com sete meses de pousio, extrativismo de plantas medicinais, frutos nativos para uso, além de coleta de mel.

Mas a partir da década de 1970, as empresas do agronegócio se instalaram na região, desmatando e destruindo o cerrado dos chapadões, diminuiu da precipitação na região, dificultando a recarga e causando a morte de nascentes. É nesse contexto que ocorreu o projeto, com ações de manejo, ações preventivas e protetivas que têm contribuído para a manutenção da biodiversidade e defesa do território da comunidade.

Resultados alcançados: Cercamento e isolamento de 3.000 metros com 4 nascentes; Coleta de 59,4 quilos e plantio de sementes de plantas nativas do Cerrado; Medidas preventivas de incêndios florestais (aceiros), monitoramento, combate e controle realizadas; Capacitação da Brigada Comunitária e comunidades vizinhas em: primeiros socorros, educação ambiental, manejo de fogo e controle a incêndios, recuperação de nascentes; Material de divulgação – camisetas, chapéus e banner; Aquisição de caminhão para a Brigada Comunitária de Combate a Incêndios.

1. Capacitação em educação ambiental
2. Aquisição de caminhão
3. Cercamento de nascentes e veredas
4. Coleta de sementes para plantio
5. Plantio de sementes em áreas cercadas
6. Brigada comunitária combatendo incêndio na comunidade

PROJETO 39

REDE DE SEMENTES DO XINGU PLURIÉTNICA

Organização responsável:
Associação Rede de Sementes do Xingu

Objetivo: Fortalecer a interlocução intercultural dos povos indígenas do TIX nos diversos processos da cadeia produtiva das sementes florestais, para que ocupem espaços de tomada de decisão e de representação na Rede de Sementes do Xingu para favorecer o aumento da produção de sementes no TIX, bem como compreender melhor as relações de gênero e econômicas que permeiam a participação dos xinguanos na Rede.

A Rede de Sementes do Xingu realiza um processo continuado de formação de coletores de sementes nas cabeceiras do rio Xingu (MT), para disponibilizarem sementes da flora regional em quantidade e qualidade que o mercado demanda; formar uma plataforma de troca e comercialização de sementes; valorizar a floresta nativa e seus usos diversos; gerar renda e servir de canal de intercâmbio entre coletores, viveiros, proprietários rurais e outros interessados.

No plano territorial da Terra Indígena Xingu (TIX), a Rede aparece como iniciativa estratégica de alternativa econômica. O projeto buscou fortalecer a interlocução intercultural dos povos indígenas da TIX nos diversos processos da cadeia produtiva das sementes florestais, a ocupação de espaços de representação e decisão mais abrangentes, o aumento da produção de sementes e melhor compreensão das relações de gênero e econômicas na Rede. Além da sede da Associação, foram envolvidas as aldeias Piyulaga, Moygu e Arayo da etnia Waurá, Ikpeng, Yudja.

Resultados alcançados: Atividades de capacitação sobre monitoramento de coleta de sementes para articuladores regionais da Rede de Sementes realizadas; reuniões dos articuladores regionais realizada; Encontro anual dos coletores de sementes realizado (participação de 125 pessoas, representantes dos 5 povos indígenas do TIX); Estudo antropológico sobre as mulheres Yarang e encontro das coletoras de sementes realizado; Publicação de cartilha com o resultado desse estudo.

1. Coleta de sementes
2. Encontro anual dos coletores de sementes
3. Capacitação de coletores de sementes
4. Capacitação dos articuladores indígenas/étnicos nos grupos de coleta de sementes

PROJETO 40

PROJETO INSTITUCIONAL CONAQ - CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBOLAS NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDD+

Organização responsável:
Associação Nacional Quilombola para Cooperação -Negra Anastácia

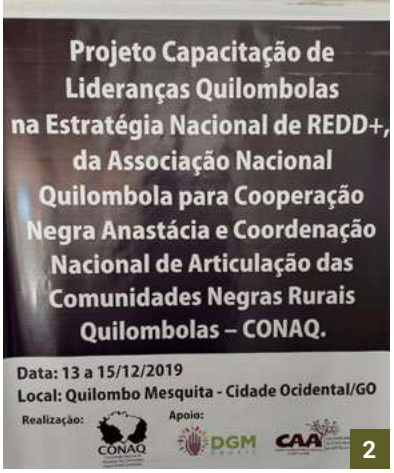
Objetivo: Fortalecer e Empoderar lideranças Quilombolas na Estratégia Nacional para REDD+, firmando a identidade e os conhecimentos tradicionais nos espaços de discussão.

A Estratégia Nacional para Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (ENREDD+) do Brasil é resultado de um processo de construção que envolveu diferentes setores da sociedade entre 2010 e 2015. O objetivo geral dessa estratégia é contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Ainda hoje, a participação da sociedade civil representando Povos e Comunidades Tradicionais é ínfima nos espaços de discussão de REDD+, do ponto de vista da diversidade dos segmentos, sendo que as comunidades tradicionais quilombolas têm ficado à margem dos debates, reflexões e atuação no tema.

Assim, a proposta da Associação Nacional Quilombola para Cooperação - Negra Anastácia e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ visou fortalecer lideranças quilombolas do Cerrado na Estratégia Nacional para REDD+, firmando a identidade e os conhecimentos tradicionais, a fim de incidir politicamente e efetivamente nos espaços de discussão do tema.

Resultados alcançados: Cartilha sobre REDD+ em comunidades quilombolas produzida, impressa e distribuída; Capacitação de lideranças quilombolas sobre REDD+ realizada; Ampliado sua compreensão e atuação no tema.



1. Cartilha produzida
2. Folder do projeto/oficina nacional
3. Grupo de trabalho oficina nacional REDD+ CONAQ
4. Oficina nacional sobre REDD+ CONAQ
5. Reuniões com a direção da CONAQ para definição da estratégia de atuação na CONAREDD
6. Construção Oficina nacional sobre REDD+ CONAQ

PROJETO 41

FESTEJOS KALUNGAS – AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PARA OS FESTEJOS DO VÃO DE ALMAS E DO VÃO DO MOLEQUE

Organização responsável:
Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais

Objetivo: Promover ações que contribuam para a consolidação da identidade cultural e para a sustentabilidade dos festejos Kalungas das comunidades quilombolas da região do Vão de Almas e do Vão do Moleque, diminuindo o impacto ambiental gerado pela visitação de milhares de pessoas às frágeis áreas naturais comunitárias.

O Território Quilombola Kalunga foi reconhecido como sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga pelo estado de Goiás em 1991, e hoje abarca cerca de 4 mil pessoas em um território de mais de 230 mil hectares. A proteção do Cerrado e a valorização da cultura e protagonismo quilombolas, combatendo impactos ambientais, tem sido uma constante nos projetos realizados pelos Kalunga, visando o fortalecimento das comunidades e a gestão territorial e ambiental.

O projeto buscou potencializar o acesso aos festejos Kalunga nas regiões de Vão do Moleque e Vão das Almas – momentos de encontro e afirmação da identidade cultural quilombola. Para isso, foram desenvolvidas ações para minimizar impactos ambientais nas áreas dos festejos, protegendo rios e córregos e desenvolvendo ações como tratamento de lixo orgânico, instalações de tecnologias ambientais voltadas a Permacultura, e elaboração de plano de gestão territorial e ambiental.

Resultados alcançados: Atividades de fortalecimento da identidade cultural; Produção de um vídeo; Aquisição de equipamentos para comunicação e capacitação; Realização de 2 planos de gestão ambiental e arquitetônico; Curso de capacitação em permacultura para jovens; Construção de infraestrutura para as festas; Plano de Gestão de Resíduos Sólidos elaborado.

1. Oficinas de rezas e dança para fortalecimento da identidade cultural
2. Capacitação em gestão ambiental e gestão de resíduos sólidos
3. Contratação de jovens da comunidade para organização e registro das oficinas
4. Visita de intercâmbio

5-8. Construções em Vão das Almas e Vão de Moleque

9. Capacitação em permacultura

PROJETO 42

POJIANARE (NOSSA MATA)

Organização responsável:
Coordenação Indigena Tapaguia

Objetivo: Recuperar os buritizais e as matas ciliares das nascentes dos rios do nosso território, isolando-as para evitar o pisoteio de gado, e promover a melhoria na qualidade de vida do nosso povo, garantindo a preservação da cultura e da história do povo Bakairi.

Na Terra Indígena Bakairi, no município de Paranatinga (MT), o principal problema é o uso desordenado dos recursos naturais e o desmatamento do território, principalmente nas cabeceiras dos rios que cortam a área. Isso se deu devido à força exercida pelos empreendimentos agropecuários (produção de grãos e gado de corte) e a existência de um frigorífico de grande porte no município de Paranatinga, que juntos impõem grande pressão às áreas do entorno da Terra Indígena.

Soma-se a essa questão a falta de um plano de exploração sustentável desses recursos pela comunidade Bakairi, o que colocou em risco a vida dos buritizais e as nascentes dos rios. As casas do povo Bakairi são feitas ou cobertas pelas palhas do buriti e, devido ao aumento populacional, a procura por esse material acabou por gerar transformações bastante significativas.

O projeto buscou junto às aldeias Cabeceira do Azul, Pakuenra, Paikum e Kuiakware, uma opção para a continuidade de suas atividades culturais e sociais, maior participação da comunidade e capacitação sobre gestão ambiental e administrativa financeira, recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas, dentre outras melhorias.

Resultados alcançados: 3 capacitações para 127 pessoas, sendo 56 mulheres; Encontro de mulheres indígenas de Mato Grosso 300 participantes, em parceria com a FEPOIMT; Reflorestamento de 6 ha de áreas degradadas; Produção de 1.600 mudas e implantação de viveiro; Construção de escritório para Associação; Aquisição de moto; Aquisição de 2 notebook, 1 computador desktop, impressora, máquina fotográfica, retroprojetor, móveis para escritório; Aquisição de insumos para cozinha; Confecção de banner e camisetas.

1. Construção do escritório para Associação
2. Confecção de camisetas
3. Mutirão para plantio de mudas e sementes nativas
4. Capacitação em gestão e legislação ambiental para 40 pessoas
5. Encontro de mulheres Bakairi
6. Construção de viveiro

PROJETO 43

FORTALECIMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DA MOPIC

Organização responsável:
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Objetivo: Apoiar o fortalecimento político e institucional da MOPIC por meio da elaboração de um planejamento estratégico, da pactuação de acordos políticos interinstitucionais e da estruturação de ferramentas de comunicação, de modo a intensificar seu protagonismo político como organização representativa dos povos do Cerrado.

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) foi criada em 2004 com a finalidade de promover uma articulação política para garantia dos direitos dos povos indígenas do Cerrado, atuando por meio de uma coordenação executiva formada por dois representantes indígenas de seis estados - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Goiás e Distrito Federal.

Considerando uma área de atuação que compreende mais de 80 Terras Indígenas, 58 povos/etnias, e uma coordenação executiva composta por 12 representantes de seis estados, a Mopic tem um conjunto de desafios para implementar sua agenda política. Diante do conjunto de desafios que perpassam seus 13 anos de existência, a atual coordenação executiva empreendeu uma reflexão e planejamento para seu fortalecimento político e institucional, de modo a garantir esteio para o cumprimento de sua missão.

Assim, o presente projeto se propôs a apoiar o fortalecimento político e institucional da Mopic por meio da elaboração de um planejamento estratégico, da pactuação de acordos políticos interinstitucionais e da estruturação de ferramentas de comunicação, de modo a intensificar seu protagonismo político como organização representativa dos povos do Cerrado.

Resultados alcançados: Realizada reunião com toda direção da MOPIC, composta por 4 representações de MT (Karjá, Myky, Bororo, Suya); 2 do TO (Xerente, Krahô); 2 do MA (Gavião, Vyty Cate); 2 MS (Kaiowa, Conselho Terena); 2 MG (Xacriabá e Articulação Rosalino); coordenação geral da MOPIC (Xavante, Karajá) e membros do CGN (Xerente, Xavante, Krikati e Tuxá). Produzido o planejamento estratégico da MOPIC; Reuniões de articulação política com APIB, assembleia do povo Xerente; ATL; reunião na TI Apinajé/TO; assembleia COIAB; assembleia FEPOIMT; Produzido um vídeo sobre o cerrado e o papel da MOPIC.

1. Representantes da MOPIC e Assessores
2. Divulgação Mopic

PROJETO 44

ROWÊ

Organização responsável:
União Indígena Xerente - UNIX

Objetivo: O projeto visa o envolvimento das comunidades indígenas na gestão ambiental e territorial; a educação ambiental de jovens, homens e mulheres, com participação direta dos anciões e envolvendo também visitantes e parceiros; e assegurar estrutura e meios adequados e sustentáveis de captação de recursos que possibilitem autonomia e governança do povo Xerente e maior efetividade na conservação de recursos naturais.

A Terra Indígena Xerente, com a proximidade de cidades vizinhas e da capital Palmas (TO), vem a cada dia sofrendo impactos ambientais e culturais, resultando na desvalorização da cultura e dos conhecimentos transmitidos de geração a geração. Essas agressões ocorrem há mais de 250 anos, quando se iniciaram os contatos com os não indígenas. Muitos roubos de madeiras e a presença de pescadores e caçadores clandestinos em suas áreas requerem uma resposta imediata, principalmente nas faixas de fronteira, locais mais afastados.

Em função disso, o Projeto Rowẽ, proposto pelos indígenas Xerente através da União Indígena Xerente (UNIX), se dedicou à proteção de nascentes e campos rupestres já identificados no território tradicional. A iniciativa também possibilitou a construção de um centro de revitalização da cultura e visitação, no qual os visitantes da aldeia poderão entrar em contato com dinâmicas e apresentações culturais, além de servir como espaço para se estabelecer acordos comunitários para a gestão ambiental do território e receber, hospedar e alimentar os visitantes.

Para isso, o projeto visou o envolvimento das comunidades indígenas na gestão ambiental e territorial, educação ambiental de jovens, homens e mulheres, com participação direta dos anciões. E com o envolvimento dos parceiros pretende assegurar estrutura e meios de captação de recursos que possibilitem autonomia do povo Xerente e maior efetividade na conservação de recursos naturais e vitalidade do seu modo de vida.

Resultados alcançados: Gestão administrativa do projeto realizada, com fortalecimento institucional da União Indígena Xerente - UNIX, Divulgação das atividades feita e ampliação de redes de parceiros; Construção do Centro de Fortalecimento da Cultura e visitação.

1. Reunião com FUNAI e parceiros para decidir onde será a sede da UNIX

2-4. Equipamentos para sede da UNIX

5. Moto adquirida para o projeto.

PROJETO 45

IROM CATI

Organização responsável:
Associação do Povo Indígena Krahô-Kanela (APOINKK)

Objetivo: Garantir a integridade territorial e o fortalecimento do conhecimento tradicional na TI Kraho-Kanela.

Desde que os Krahô-Kanela ocuparam a Terra Indígena Mata Alagada (TO), em 1964, vivem em constante estado de vulnerabilidade, decorrente da expansão agropastoril que vem se estabelecendo no entorno da terra indígena. A região tem como perfil o agronegócio, com grandes fazendas para criação de gado destinado ao mercado consumidor externo e para produção e exportação de soja, que vem causando desmatamento, envenenamento e assoreamento dos rios, lagos e lagoas, expulsando os animais nativos e levando-os a buscarem refúgio na Mata Alagada.

Essa situação tem atraído pescadores, caçadores e madeireiros que furtivamente entram no território para práticas de crimes ambientais com efeitos desastrosos para a segurança alimentar e nutricional e integridade do território Krahô-Kanela, promovendo um clima de insegurança e vulnerabilidade.

A solução encontrada para o enfrentamento da situação é fazer a vigilância e fiscalização permanente do território. Para isso, o Projeto Irom Cati, conduzido pela Associação do Povo Indígena Kraho-Kanela (Apoinkk), tem por objetivo envolver toda a comunidade - anciões, anciãs, homens, mulheres e jovens - na vigilância contínua, para diminuição da entrada de caçadores, pescadores e madeireiros na Terra Indígena Krahô-Kanela (Mata Alagada), Aldeia Lankraré, no município de Lagoa da Confusão (TO), que tem um total de 31.000 hectares.

Resultados alcançados: 12 etapas de vigilância realizadas, sempre com a participação de 10 indígenas, homens, jovens e mulheres (em algumas delas, participaram a FUNAI, IBAMA, Naturatins, Batalhão da Polícia Ambiental-TO, CIMI e Prefeitura de Lagoa da Confusão); 2 motos adquiridas, camisetas e EPIs, rádios amadores, material de acampamento, motor de popa e barco de alumínio, etc.; Oficina de capacitação, ministrada pelo IBAMA e FUNAI; Intercâmbio com os Macuxi em Roraima; Casa de apoio para fiscalização reformada; Elaboração de banner e folder; Várias reuniões, com autoridades municipais, estaduais e federais, de negociação, para garantia do território e negociação de legislação socioambiental.

1. Incursões de vigilância e fiscalização no território Krahô-Kanela
2. Reunião mensal de avaliação e programação das atividades de vigilância e fiscalização
3. Equipe de vigilância e fiscalização.
4. Motos adquiridas para vigilância e fiscalização
5. Intercâmbio ambiental entre os povos Krahô-Kanela e Macuxi em Roraima

PROJETO 46

VALE DOS QUILOMBOS – NEGRAS DO CERRADO

Organização responsável:
Associação Remanescente Quilombolas de Pedra Preta

Objetivo: Gerar renda e empoderar as mulheres atendidas pelo projeto através da Construção de uma cozinha comunitária para beneficiamento de frutos do cerrado e outros produtos da agricultura familiar, visando a complementação da renda familiar através da comercialização dos produtos.

Um dos problemas da comunidade é a baixa preservação de espécies típicas do cerrado, sobretudo pela ação predatória através do fogo, que ocasionam a perda parcial ou total das espécies nativas e frutíferas do cerrado, além de contribuir para o desgaste dos solos da região. Nos últimos anos, as ações prejudiciais estão relacionadas também a disputa por definição e demarcação dos territórios quilombolas, que é um agravante que afeta a qualidade de vida das comunidades e cria dificuldades de geração de trabalho e renda para as mulheres quilombolas.

Portanto, o projeto em pauta passa inevitavelmente pela reflexão e tomada de postura consciente quanto à necessidade de aumento da plantação e cultivo de espécies frutíferas típicas do cerrado e sua progressiva valorização no Norte de Minas através do aproveitamento e beneficiamento dos frutos nativos, gerando assim, alternativa de renda para os trabalhadores rurais das comunidades quilombolas do Brejo São Caetano, Pedra Preta e Puris do município de Manga-MG, bem como a promoção das Mulheres e elevação da autoestima, empoderamento do povo quilombola e conservação do meio ambiente.

A iniciativa teve como foco principal a proteção e recuperação ambiental, por meio da preservação dos recursos naturais e a convivência harmoniosa com a natureza, além da promoção do desenvolvimento econômico e social de caráter coletivo, com a melhoria, preservação, extração e fortalecimento das frutas típicas do Cerrado.

Resultados alcançados: Cozinha comunitária construída; Equipamentos adquiridos (refrigerador, fogão 6 bocas, forno para cozinha industrial, balança, panelas, etc.); 33 mulheres capacitadas em processamento de frutos do cerrado e boas práticas para produção de alimentos; Melhoria da autoestima das mulheres e das comunidades envolvidas; geração de trabalho e renda.

1. Oficina de beneficiamento de frutos do cerrado
2. Frutos do cerrado e outros produtos da agricultura local
3. Equipamentos adquiridos para a cozinha comunitária
4. Equipamento adquirido para processamento de frutos do cerrado
5. Equipamento adquirido para processamento de frutos do cerrado

6-7. Produtos da cozinha comunitária de Pedra Preta

PROJETO 47

RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL – GESTÃO TERRITORIAL, AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Organização responsável:
Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo)

Objetivo: Criar instrumentos de orientação e capacitação de comunidades quilombolas para que possam realizar a construção de planos de gestão territorial e ambiental de acordo com as características específicas de cada comunidade.

A iniciativa foi proposta pela Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo), o principal instrumento da luta quilombola desse estado, atuando na articulação política junto às entidades do poder público e demais setores, na representatividade junto aos Conselhos e instâncias regulatórias, e na formação de lideranças.

A N'Golo é fruto de movimento iniciado em 2003 - quando vários eventos sobre direitos quilombolas possibilitaram a mobilização das comunidades - e foi criada em 2005 a partir de uma assembleia com 170 quilombolas, representando 76 comunidades. A cada três anos, a entidade realiza os Encontros Estaduais Quilombolas e vem se firmando como defensora, fomentadora e difusora da cultura quilombola.

Tendo como foco de atuação as regiões leste e oeste de Minas Gerais, o projeto surge como uma alternativa à falta de políticas públicas que garanta um instrumento de gestão desses territórios, se apresentando como demanda para garantia de tais direitos.

Resultados alcançados: Oficinas e capacitações realizadas; Elaboração de proposta de plano base de manejo territorial; Aquisição de insumos para oficinas e capacitações.

1. Discussão para construção dos planos de gestão territorial e ambiental
2. Realização de oficina de boas práticas de manipulação e produção de temperos
3. Discussão sobre plano de gestão territorial e ambiental
4. Oficinas de plano gestão territorial e ambiental em Carrapato da Tabatinga
5. Reunião de planejamento e monitoramento
6. Material de divulgação do projeto

PROJETO 48

O CERRADO: COLHENDO SEUS FRUTOS E PROTEGENDO O BIOMA

Organização responsável:
Associação da Comunidade Indígena Kaxixó - ACIK

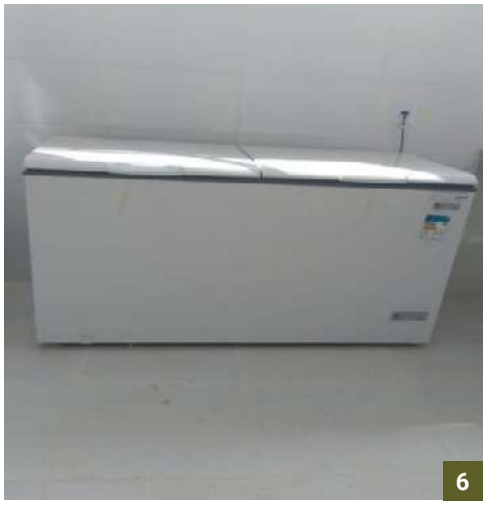
Objetivo: A construção de uma cozinha equipada para o beneficiamento dos frutos da coleta extrativista, agregando valor à produção, utilizando como matéria prima as frutas coletadas no Cerrado e outros produtos da agricultura familiar como plantas medicinais, sementes, castanhas, polpas, doces, sorvetes, pães, licores, geleias, bolos, utilizando frutos do Cerrado, contribuindo para o equilíbrio do meio ambiente e à manutenção da biodiversidade; Desenvolver o "Plano de Proteção das Nascentes" na busca de estabelecer princípios, diretrizes, objetivos e metas para a recuperação e/ou conservação das nascentes encontradas no território.

O projeto busca promover e organizar a cadeia produtiva agroextrativista de artigos da sociobiodiversidade disponíveis no território indígena, incluindo produtos artesanais e artísticos, melhoria no processamento para comercialização, aquisição de equipamentos e insumos para coleta, beneficiamento, comercialização e ampliação para o mercado consumidor local.

Outra ação desse projeto é o desenvolvimento de um Plano de Proteção de Nascentes de forma articulada com órgãos públicos e instituições que possam contribuir com as capacitações junto à comunidade Kaxixó. A ideia é realizar a gestão da água de forma sustentável, com foco na produção e qualidade do recurso, com a finalidade de evitar a escassez e a crise hídrica na região.

A capacitação da comunidade Kaxixó na gestão da água de forma sustentável considera a preocupação em evitar a escassez e a crise hídrica na região. O plano surge como um aliado importante, já que, melhorando a qualidade da água, sua quantidade também aumenta. No entorno dos 5.411 hectares do território e demarcação existem 29 nascentes sendo que apenas 2 são perenes.

Resultados alcançados: Elaboração de plano de proteção das nascentes; Construção de cozinha para o beneficiamento dos frutos da coleta extrativista e outros produtos da agricultura familiar e aquisição de equipamentos para seu bom funcionamento, como fogão industrial, freezer, balança, selador, despolpadora, etc; Motocultivador para facilitar o processo de produção de alimentos.



1. Cozinha comunitária
2. Oficina de Manejo e Conservação de Nascentes
3. Construção de uma cozinha comunitária
4. Construção do diagnóstico das nascentes degradadas
5. Oficina e trabalho de campo
6. Aquisição de equipamentos para a cozinha

PROJETO 49

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX DO DELTA

Organização responsável:
Associação dos Pescadores da Ilha das Canárias - APECIC

Objetivo: Desenvolver Turismo de Base Comunitária na Resex do Delta do Parnaíba, visando à conservação socioambiental das comunidades, gerando renda e fortalecimento social da população local.

O projeto Turismo de base comunitária na Resex do Delta se desenvolveu na Resex do Delta do Parnaíba (PI), região que envolve cinco comunidades, sendo elas: Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio. A atividade turística cresceu consideravelmente na região nos últimos anos, no entanto o envolvimento das comunidades nessa área ainda é baixo.

A Associação dos Pescadores da Ilha das Canárias (APECIC) foi criada em 1998 para buscar a organização dos pescadores e comunitários, por meio de alternativas e melhorias de renda, com vistas à conservação dos recursos naturais e uso comum por todos que vivem na Ilha das Canárias, segunda maior ilha do Delta do rio Parnaíba.

A iniciativa buscou o envolvimento e conservação socioambiental das comunidades, gerando renda e fortalecendo socialmente a população local, por meio da reforma de espaço para exposição de artesanato, instalação de agência de turismo na comunidade, realização de diagnóstico sobre a situação atual das cinco comunidades envolvidas e o fortalecimento dos seus representantes por meio de melhorias em processos de gestão, bem como sinalizações dos roteiros turísticos criados pelas comunidades.

Resultados alcançados: Construção de Biodigestor na Comunidade de Passarinho; Aquisição de tambores para instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de lixo reciclável e construção de Bacia de Evapotranspiração BET na Comunidade do Torto; Diagnóstico para fortalecimento das associações representativas das 5 comunidades; Criação de roteiro turístico para as 5 comunidades com trilhas sinalizadas; Produção da identidade visual para o turismo de base comunitária; Capacitações em empreendedorismo e inglês; Reforma do espaço de convivência comunitária.

1

2

3

4

5

6

1. Produção da identidade visual digital e gráfica
2. Construção de biodigestor
3. Aquisição de materiais para reforma da casa de acolhimento
4. Curso de inglês
5. Capacitação em gestão de empreendimentos turísticos
6. Inauguração do espaço comunitário reformado

PROJETO 50

ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS E ROÇAS COM MUDAS FRUTÍFERAS

Organização responsável:
AECIEN - Associação Etno-Cultural Indígena Enawene Nawe

Objetivo: Fortalecer a segurança alimentar do povo Enawene Nawe, através de criação de quintais e roça coletiva aumentando a diversidade alimentar de espécies.

O povo Enawene Nawe (MT), de recente contato, tem hábitos alimentares focados na pesca e na agricultura. Com o advento de vários empreendimentos de Pequenas Centrais Hidrelétricas houve uma diminuição no quantitativo de peixes disponíveis ao grupo, levando à compra do peixe diretamente em mercados da região e, consequentemente, à inserção de produtos industrializados à comunidade.

O consumo elevado desses alimentos industrializados vem trazer à comunidade a aparição de doenças que anteriormente não acometiam os Enawene. Também vem contribuir para uma alimentação deficitária de nutrientes essenciais ao desenvolvimento sadio da população, principalmente das crianças.

Portanto, o objetivo do projeto foi fortalecer a segurança alimentar do povo Enawene Nawe, por meio da criação de roças e quintais coletivos para aumentar a diversidade alimentar das espécies e potencializar uma alimentação mais saudável, barrando a entrada de produtos industrializados na vida do povo. A escola também poderá ser beneficiada pela proposta, uma vez que os pomares inseridos no entorno da aldeia Halataikwa vai contribuir com a melhoria dos alimentos da merenda escolar.

Resultados alcançados: Roça comunitária implantada em sistema agroflorestal e quintais individuais para as famílias; 3 capacitações em sistemas agroflorestais e agricultura orgânica (175 pessoas, sendo 31 mulheres); Aquisição de ferramentas para agricultura, equipamentos de proteção individual, roçadeira, sementes variadas de alimentos e adubos verdes, trituradores de milho; Parcerias institucionais (FUNAI e Prefeitura Municipal de Juína-MT).

1. Reunião para discussão sobre o projeto
2. Aquisição de equipamentos audiovisuais (notebook, Datashow, tela de projeção).
3. Reunião preparatória para discutir e elaborar metodologia e recursos didáticos
4. Aquisição de câmera fotográfica
5. Roça comunitária sendo implantada em sistema agroflorestal

PROJETO 51

FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA E AGROEXTRATIVISTA DA REGIÃO DA MORRARIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT

Organização responsável:

Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares das Comunidades Aguaçu, Monjolo e São Manoel do Pari.

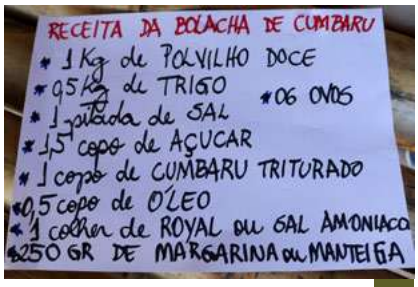
Objetivo: Promover melhorias das condições econômicas, ecológicas e sociais das comunidades São Manoel do Pari, Aguaçu Monjolo, Cachoeirinha e Buriti do Atalho através do beneficiamento da produção já existente e a potencialização das práticas agroextrativista, buscando garantir a diversificação da produção para a geração de renda da juventude e mulheres através da agregação de valor aos produtos, promovendo assim a segurança e soberania alimentar das comunidades bem como o uso sustentável dos recursos naturais do bioma cerrado.

A Baixada Cuiabana é, sem dúvida, o berço das tradições que caracterizam o "ser mato-grossense", demonstrando o modo de vida das suas comunidades, seu modelo de produção e as relações harmoniosas com o meio ambiente, as quais garantem sua sobrevivência e permanência nesse território.

Porém, o avanço do agronegócio sobre o território restringe o acesso aos recursos naturais como a terra e a água, interferindo negativamente na subsistência, alimentação e geração de renda. Por outro lado, a prática do extrativismo ainda é pouco reconhecida em relação ao seu potencial.

Diante dessa realidade torna-se necessário, além de investimentos em infraestrutura, ações de caráter informativo, e de sensibilização para os benefícios que o extrativismo representa na vida das famílias e na preservação do bioma Cerrado. Daí o projeto desenvolvido, no sentido de organizar a produção já existente e potencializar o extrativismo, viabilizando alternativa de permanência no campo, geração de renda, produção de alimentos e proteção de espécies nativas da fauna e flora do Cerrado.

Resultados alcançados: Unidade de beneficiamento construída, estruturada e equipada; Aquisição de equipamentos agroindustriais realizada; Oficinas, intercâmbio e capacitações sobre agroextrativismo realizadas.



1. Aproveitamento do Cumbaru
2. Atividade de aproveitamento do Cumbaru
3. Atividade prática do curso agroextrativismo
4. Atividade de aproveitamento do Cumbaru
5. Receita de bolacha de Cumbaru
6. Oficina sobre agroextrativismo – Comunidade de Cachoeirinha

PROJETO 52

HORTA EM SISTEMA CONSORCIADO

Organização responsável:
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Indígenas Fulni-ô Agrovila 05

Objetivo: Fomentar a segurança alimentar das famílias, e consequentemente proporcionar: o aumento da renda ao longo do ano, o melhoramento na qualidade de vida; a integração de trabalho entre as famílias e a comercialização direta dos produtos agroecológicos.

Os indígenas Fulni-ô vivem na Bahia, na região da Serra do Ramalho, em uma área coletiva de transição de Caatinga e Cerrado de 20 hectares, na qual criam ovelhas e gado. No período das chuvas plantam feijão, milho, batata e mandioca.

Como a área está na transição entre a caatinga e o cerrado na qual a falta de água das chuvas vem prejudicando o plantio das lavouras onde tiram o sustento das famílias. E, com o aquecimento global, a falta de chuvas com regularidade vem provocando perda total das lavouras de onde as famílias tiram o seu sustento. Futuramente, a tendência é o agravamento dessa situação.

Assim, o objetivo do projeto proposto pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Indígenas Fulni-ô Agrovila 05 é envolver as famílias da comunidade indígena na produção de hortaliças, melancia, milho, feijão, maxixe, tomate, quiabo, pimentão, abóbora, entre outros, para assim criar uma rotação de culturas, as quais serão comercializadas nas feiras livres e entregues nos mercados e nas quitandas do município.

Resultados alcançados: Poço artesiano com placas e bomba solar construído e instalado; Veículo adquirido; Casa de vegetação construída com sombrite para plantio de folhosas; Manejo de solo e plantio de milho, feijão, abóbora, melancia e as folhosas realizados; Análise de solo realizada; Galinheiro construído.

1. Aquisição de materiais e equipamentos para construção de galinheiro
2. Plantio de hortaliças, milho, melancia e folhosas
3. Construção do galinheiro
4. Aquisição de veículo
5. Perfuração e revestimento de poço artesiano
6. Aquisição e instalação de bomba d'água e placas solares

PROJETO 53

KA'A ROKY (PLANTAS BROTANDO)

Organização responsável:
Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental

Objetivo: Promover a melhoria ambiental de uma das nascentes na aldeia com o envolvimento da comunidade, para melhora na qualidade e acesso a água e fortalecimento da segurança alimentar.

A mesma política que delimitou o espaço dos indígenas Guarani e Kaiowá no início do século XX também modificou e restringiu as práticas produtivas tradicionais refletindo-se na formação ou transformação da identidade cultural desse povo, além de ter causado a degradação total das nascentes da região. Devido a isso, a alimentação das unidades familiares da Aldeia Panambi/Lagoa Rica, localizada no município de Douradina (MS), é hoje dependente de ações governamentais, entrega de cestas básicas, doação de sementes e patrulhas mecanizadas.

O projeto desenvolvido partiu de demanda da própria comunidade, que deseja empreender ações para revitalização de nascentes e recuperação de processos tradicionais de quintais produtivos das famílias da comunidade, bem como o envolvimento da escola, como um quintal produtivo e a proposição de práticas de educação ambiental em seu currículo.

Portanto, a iniciativa tem como objetivo fomentar a produção de árvores nativas frutíferas e culturas de fácil implantação, com uma metodologia participativa e agroecológica, capacitando as famílias envolvidas e respeitando a lógica de produção tradicional.

Resultados alcançados: Plantio consorciado de espécies alimentícias com mudas de espécies florestais realizado; Oficina de formação de professores em temas ambientais realizado; Capacitação de agentes ambientais realizada e quintais agroflorestais implantados; Ferramentas para plantio e construção do viveiro adquiridas.

1. Plantio
2. Visita na roça e limpeza da área para plantio
3. Ferramentas
4. Oficina professores
5. Construção de viveiro
6. Indígenas Guarani, reunidos para o plantio de mudas

PROJETO 54

GESTÃO TERRITORIAL A'UWẼ

Organização responsável:
Associação Xavante Warã

Objetivo: Fortalecer a Associação Xavante Warã capacitando lideranças para uma intervenção mais qualificada para a gestão do seu território, promovendo sua proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sangradouro/ Volta Grande.

O povo Xavante habita a região Leste do Estado do Mato Grosso e vem sendo vítima do processo de colonização e avanço capitalista empreendido nesta região desde a chamada "Marcha para o Oeste" em meados das décadas de 1940 a 1960, acentuados a partir da década de 1980, com a crescente implementação de grãos para exportação, principalmente, a soja.

Atualmente, as TI's Xavante vêm sendo alvo de empreendimentos que impactam diretamente seu território, recursos naturais e comunidades. Ao todo são 11 rodovias, ferrovias e mais um conjunto de hidrelétricas, concebidas para facilitar a logística de escoamento da produção do agronegócio. Dentre as TI's Xavante afetadas/ameaçadas por estes empreendimentos está a TI Sangradouro/Volta Grande, que é diretamente impactada pela BR 070 que corta o seu território e pela PCH's no Rio das Mortes (Água Limpa e Toricuejo).

Com o intuito de fortalecer a associação Xavante Warã, com a capacitação de lideranças jovens e mulheres, surgiu a proposta do projeto de gestão territorial com o foco em desenvolver estratégias de enfrentamento aos empreendimentos que impactam o estilo de vida Xavante, além de prever a criação de um plano de gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Sangradouro, localizada no leste do estado de Mato Grosso.

Resultados alcançados: Oficina Resgate Conceitual do PNGATI realizada; Oficina Etnomapeamento de áreas degradadas realizada; Etnomapeamento das atividades produtivas sustentáveis realizado; Apoio à formação e articulação de mulheres Xavantes realizado; Veículo adquirido.

1. Oficina etnomapeamento de áreas degradadas
2. Aquisição de veículo
3. Oficina Resgate Conceitual do PNGATI

4-5. Etnomapeamento

6. Oficina formativa para as mulheres Xavante

PROJETO 55

RESGATE DO AMJOQUIN DO MECYRE E ME ENTOWAJE

Organização responsável:

Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova - Município de Amarante do Maranhão

Objetivo: Promover o resgate, o fortalecimento e a preservação da cultura Indígena gavião.

No maranhão o avanço tecnológico causou grandes impactos na comunidade indígena da Aldeia Nova Gavião (MA). Houve um processo de perda de identidade, como a perda da língua materna e das festas tradicionais do povo Gavião.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da comunidade, frear a perda da língua materna e retomar as festividades da comunidade, como por exemplo a Festa Rurut e festa do milho (PON HY PRY), a Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova - Município de Amarante do Maranhão propôs com o projeto "Resgate do amjoquin do mecyre e me entowaje", o fortalecimento e a preservação da cultura Indígena Gavião.

Além disso, deve-se realizar oficinas com as mulheres para retomada das pinturas e cânticos indígenas.

Resultados alcançados: Foram realizadas o resgate das Festas Rurut (esteira), Pon Hy Pry(bola com palha de milho) e Mentowaji (corrida de toras, flechas e cantorias; Oficina das mulheres para resgate das pinturas e cânticos indígenas; Adquirido um veículo, notebook e câmara fotográfica.

1. Confecção de flechas para Festa Rurut (esteira)
2. Festa Pon Hy Pry (bola confeccionada com palha de milho)
3. Confecção do Pon hy Pry (bola confeccionada com palha de milho)
4. Festa Mentowaji (corrida de toras, flechas, cantorias a noite no pátio)
5. Oficina das mulheres (pinturas e cânticos)
6. Aquisição de veículo

PROJETO 56

JOVENS INDÍGENAS AGROEXTRATIVISTAS E PROTETORES DO CERRADO MATO-GROSSENSE

Organização responsável:
AJINA - Associação de Jovens Indígenas Nambiquaras

Objetivo: Promover a implantação de sistemas de produção agroecológicos e agroflorestais, visando contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, geração de renda, preservação ambiental do Bioma Cerrado e fortalecimento cultural das Aldeias da Terra Indígena Nambikwara em Comodoro-MT.

A reserva indígena Nambikwara está localizada no município de Comodoro, na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, considerada uma das maiores áreas de preservação do Cerrado brasileiro, bioma considerado o berço das águas da América Latina, abrigando no Brasil oito das doze bacias hidrográficas brasileiras.

No entanto, essa região vem sofrendo fortemente com a expansão das áreas de monocultura, queimadas e desmatamento no entorno da terra indígena, fazendo com que os indígenas percam a condição de reprodução do seu modo de vida.

O projeto teve como foco a valorização e resgate cultural e preservação do meio ambiente nas aldeias indígenas localizadas na Reserva Indígena Nambikwara, através de ações de fomento à produção agroecológica e agroflorestais, visando contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, geração de renda, preservação ambiental do Bioma Cerrado e fortalecimento cultural das Aldeias.

Resultados alcançados: Implantação do viveiro de mudas; Produção e distribuição de 10 mil de mudas frutíferas, florestais, medicinais e hortaliças; Implantação de uma roça comunitária em Sistema Agroflorestal, com mandioca, melancia, abóbora, frutíferas e pequi; Implantação de 10 hortas comunitárias em 10 aldeias; Construção tradicional do Atelie Ôca, para produção de artesanato; Resgate das festas tradicionais: Menina Moça; Flauta Sagrada; Pajelança; Aquisição de um veículo, barraca de feira, notebook, impressora e data show, para melhoria da comercialização.

1. Festa Tradicional da Menina Moça
2. Abertura de covas para plantio em sistema agroflorestal
3. Curso de capacitação em apicultura
4. Visita de monitoramento ao projeto

PROJETO 57

COSTURANDO O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL EM MUMBUCA

Organização responsável:
Associação de Artesãos Extrativistas do Povoado Mumbuca - AAEPM

Objetivo: Estruturar o turismo de Base Comunitária na Comunidade Mumbuca e entorno, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais de nossa comunidade, principalmente do capim-dourado, potencializando a produção local (pratos típicos, hospedagem comunitária, medicamentos naturais de plantas do cerrado, produtos culturais, outros serviços) e valorizando a troca de conhecimentos intergeracional e, em especial, o conhecimento tradicional quilombola da comunidade.

O Jalapão é um destino procurado por muitas pessoas que visitam o estado do Tocantins. Lugar de férias de muitos brasileiros e também de turistas internacionais, por sua beleza e exuberância da sua chapada e das suas serras, além da paisagem de cerrado, com nascentes, formações rochosas e rios acachoeirados que carregam tradições e saberes locais.

No entanto, essas visitas são coordenadas por grandes empresas de turismo que não valorizam os saberes tradicionais da região, que é em sua maioria habitada por comunidades quilombolas.

Pensando na memória dos moradores locais quilombolas e em suas práticas tradicionais, o projeto surgiu com o intuito de fortalecer o turismo de base na comunidade e entorno para potencialização da produção de artesanato local e a valorização do conhecimento local.

Resultados alcançados: Foram realizadas 2 oficinas: planejamento do turismo de base comunitária e um curso de marketing digital para divulgação do turismo de base comunitária; Também foram realizadas 2 oficinas sobre cantigas de rodas e plantas medicinais do cerrado; Foram adquiridos: camas, fogões, fornos, sofás, freezer, geladeiras, liquidificar industrial, etc. para melhor estruturar a hospedagem familiar/comunitária e prestação de serviços; Casa de cultura de Mumbuca construída.

1-2. Artesanato com capim dourado
3. Casa de cultura construída
4. Construção do plano de turismo de base comunitária de Mumbuca

PROJETO 58

KOMOMOTI KOYEKU POKE'EXA UTI: DIÁLOGOS PARA A PROTEÇÃO DA TERRA TERENA

Organização responsável:
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Objetivo: i) subsidiar ações futuras integradas nas terras indígenas envolvidas para a melhoria da gestão territorial e autonomia das comunidades indígenas e dos ecossistemas; ii) fortalecer o Conselho Terena como organização da sociedade civil atuante na proteção do Cerrado; iii) contribuir para a elaboração dos PGTAs das áreas de atuação e iv) sensibilizar a formação política e ambiental de jovens que atuem no monitoramento e na gestão ambiental e territorial das terras indígenas.

O povo Terena, originário da região sul mato-grossense, possui traços culturais bastante significativos, devido a sua localização na região do Chaco. O Chaco é uma área que abriga os territórios do Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil, que possui vasta diversidade ecológica e é ocupada por povos indígenas que, desde a segunda metade do século passado, vêm sofrendo grave ameaça à sua autonomia e ecossistema, com o desmatamento e a caça na região.

Dessa forma, o CTI propôs o projeto que atuou nas Terras Indígenas de Cachoeirinha, Buriti e Taunay-Ipegue, do povo Terena, localizadas no pantanal sul mato-grossense. Com o objetivo de apoiar iniciativas de vigilância e proteção territoriais e garantir as práticas agrícolas tradicionais Terena o projeto se insere nessa região.

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é uma associação com quase 40 anos de história comprometidos com demandas específicas da sociedade indígena e foi a proponente do projeto. Sendo assim, o projeto pode contribuir para a produção de dados de diagnóstico e conservação dos recursos naturais do território.

Resultados alcançados: Diagnóstico etnoambiental de uso e ocupação territorial das Tis. Cachoeirinha Buriti e Taunay-Ipegue elaborado; Reunião ampliada mobilizada pelo Conselho Terena com representantes das 3 Tis realizada; Notebook, GPS e câmera fotográfica adquiridos.

1. Coleta de dados em campo para elaboração dos diagnósticos
2. Apresentação dos resultados dos diagnósticos, com participação dos assessores técnicos
3-4. Coleta de dados em campo para elaboração dos diagnósticos
5. Atividades de campo
6. Indígenas Terena em capacitação para elaboração do PGTA
7. Mulheres, jovens, crianças e adultos envolvidos no diagnóstico do território Terena
8. Apresentação de devolutiva aos membros do Conselho Terena

PROJETO 59

FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO TRADICIONAL DA REDE DE ARTESANATO URUCUIA GRANDE SERTÃO

Organização responsável:
Central Veredas

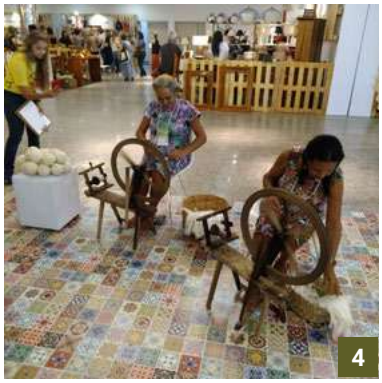
Objetivo: Melhorar a gestão da rede, a qualidade da produção e ampliar a possibilidades de acesso a mercados.

A Central Veredas, sediada no município de Arinos (MG), se configura como uma rede de economia solidaria, tradicional e cultural que congrega oito associações de produção de artesanato, que tem como objetivo a integração nos diversos espaços de produção, comercialização e organização artesanal. No entanto, enfrenta alguns desafios em sua cadeia de abastecimento e produção.

Como forma de vencer esses desafios e melhorar os processos administrativos, produtivos, logísticos, comerciais e sociais, a rede Central Veredas propôs o projeto, que tem como objetivo fomentar treinamentos, cursos, intercâmbios, oficinas, troca de saberes, além, da aquisição de insumos para a produção dos artesanatos e manutenção das tradições, através de formas que garantam a inserção de jovens, mulheres e anciões na participação disso tudo.

Foi fundamental nessa iniciativa a importância da inserção dos jovens na rede para a transmissão dos saberes e fazeres tradicionais, garantindo assim a continuidade das práticas artesanais, sociais e culturais locais e estes se tornem protagonistas deste importante trabalho.

Resultados alcançados: Mobilização dos grupos de mutirões; Fortalecimento do serviço de comunicação e promoção das vendas dos produtos da rede central veredas; Criação de materiais de comunicação; Compra de insumos necessários para a produção artesanal; Participação em eventos e feiras; Apoio de equipe técnica ao projeto.



1-4. Participação em feiras e eventos
5. Compra de insumos para o artesanato
6. Participação em feiras e eventos
7. Produtos artesanais
8-9. Criação de material de comunicação para divulgação.

PROJETO 60

GUARDIÕES DO TERRITÓRIO KRIKATI

Organização responsável:
Associação de Pais e Mestres Indígenas Krikati

Objetivo: O projeto irá apoiar uma agenda contínua de diálogo com as demais aldeias para juntos realizarem ações compartilhadas de proteção do território indígena Krikati, visando a redução de impactos socioambientais diretos que interferem na sua qualidade de vida e proteção da sociobiodiversidade existente.

O povo Krikati historicamente sofreu grandes impactos devido a ocupações irregulares na suas terras, e nos últimos cinco anos ainda vem sofrendo com a invasão de madeireiros ilegais, a frequência de queimadas florestais, além de atividades de agropecuária e agricultura de grandes propriedades no entorno da terra.

A terra indígena Krikati fica localizada no estado do Maranhão e abrange seis aldeias nas proximidades do município de Montes Altos. Baseado em todas as problemáticas apresentadas, o projeto se propôs a atuar na Terra Indígena Krikati com o intuito de reduzir os impactos socioambientais que interferem diretamente na qualidade de vida do povo Krikati e em sua sociobiodiversidade.

O projeto teve por objetivo dialogar entre as aldeias, fortalecer os agentes ambientais e contribuir para a proteção da Terra Indígena.

Resultados alcançados: Foram realizados 2 seminários de articulação com Funai e IBAMA, para capacitação em vigilância territorial; também foram realizadas 4 expedições em todo território Krikati, a partir da orientação dos anciões, dos principais pontos de vulnerabilidade, mas também de áreas de abundância de frutas, chegando a percorrer mais de 1.500 km de extensão; Aquisição de equipamentos e veículos (carro e motos) para as ações de vigilância territorial.

1. Capacitação em vigilância territorial, articulação e planejamento das ações junto aos agentes ambientais e parceiros
2. Equipamentos adquiridos
3. Veículo de apoio aos agentes ambientais e a vigilância territorial
4. Incursões de campo para treinamento de agentes ambientais e brigada voluntária em monitoramento e vigilância da TI.
5. Aquisição de duas motos para vigilância e fiscalização da Terra Indígena
6. Participantes da Oficina na TI Krikati

PROJETO 61

PROMOÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO QUILOMBO DO GURUTUBA: MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A RESILIÊNCIA FRENTE AS MUDANÇAS DO CLIMA

Organização responsável:
Associação Quilombola do Gorutuba

Objetivo: Promover a construção de um Plano de Gestão Territorial, Produtivo e Ambiental (Plano de etnodesenvolvimento) articulado a ações para a conquista do território e de fortalecimento da capacidade de incidência da associação na garantia de políticas públicas específicas direcionadas às comunidades quilombolas.

Remanescentes de quilombos, os moradores do Vale do Gurutuba vivem na região desde o século XVIII e ao longo do tempo foram sofrendo com expropriações de terras, em função de projetos desenvolvimentistas do século XX. Hoje vivem em pequenas frações de terra e em meio ao latifúndio vigente na região.

O projeto teve a intenção de construir um plano de gestão territorial, produtivo e ambiental, além de fortalecer a comunidade na incidência para conquista de políticas públicas para o quilombo, a exemplo da implantação de tecnologias socioambientais que aumentem a disponibilidade de água nos agroecossistemas quilombolas e a manutenção de hortas.

A associação responsável tem mais de 16 anos de história e funciona como instrumento de esclarecimento e conscientização para a identidade quilombola, resgate da cultura quilombola e conquista de direitos. Composta por mais de 30 comunidades negras do Norte de Minas, a associação atua com cerca de 1.200 famílias da região.

Resultados alcançados: Plano de gestão territorial elaborado e cartilha sobre o Plano confeccionada; Sistema tradicional de criação de aves e porcos implantado; 23 barraginhas e tanques de contenção implantadas.

1. Realização de encontros de formação sobre Identidade, Território, Ambiente e Produção
2. Sistema de criação de porcos caipiras
3. Construção de tanques de contenção
4. Oficina de elaboração do plano de uso e gestão territorial, ambiental e produtiva
5. Seminários temáticos: Gestão Social, Educação, Saúde, Cultura, Agroecologia e Meio Ambiente
6. Sistema de criação de aves

62 – PROJETO

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA A COMERCIALIZAÇÃO

Organização responsável:
Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu - CIMQCB

Objetivo: Potencializar institucionalmente a CIMQCB na organicidade dos grupos produtivos e para a comercialização dos produtos, Azeite e Mesocarpo de Babaçu.

A Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB) é uma cooperativa que age em quatro estados brasileiros e diversos municípios, surgindo como alternativa para organização de ajuda às mulheres, com o intuito de fortalecê-las social, política e economicamente nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

O Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) surge como uma luta que começou pelo direito à terra e ao babaçu, passando a ser uma luta pela qualidade de vida da mulher do campo. A partir disso surgem alguns desafios para a associação, como o acompanhamento do processo de produção do azeite e mesocarpo de babaçu.

Com o principal objetivo de potencializar a CIMQCB, a associação propôs o projeto com o princípio de melhorar a organicidade institucional da cooperativa para a comercialização do azeite e mesocarpo de babaçu e manter os mesmos padrões de qualidade desses produtos.

Resultados alcançados: Participação de reuniões de fóruns coletivos estaduais; Reuniões com os grupos de base de Quebradeiras de Coco para capacitação sobre aproveitamento integral do babaçu, entre outros assuntos; Aquisição de materiais, equipamentos e insumos para estruturação das unidades produtivas: notebook, panela industrial, triturador forrageiro, garrafas, rótulos, uniformes, entre outros; Oficina sobre Cooperativismo e Meio Ambiente no quilombo Monte Alegre, com 52 quebradeiras de coco babaçu; Desenvolvimento de software, para automatizar os processos de gestão administrativa, financeira e contábil.

1. Oficina com grupo puraqué-cooperativismo e meio ambiente
2. Impressão dos rotulos, Impressão de livretos de receita
3. Visita aos grupos de base
4. Participação de reuniões com as instituições
5. Aquisição de 05 Forrageiras, 03 Fornos para Torrefação, 12 panelas de alumínio
6. Aquisição de equipamentos – balança digital

PROJETO 63

WATUHOWY MANANUMKJE'Y

Organização responsável:
Associação Indígena Myky Waypjatápja Mananukje'y

Objetivo: Fortalecer a economia local Myky, por meio da geração de renda oriunda da comercialização de artefatos, garantindo também o monitorando da Terra Indígena Menkü

O povo Myky, grupo indígena de recente contato e falante de língua isolada, vive no estado do Mato Grosso, em uma área que abriga dois ecossistemas: a Floresta Amazônica e o Cerrado. De hábitos alimentares e culturais tradicionais, o povo Myky vem sofrendo com o desflorestamento do seu território, causado pela retirada ilegal de madeira.

Com práticas de cultivos tradicionais de roças comunitárias, pesca e artesanato elaborado por meio de matérias primas existentes na região, os Myky vêm sofrendo com a retirada dos recursos naturais por madeireiros.

Com o objetivo de fortalecer a economia local, o projeto teve como foco a comercialização dos artefatos derivados de matérias primas da região e produzidos pelos indígenas, além do monitoramento da Terra Indígena Myky (MT).

Resultados alcançados: Foram coletadas mais de 200 quilos de materiais primas, tais como fibras de tucum e inajá, sementes, cipós e madeira caída da mata para fabricação dos móveis rústicos; Realizadas 3 oficinas para fabricação de móveis rústicos com madeiras caídas; Construído galpão para fabricação de artesanato como cestos, redes e móveis rústicos; Realizadas 12 incursões de vigilância com aviventação das divisas e limpeza dos aceiros para evitar entrada de fogo na TI Menku; Construção de um website para venda de artesanato www.artesmyky.com.br; Produção de 3 vídeos; Adquiridos máquina fotográfica e equipamentos para produção de artesanato.

1. Jovens Myky com aparelhos de registro adquiridos pelo projeto
2. Atividade prática de registro de memória e história
3. Registro da memória e história Myky
4. Registro de uso de plantas medicinais

PROJETO 64

MULHERES INDÍGENAS TECENDO SUSTENTABILIDADE COM ARTE

Organização responsável:
Centro Maranhense de Estudos Socioambiental e Assessoria Rural - CEMEAAR

Objetivo: Fortalecimento da Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutiwa /TI Araribóia (ACCAMIAZ); e, fomento da quantidade e da qualidade do artesanato produzido pelas mulheres indígenas da Aldeia Zutiwa/TI Araribóia, assim como a melhoria da comercialização dos produtos.

O problema focal deste projeto é a insegurança alimentar das populações que coabitam a TI Arariboia, consequência da devastação dos recursos naturais provocada por invasores e pelos sucessivos incêndios que nestes últimos quatro anos têm provocado danos na fauna, flora e mananciais que integram este ecossistema.

Tradicionais coletores extrativistas, tanto Guajajara como Awá, sofrem com o escasseamento de suas fontes alimentares naturais. O fato crucial é que atualmente 90% da comunidade indígena da TI Arariboia sobrevive graças ao programa de renda mínima – o Bolsa Família.

Além de coletores, os Guajajara, particularmente as mulheres, são exímios artesãos. Com instrumentos rudimentares confeccionam belíssimas peças artesanais: redes, colares, brincos, pulseiras, tipoias, bolsas. Estes produtos despertam interesse em muita gente, e, certamente, representa um grande potencial para geração de renda, a partir do trabalho das mulheres jovens, adultas e anciãs.

Resultados alcançados: Oficina para animação da programação da roda de conversas para melhoria da capacidade organizativa e gestão da associação realizada; Oficina sobre boa qualidade, desenho, acabamento e apresentação do artesanato realizada; Aquisição de mobiliário e equipamentos para estruturar e fomentar a capacidade produtiva do artesanato local; Aquisição matérias primas para confecção de artesanato; Reforma e inauguração da casa de artesanato.

1. Artesãs diretamente envolvidas no projeto
2. Reforma da Casa de artesanato
3. Artesanato Guajajara e Awa
4. Material exposto à venda na Casa de artesanato
5. Oficina na casa de artesanato
6. Oficina sobre boa qualidade, desenho, acabamento e apresentação do artesanato

APOIO EMERGENCIAL REDE SOLIDARIEDADE DGM BRASIL

Organização responsável:

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM (Agência Executora Nacional do DGM Brasil)

Objetivo: Apoio do Projeto DGM Brasil aos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, organizações beneficiárias e apoiadas pelo projeto, com subdoações destinadas a auxiliar na resposta às emergências para responder aos impactos adversos da COVID-19.

Com o avanço do número de casos e mortes por consequência da COVID-19 no Brasil, o Comitê Gestor Nacional – CGN manifestou preocupação junto à AEN e ao BM com os beneficiários do Projeto DGM Brasil, pela gravidade da situação dentro das aldeias e comunidades. Foram relatadas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sem acesso a itens básicos de higiene e de proteção individual, bem como o enfraquecimento dos subprojetos orientados ao mercado, que se encontravam impedidos de comercializar sua produção, seja nas feiras locais e regionais, seja no mercado convencional, atualmente paralisado devido às restrições da pandemia.

Foi feita uma reestruturação do Projeto DGM Brasil pela Agência Executora Nacional e Banco Mundial e criado um novo subcomponente (Apoio Emergencial Rede Solidariedade) na janela de "Respostas a Ameaças Imediatas", que possibilitou realização de nova Chamada aos 64 projetos em curso, em duas modalidades: auxílio financeiro por família; aquisição de insumos para combate à pandemia.

As organizações foram orientadas para elaboração de plano de entrega dos produtos e estratégias de segurança frente à pandemia, em acordo com as recomendações das autoridades sanitárias; sugeriu-se também que os recursos fossem assim destinados: que 80% dos recursos fossem destinados a compras de alimentos, até 15% a itens de limpeza e higiene e até 5% a itens de proteção individual. Foram também asseguradas medidas que dessem publicidade e possibilitasse controle social.

Resultados alcançados: Foram concedidos suporte financeiro, aquisições de insumos para enfrentamento da COVID-19 (tais como máscaras, álcool gel, sabão) e custos operacionais para viabilizar a logística de aquisições junto a 59 organizações beneficiando 2.786 famílias.

1. Subprojeto povo Myky - Compra de produtos de higiene e cetas básicas
2. Subprojeto Enawenw - Compra de produtos de higiene
3. Subprojeto Quilombola Lagoa Grande - Distribuição de recurso
4. Subprojeto APOINK - Compra de cestas básicas e produtos de higiene

CHAMADA ADICIONAL DE "FORTALECIMENTO DOS SUBPROJETOS"

Organização responsável:

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM (Agência Executora Nacional do DGM Brasil)

Objetivo: Promover o fortalecimento institucional das organizações beneficiárias do DGM Brasil, com aquisição de insumos.

Conforme deliberação do Comitê Gestor Nacional (CGN) em novembro de 2020, a AEN divulgou chamada de uma nova etapa do Projeto DGM/FIP Brasil, denominada "Fortalecimento dos Subprojetos".

Foi definido que todos os subprojetos e redes poderiam apresentar demandas de insumos, como: 1.1) Veículos e equipamentos agrícolas - máquinas e implementos agrícolas; 1.2) Equipamentos de informática e escritório - computadores de mesa ou notebooks, impressoras, nobreaks, mouses, data show e telas para projeção; 1.3) Equipamentos de comunicação, fotografia e imagem - telefones celulares, máquinas fotográficas, câmeras filmadoras, equipamento para vídeo conferência; 1.4) Sementes crioulas, para produção de alimentos - sementes de milho e feijão; 1.5) Custos operacionais.

Ao todo, foram apresentadas 59 propostas de 70 possíveis. Parte das Manifestações de Interesse recebidas foram executadas a partir dos projetos ainda vigentes (Iniciativas Comunitárias), enquanto os demais projetos já encerrados, essas iniciativas foram executadas no componente Capacitação e Fortalecimento Institucional.

Resultados alcançados: Foram adquiridos equipamentos de multimídia visando a melhoria da comunicação pelos projetos apoiados pelo DGM Brasil, sementes crioulas de milho e feijão, equipamentos e implementos agrícolas buscando o fortalecimento da produção de alimentos e autonomia da segurança alimentar e nutricional das comunidades e famílias, além de veículos e motocicletas para o fortalecimento institucional e amplificação do trabalho das redes representativas dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais participantes do projeto DGM Brasil.

Equipamentos destinados ao subprojeto Pojianare (Nossa Mata).

PARCERIA MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - MESPT/UNB

Organização responsável: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM (Agência Executora Nacional do DGM Brasil) e Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da UnB – MESPT/UnB.

Objetivo: Desenvolver o curso de extensão "Sustentabilidade socioambiental e incidência política para povos e comunidades tradicionais" e apoiar com a concessão de bolsas de estudo a beneficiários membros de comunidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Cerrado.

O principal objetivo do Curso de Extensão foi potencializar a atuação de membros do Comitê Gestor Nacional e dos projetos em prol da sustentabilidade e da defesa de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais do Brasil, por meio de formação teórico-prática sobre temas relacionados, o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de habilidades específicas de liderança e incidência política.

O curso foi desenvolvido em 4 módulos: Poder e sustentabilidade de povos, comunidades e territórios – experiências de luta e auto-organização; Marcos legais, direitos conquistados e mecanismos de participação e controle social; Povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, territórios e conservação da natureza; Sustentabilidade socioambiental e mudanças climáticas.

Para além do curso de extensão, a parceria firmada entre a AEN e o MESPT/UnB, através do projeto DGM/Brasil, possibilitou disponibilizar bolsas de estudo para a formação de alunos regularmente matriculados no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, sobretudo para contribuir na superação dos desafios impostos pela pandemia por COVID-19 e a necessidade de adequação de infraestrutura para continuidade dos estudos.

Resultados alcançados: Em relação ao curso de extensão "Sustentabilidade socioambiental e incidência política para povos e comunidades tradicionais", a diversidade de conteúdos trabalhados, de docentes e egressos convidados, promoveram não apenas o diálogo entre a academia e os povos, mas a familiaridade e troca entre o diálogo científico e tradicional, convertendo-se em um processo de extrema riqueza. Quanto ao apoio à formação de alunos regularmente matriculados no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, foram concedidas 05 bolsas de estudos para 02 alunas oriundas de comunidades quilombolas, 01 aluno e 01 aluna de comunidade tradicional e 01 aluna indígena.

1. Turma Mestrado Mespt UNB
2. Aula virtual da turma do Mespt UNB

CONCLUSÃO – PERSPECTIVAS DE FUTURO

Como vimos, os povos indígenas, as comunidades dos quilombos e as comunidades tradicionais do Cerrado brasileiro conjugam usos, saberes, produtividade e lucratividade, preservando recursos naturais e mantendo práticas e valores da ordem da tradição, na reprodução de modos de vida próprios.

A rica biodiversidade do bioma associa-se à rica sociodiversidade, aqui demonstrada, configurando práticas socioprodutivas voltadas ao consumo, à segurança alimentar e à comercialização, bem como à conservação da natureza as terras tradicionalmente utilizadas por esses grupos sociais.

Por outro lado, os seus sistemas tradicionais de manejo florestal e uso da terra, seus meios de sobrevivência cultural estão cada vez mais ameaçados, seja pelo avanço do agronegócio sobre seus territórios, seja por obras e empreendimentos que oferecem riscos à manutenção dos seus territórios e modos de vida, seja pelos impactos adversos das mudanças climáticas que contribuem para a erosão da eficácia e capacidade adaptativa desses povos e seus modos de vida.

Cabe salientar que os estoques de carbono do Cerrado são consideráveis, também levando em conta a biomassa subterrânea, com extensa rede de raízes. E como os povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais dependem diretamente da floresta em pé, conservada, para retirada de recursos para o sustento e sobrevivência, faz-se imprescindível a manutenção dos povos e comunidades e sua base territorial, no sentido de reduzir emissões de GEE, promover gestão mais sustentável dos recursos naturais, potencializando a conservação de estoques de carbono florestal.

O rico aprendizado envolvido na execução do DGM Brasil, com as diversas organizações representativas e de apoio contempladas, 30 povos indígenas distintos e mais de 10 categorias identitárias ou comunidades tradicionais (morroquianos, fecho de pasto, vazanteiros, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agroextrativista, quilombolas, veredeiros, retireiros, agroextrativistas, dentre outros), o envolvimento do CGN como instância de controle social, composta de representantes desses povos e comunidades, a interlocução com redes estratégicas na proteção do Cerrado e seus povos, guardiões de sua rica sociobiodiversiade, constituem potencial significativo para novos investimentos e apoios em termos de proteção dos povos e comunidades tradicionais e do bioma.

Trata-se, portanto, de capital social e político acumulado, cujo emprego em novas etapas do DGM Brasil, seguramente potencializaria mais ainda a execução e seus resultados, assegurando redução de emissões e promoção de modos de vida, práticas e saberes.

Subprojeto Ro We – Aldeia Xerente

Apoio

CIF CLIMATE INVESTMENT FUNDS

BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

Realização

DGM BRASIL

CAA